

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder

**MASCULINO GENÉRICO E SEXISMO GRAMATICAL**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Linguística da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do grau de  
Mestre em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio de  
Arantes Leite

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mäder, Guilherme Ribeiro Colaço  
Masculino genérico e sexismo gramatical / Guilherme  
Ribeiro Colaço Mäder ; orientador, Tarcísio de Arantes Leite -  
Florianópolis, SC, 2015.  
159 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-  
Graduação em Linguística.

Inclui referências

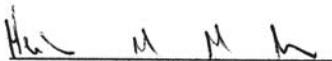
1. Linguística. 2. Masculino genérico. 3. Sexismo  
gramatical. 4. Gênero não marcado. I. Leite, Tarcísio de  
Arantes. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder

## MASCULINO GENÉRICO E SEXISMO GRAMATICAL

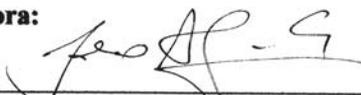
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2015.



Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura, Dr.  
Coordenador do Curso

### Banca Examinadora:

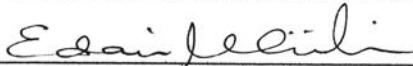


Prof. Tarcísio de Arantes Leite, Dr.  
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



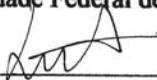
Prof. Nazareno Eduardo de Almeida  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Edair Maria Görski, Dr.ª  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Leandra Cristina de Oliveira, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



A todas e a todos que se sentem  
invisíveis na sua própria língua.



## AGRADECIMENTOS

Aos/às milhões de contribuintes deste país, que financiaram esta pesquisa.

À minha avó, Marly Pesch Mäder, *in memoriam*, e à minha tia-avó, Miriam Pesch Todeschini.

À minha mãe, Soraia de Fátima Ribeiro Colaço, que, apesar de desejar outra carreira para o seu filho, sempre me apoiou nas escolhas que tomei e sempre esteve ao meu lado.

Ao meu pai, Odilon Mäder Netto, que me ensinou o valor da argumentação, da ética, me transmitiu o apreço pela ciência e sempre me proporcionou as melhores condições de educação.

À minha madrastra, Simone Lopes, e ao meu padrasto, Eraldo Rodrigues.

À minha bisavó, Maria de Lourdes Azambuja Mäder, *in memoriam*, que, há muito tempo atrás, me disse: “Um homem vale por quantas línguas fala”. Talvez este gesto tenha influenciado nas minhas escolhas presentes.

Ao meu orientador no Mestrado, Tarcísio de Arantes Leite, que me deu muita liberdade para me embrenhar nesta pesquisa, me fez olhar por novos ângulos, me confrontou com os problemas da minha abordagem sobre o meu objeto de estudo e me introduziu ao pensamento budista.

À minha orientadora na Graduação, Noêmia Guimarães Soares, que, ao escolher este dentre quatro temas que lhe apresentei para desenvolver o trabalho de conclusão de curso (TCC), teve um papel importantíssimo nesta pesquisa.

Aos professores e às professoras da minha banca de qualificação, que apontaram os problemas na minha pesquisa e me deram sugestões valiosíssimas para prosseguir com este trabalho.

A todas as outras professoras e professores que me incentivaram e me iluminaram o caminho, foram pacientes com os meus atrasos e deferiram os meus pedidos de prorrogação, dando-me um voto de confiança.

Ao meu amigo Tiago Jaime Nascimento, que, por duas vezes, conseguiu recuperar este arquivo que agora volto a digitar.

Ao meu amigo Gleiton Lentz, que gentilmente fez para mim a revisão final deste texto, e à amiga e vizinha Louise Townshend da Paixão, que revisou o *abstract*.

A todas as pessoas que contribuíram com esta pesquisa, com sugestões e críticas.

À Mica, que, apesar de ignorar boa parte do que entretem os humanos, ou talvez justamente por isso, ensina-me muito com o seu olhar felino sobre o mundo, além de estar sempre presente nas horas de leitura e escrita.

E às pessoas que, espero eu, se interessem por este trabalho, o continuem e o melhorem, pois, como já diziam antigamente, “homo humus, fama fumus, finis cinis”.

Every individual is at once the beneficiary and the victim of the linguistic tradition into which he has been born – the beneficiary inasmuch as language gives access to the accumulated records of other people’s experience, the victim in so far as it confirms him in the belief that reduced awareness is the only awareness and as it bedevils his sense of reality, so that he is all too apt to take his concepts for data, his words for actual things.

(HUXLEY, 1954)



## RESUMO

Esta dissertação tem como “leitmotiv” a discussão de um uso linguístico – o masculino genérico – e um conceito linguístico – o gênero não marcado – numa situação que chamaremos de sexismo gramatical. O masculino genérico pode ser resumido, em linhas gerais, como o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano (homens e/ou mulheres). O conceito de gênero não marcado, por sua vez, origina-se na escola estruturalista e ainda ocupa um lugar de destaque nos estudos linguísticos atuais como suporte teórico para a descrição do masculino genérico. Ao final desta dissertação, esperamos ter demonstrado ao/à leitor(a) que o uso do masculino genérico e o conceito de gênero não marcado operam em conjunto na manutenção do que chamamos sexismo gramatical.

**Palavras-chave:** Masculino genérico. Sexismo gramatical. Gênero não marcado.



## ABSTRACT

This dissertation has as its “leitmotiv” the discussion about a linguistic usage – the generic masculine – and a linguistic concept – the unmarked gender – in a situation which we will call grammatical sexism. The generic masculine can be described, briefly, as the usage of the masculine grammatical gender to denote the human gender (i.e. men and/or women). The concept of unmarked gender, in its turn, has its origins in the structuralist school and it still holds an important role in contemporary linguistic studies as a theoretical background for the description of the generic masculine. At the end of this dissertation, we hope to have demonstrated to the reader that the usage of the masculine generic and the concept of unmarked gender work together in the maintenance of what we call grammatical sexism.

**Keywords:** Generic masculine. Grammatical sexism. Unmarked gender.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	17
1.1	Problema	17
1.2	Objetivo	22
1.3	Metodologia	23
1.4	Hipótese	24
1.5	Justificativa	24
1.6	Pressupostos teóricos	28
<b>2</b>	<b>Gênero gramatical</b>	37
2.1	Definição	37
2.1.1	Gêneros, classes nominais e classificadores	42
2.1.2	Origem e extinção	48
2.1.2.1	Gêneros gramaticais a partir de classificadores	49
2.1.2.2	Gêneros gramaticais a partir de padrões de concordância morfossintática	51
2.1.2.3	Extinção	51
2.1.3	Função	52
2.2	Motivação semântica	56
2.2.1	Gênero gramatical e gênero biológico-social	59
2.2.2	Gênero gramatical, infância, escravidão e matrimônio	64
2.2.3	Resíduo semântico	68
2.2.3.1	Personificação de seres inanimados	69
2.3	Gênero neutro e gênero comum	73
2.4	Gênero gramatical como categoria conceptual	76

<b>3</b>	<b>Masculino genérico</b>	<b>83</b>
<b>3.1</b>	<b>A denotação do gênero humano</b>	<b>83</b>
<b>3.2</b>	<b>Contextos linguísticos</b>	<b>86</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Pronomes pessoais indefinidos e interrogativos</b>	<b>87</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Nomes genéricos</b>	<b>88</b>
<b>3.2.2.1</b>	<b>Nomes de profissão</b>	<b>89</b>
<b>3.2.2.2</b>	<b>Nomes de nacionalidade (etnônimos/gentílicos)</b>	<b>90</b>
<b>3.2.2.3</b>	<b>Abstrações matemáticas</b>	<b>90</b>
<b>3.2.2.4</b>	<b>A palavra homem</b>	<b>91</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Sintagmas nominais plurais</b>	<b>95</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Sintagmas nominais coordenados</b>	<b>95</b>
<b>3.3</b>	<b>Masculino genérico em outros sistemas semióticos</b>	<b>97</b>
<b>4</b>	<b>Sexismo gramatical</b>	<b>99</b>
<b>4.1</b>	<b>Masculino, gênero “nobre”</b>	<b>100</b>
<b>4.2</b>	<b>Masculino, gênero “não-marcado”</b>	<b>102</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Problemas da aplicação do conceito de “marca” para descrever o masculino genérico</b>	<b>108</b>
<b>4.2.1.1</b>	<b>Feminino genérico</b>	<b>108</b>
<b>4.2.1.2</b>	<b>Masculino específico</b>	<b>111</b>
<b>4.2.1.3</b>	<b>O conceito de gênero não marcado como descrição tautológica</b>	<b>116</b>
<b>5</b>	<b>Masculino, gênero prototípico</b>	<b>127</b>
<b>5.1</b>	<b>Origens dos efeitos prototípicos no masculino genérico</b>	<b>132</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Frequência de uso</b>	<b>132</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Estereótipos culturais</b>	<b>134</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Linguagem androcêntrica</b>	<b>135</b>
<b>5.1.4</b>	<b>Relações de poder entre fala masculina e fala feminina</b>	<b>140</b>
<b>6</b>	<b>Conclusão</b>	<b>147</b>
	<b>Referências</b>	<b>149</b>
	<b>Anexo</b>	<b>159</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta como o seu “leitmotiv” a discussão de um uso linguístico – o *masculino genérico* – e um conceito linguístico – o *gênero não marcado* – e as suas relações numa situação linguística que chamaremos de *sexismo gramatical*. O masculino genérico pode ser resumido, em linhas gerais, como o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano (isto é, a *espécie humana*, incluindo homens *e/ou* mulheres). O conceito de gênero não marcado, por sua vez, origina-se na escola estruturalista e ainda ocupa um lugar de destaque nos estudos linguísticos atuais como suporte teórico para a descrição do masculino genérico. Ao final desta dissertação, esperamos ter demonstrado ao/à leitor(a) o papel que o conceito de gênero não marcado desempenha na manutenção de uma prática linguística sexista – o masculino genérico.

O material que segue está estruturado da seguinte maneira. No capítulo 2, faremos uma revisão teórica sobre a categoria de gênero gramatical, que servirá de base para começarmos a discussão sobre o masculino genérico. No capítulo 3, apresentaremos o nosso objeto de estudo, o masculino genérico. No capítulo 4, veremos como a aplicação do conceito de gênero não marcado pode ser relacionada com uma atitude sexista sobre a língua. No capítulo 5, enfim, apresentaremos uma proposta alternativa de descrição e explicação do masculino genérico.

Na próxima seção, faremos uma breve apresentação sobre o problema teórico a ser abordado nesta pesquisa.

## 1.1 PROBLEMA

O masculino genérico é um tema conhecido – e polêmico (v., para alguns exemplos dentre muitos, CALDAS-COULTHARD, 2007; ROCA, 1992; SPENDER, 1980) – da língua portuguesa, e que se observa também em muitas outras línguas, aliás – e este é um dos aspectos mais intrigantes do masculino genérico – na maioria das línguas do mundo<sup>1,2</sup>.

---

<sup>1</sup> “Apesar de o uso do feminino ser possível, é, no entanto, o masculino que ocorre [em função “genérica”] na maioria das línguas relatadas. (CORBETT, 1991, p. 221)” – tradução minha do original em inglês: “While the use of the feminine is possible, it is nevertheless the masculine which occurs in most of the languages reported on.”

<sup>2</sup> “Na maioria das línguas que têm uma classificação por gênero, a categoria masculina é não marcada (LAKOFF, G. 1984, p. 23).” – tradução minha do original em inglês: “In most languages that have a classification by gender, the male category is unmarked.”

Este uso, o masculino genérico, manifesta-se tipicamente em algumas construções da língua portuguesa, como:

- a) no emprego de nomes masculinos para denotar seres humanos cujo gênero não é conhecido ou não é relevante;
- b) na concordância de gênero de predicados com sujeitos coordenados;
- c) na concordância de predicados com pronomes que não distinguem entre os gêneros masculino e feminino.

Nesses dois últimos casos, geralmente o predicado vem flexionado no masculino. Por exemplo<sup>3</sup>:

- (1) O homem é um animal da ordem dos primatas.
- (2) [...] o homem e a mulher são formados pela cultura e pela sociedade em que vivem [...]
- (3) Quais são os direitos de quem foi demitido?

Nos três enunciados acima, o gênero gramatical masculino denota não apenas o gênero masculino, mas o gênero humano, incluindo homens e mulheres, conforme se infere pelo contexto. Em (1), obviamente a palavra *homem* denota tanto homens quanto mulheres. Em (2), temos, na função de sujeito, um sintagma nominal coordenado, composto por dois nomes, um masculino e um feminino (*o homem e a mulher*). O predicado, no entanto, deve flexionar-se em um ou em outro gênero, exclusivamente; e a “regra” (ou melhor dizendo, o padrão<sup>4</sup>) é a escolha pelo masculino. Em (3), o pronome *quem* não distingue entre masculino e feminino, mas distingue humano de não humano (*quem/o quê*). O predicado, no entanto, deve vir flexionado *ou* no masculino, *ou* no feminino, e a escolha, mais uma vez, dá-se em favor do masculino nesse tipo de construção.

Pode-se, todavia, objetar que a palavra *homem* não seja um bom exemplo de masculino genérico, pois é possível que esse nome (e análogos em outras línguas, como o germânico *\*man*) tenha em outros tempos significado ‘ser humano (de ambos os gêneros)’<sup>5</sup> e ainda retenha

<sup>3</sup> Exemplos colhidos aleatoriamente do Google (www.google.com).

<sup>4</sup> Tanto a etimologia de *regra* (*rex* ‘rei’) quanto a de *padrão* (*pater* ‘pai’) já nos dão pistas sobre a motivação do uso do masculino genérico (cf. BAGNO, 2013).

<sup>5</sup> Em latim, havia, além de *homo*, o nome *vir*, que denotava especificamente o ser humano do gênero masculino (que se percebe ainda no adjetivo *viril*); nas línguas germânicas, havia o cognato *wer* (que deixou resquícios, como no inglês *werewolf* ‘lobisomem’); e, em grego, ainda hoje há três palavras, *άνθρωπος* [*ánthros*], *άνδρας* [*ándras*] e *γυναίκα* [*gynaika*], para denotar os conceitos que, em português, são denotados geralmente por apenas duas, *homem* e *mulher*. O latim *homo*, assim como o

este significado. Caldas-Coulthard (2007, p. 381) já chamava a atenção para essa questão:

Um caso especial de masculino como forma não marcada é o uso da palavra ‘homem’ para significar a ‘raça humana’. A facilidade com que os homens podem esquecer do significado genérico pode ser ilustrada na tão citada observação de Erich Fromm de que ‘os interesses vitais do Homem são a vida, a alimentação e o ‘acesso às mulheres’!

No entanto, com outros nomes masculinos (por exemplo, nomes que designam as pessoas que exercem uma determinada profissão), observa-se, sob uma perspectiva sincrônica, este mesmo fenômeno – o masculino genérico – que se observa com a palavra *homem*. Por exemplo:

- (4) Professores evangélicos são entrave a ensino de cultura afro, diz pesquisadora.<sup>6</sup>
- (5) Senador Dornelles exclui arquitetos da manutenção predial.<sup>7</sup>

Nos dois enunciados acima, podemos considerar, pelo contexto do qual foram colhidos esses enunciados, que os nomes masculinos *professores* e *arquitetos* denotam tanto homens quanto mulheres que exercem as respectivas profissões, e podemos considerar também, por indução, que com outros nomes de profissão ocorra o mesmo fenômeno.

Após esse breve panorama sobre o masculino genérico, vejamos agora qual é o papel do conceito de gênero não marcado na descrição desse uso linguístico.

O masculino genérico, em português, é tradicionalmente explicado e justificado pelo conceito de gênero não marcado, que se

germânico *man*, poderia, através de implicaturas conversacionais convencionalizadas, ter assumido também o significado de ‘ser humano do gênero masculino’, partindo do mais genérico para o mais específico, fazendo os termos mais específicos *vir* e *wer* caírem em desuso.

<sup>6</sup> <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-11-19/professores-evangelicos-sao-entrave-a-ensino-de-cultura-afro-diz-pesquisadora.html>

<sup>7</sup> <http://www.caubr.gov.br/?p=34860>

origina na escola estruturalista e ainda ocupa um lugar de destaque nos estudos linguísticos atuais. Mattoso Câmara (1972, p. 119, grifos meus) já invocava o conceito de “forma não marcada” para o gênero gramatical masculino na sua análise dos gêneros gramaticais do português:

O feminino é, portanto, em português, como uma particularização mórfico-semântica do masculino, uma forma marcada pela adição da desinência /a/. Para usarmos a terminologia de Trubetzkoy, trata-se de uma oposição privativa, onde uma forma marcada pela desinência de feminino se afirma em face de uma *forma não-marcada*, ou de desinência  $\emptyset$  (zero) para o masculino.

Autores mais recentes, como Sirio Possenti (2009, 2011, 2012) e José Borges (2013), seguem pelo mesmo caminho:

Os nomes com marca de gênero, em português, coincidem exatamente com os que estamos acostumados a considerar femininos. Os outros casos, todos, seriam considerados sem gênero (inclusive os nomes considerados masculinos). (POSSENTI, 2012)

[...] há dois tipos de nomes em português – os que “marcam” artigos e adjetivos e os que não marcam. [...] O fato de que os nomes “marcantes” sejam chamados de femininos (e que os “não marcantes” sejam chamados de masculinos) é apenas uma questão de escolhas terminológicas feitas em outras épocas e lugares, a partir de outra teoria das línguas, arbitrariamente e sem qualquer respaldo da realidade. (BORGES, José, 2013, p. 11)

Assim, num enunciado como:

- (6) Todos os homens nascem iguais em direitos e deveres. (*Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, 1789),

considerar-se-ia, segundo aqueles autores<sup>8</sup>, que o masculino denota homens e mulheres, pois este gênero gramatical, enquanto gênero “não

---

<sup>8</sup> Possenti (2012) cita da seguinte maneira: “Também é por isso que se pode dizer que ‘todos nascem iguais em direitos...’, o que inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse ‘todas nascem iguais em direitos...’.”

marcado”, não carregaria marca semântica de gênero, sendo assim adequado para a denotação do gênero humano *como um todo*. Já a feminino denotaria apenas as mulheres, pois este gênero gramatical seria o gênero “marcado”, carregando uma marca semântica de ‘feminino’.

Em outras línguas, como o francês, lança-se mão do mesmo argumento para explicar o uso do masculino genérico. Georges Dumézil e Claude Lévi-Strauss (1984), que redigiram a declaração da Academia Francesa contra a feminização dos nomes de profissão, título, grau e função, explicam e justificam o masculino genérico com base no conceito de gênero não marcado:

O gênero usualmente chamado “masculino” é o gênero *não marcado*, que se pode chamar também *extensivo*, no sentido de que ele é capaz de representar por si só os elementos relativos a um e a outro gênero. Quando se diz “tous les hommes sont mortels”, “cette ville compte 20.000 habitants”, “tous les candidats ont été reçus à l’examen”, etc. o gênero não marcado designa indistintamente homens ou mulheres. Seu emprego significa que, no caso em questão, a oposição dos sexos não é pertinente e que se pode portanto confundi-los.<sup>9</sup>

E em 2002, a Academia Francesa publicou uma nova declaração de autoria coletiva reforçando a sua posição contra a feminização linguística. Percebe-se, então, que o conceito de gênero não marcado ainda está em voga na discussão sobre o masculino genérico.

Conforme vimos até agora, uma explicação recorrente para o masculino genérico é a de que o masculino seria o gênero “não marcado”. Entretanto, consideramos que esta explicação apresenta alguns problemas, dentre os quais:

- a) nem sempre o masculino é empregado genericamente, mas em algumas línguas e em alguns contextos é o feminino que cumpre essa função;

---

<sup>9</sup> “Le genre dit couramment « masculin » est le *genre non marqué*, qu’on peut appeler aussi *extensif* en ce sens qu’il a capacité à représenter à lui seul les éléments relevant de l’un et l’autre genre. Quand on dit « tous les hommes sont mortels », « cette ville compte 20 000 habitants », « tous les candidats ont été reçus à l’examen », etc., le genre non marqué désigne indifféremment des hommes ou des femmes. Son emploi signifie que, dans le cas considéré, l’opposition des sexes n’est pas pertinente et qu’on peut donc les confondre.” – no original em francês, tradução minha.

- b) nem sempre o masculino permite uma interpretação genérica, ou permite tanto uma interpretação genérica quanto uma específica (de acordo com a intenção de quem profere o enunciado), e mesmo quando aparentemente possibilita uma interpretação genérica, esta tende para o masculino específico;
- c) esta explicação baseada no conceito de “marca” é uma simples descrição tautológica, desprovida de poder explicativo.

Estes três problemas serão abordados mais detalhadamente na seção 4.2.1.

## 1.2 OBJETIVO

Tendo em vista que a descrição tradicional do uso do masculino genérico, fundada no conceito de gênero não marcado, é, a nosso ver, inadequada, pelos motivos mencionados na seção anterior, o que propomos neste trabalho é olhar para o mesmo fenômeno considerando tanto *forma* quanto *função*, constituindo, assim, o nosso objeto de pesquisa. Nessa articulação entre forma e função esperamos encontrar o que motiva o uso do masculino genérico, levando em conta, naturalmente, as suas correlações extralinguísticas.

Para tanto, proporemos uma outra descrição linguística sobre o masculino genérico, baseada nos pressupostos teóricos da linguística cognitiva e funcionalista, que condiga com os dados observados no uso da língua e com o corpo de conhecimento acumulado sobre as faculdades cognitivas em geral, das quais a linguagem é parte integrante.

De acordo com Langacker (2001, p. 15),

o objetivo último da descrição linguística é caracterizar, de uma maneira cognitivamente realista, aqueles estruturas e habilidades que constituem a apreensão das convenções linguísticas por parte do falante.<sup>10</sup>

Noutra passagem (p. 1), o mesmo autor diz que

---

<sup>10</sup> “The ultimate goal of linguistic description is to characterize, in a cognitively realistic fashion, those structures and abilities that constitute a speaker’s grasp of linguistic convention.” – no original em inglês, tradução minha.

este modelo [gramática cognitiva] considera que a linguagem não é nem autônoma nem descritível sem referência a processos cognitivos [...].<sup>11</sup>

Esperamos, enfim, que com a proposta de um novo modelo teórico sobre o masculino genérico acabemos por responder, ou pelo menos esclarecer, a questão: por que se utiliza, *na maioria das vezes, e na maioria das línguas*, o gênero gramatical masculino para a denotação do gênero humano, e o que isso tem a ver com sexismo linguístico?

### 1.3 METODOLOGIA

A metodologia que adotaremos neste trabalho consistirá basicamente na revisão bibliográfica e na discussão teórica sobre gênero gramatical (capítulo 2), masculino genérico (capítulo 3) e o conceito de gênero não marcado (capítulo 4, seção 4.2).

A natureza eminentemente teórica desta investigação justifica-se em parte por considerarmos que o nosso objeto de estudo, o masculino genérico, é um fato da língua. Consideramo-lo um fato linguístico com base nos diversos estudos que o problematizam e apontam o sexismo linguístico presente nesse uso, assim como naqueles estudos que o defendem, considerando-o simplesmente um caso de gênero “não marcado”. Ambas as posições reconhecem que o gênero gramatical masculino é (ou (não) deve ser) usado para denotar o gênero humano.

Apesar de esta pesquisa desenvolver-se sobretudo no âmbito teórico, os dados não surgirão *ex nihilo*, da imaginação dos autores, mas serão retirados de situações reais de uso da língua: documentos escritos, *corpora* de língua falada; publicações impressas e *on-line*; e trechos de interações verbais registradas pelo (ou comunicadas para o) pesquisador.

Ainda sobre a escolha do uso de dados factuais, e não de sentenças inventadas pelo linguista, com base na sua “intuição de falante nativo”, vale a pena lembrar o conselho de Bertrand Russel (1959) sobre a importância de atermo-nos aos fatos, e o cuidado de não nos deixarmos desviar pelos paradigmas teóricos e pelas posições político-ideológicas, sempre presentes, adotadas pelo pesquisador:

Quando você estiver estudando qualquer assunto, ou considerando qualquer filosofia, pergunte-se

---

<sup>11</sup> “[T]his model [cognitive grammar] assumes that language is neither self-contained nor describable without reference to cognitive processing [...]” – no original em inglês, tradução minha.

apenas quais são os fatos, e qual é a verdade que esses fatos sustentam. Nunca se deixe desviar, seja por aquilo em que você gostaria de acreditar, seja por aquilo que você acha que teria efeitos sociais benéficos se neles acreditasse. Mas veja apenas quais são os fatos.<sup>12</sup>

#### 1.4 HIPÓTESE

A hipótese apresentada nesta dissertação é a de que um novo modelo teórico, em substituição àquele baseado no conceito de gênero não marcado, pode ser mais adequado para explicar o uso do masculino genérico. Este novo modelo teórico que aqui proporemos distingue-se principalmente pela substituição do conceito de “gênero não marcado” por um conceito de “gênero prototípico”, com base na literatura linguística cognitiva e funcionalista (CROFT; CRUSE, 2004; GIVÓN, 1979, 1995, 2001; LAKOFF, G. 1983, 1984, 1987; LANGACKER, 2001; PINKER, 2008), que será desenvolvido no capítulo 5.

#### 1.5 JUSTIFICATIVA

Há algum tempo que se discute a questão do masculino genérico e do sexismo na língua, em livros (LAKOFF, R. 1975; SPENDER, 1980), jornais (BOSQUE, 2012; FULLER, 1973; LAFUENTE, 2012; MONTEAGUDO, 2012; SABOGAL, 2012), artigos científicos (GOUVEIA, 1998; FUJIMURA, 2005; MARTIN, 1975; OLIVEIRA, [s.d.]; PREWITT-FREILINO; CASWELL; LAAKSO, 2011; ROCA, 1992; SUNDERLAND, 1991) (sem contar os estudos experimentais), blogs e páginas de internet (LANDROIT, 1999; POSSENTI, 2009, 2011, 2012), manuais de redação não sexista (BECQUER, 1999; LÓPEZ, 2012; MAURY-PASQUIER, [s.d.]) e trabalhos de conclusão de curso (MÄDER, 2009; PENNING, 2013), para citar apenas alguns trabalhos de cada gênero.

Adentrando essa discussão, julgamos pertinente esta pesquisa por considerarmos que o uso do masculino genérico, justificado pelo conceito de gênero não marcado, pode, em nome de uma suposta

---

<sup>12</sup> “When you are studying any matter, or considering any philosophy, ask yourself only what are the facts, and what is the truth that these facts bear out. Never let yourself be diverted, either by what you wish to believe, or by what you think would have beneficent social effects if it were believed. But look only and solely what are the facts.” – no original em inglês, tradução minha.

neutralidade, escamotear as relações de poder entre homens e mulheres e contribuir para a manutenção de relações sexistas e opressivas que, aliás, não se mostram apenas na língua, mas em vários aspectos culturais. A polêmica em torno dessa questão varia de sociedade a sociedade, de cultura a cultura, de época a época, o que deixa entrever a influência dos fatores extralinguísticos sobre o tema do masculino genérico e do sexismo linguístico, num sentido mais amplo.

No Brasil, por exemplo, apesar de haver uma resistência menor à feminização dos nomes de profissão (que está intimamente ligada à questão do masculino genérico), em comparação com outros países, dos quais a França é o exemplo mais polêmico<sup>13</sup>, ainda assim há casos onde a questão do gênero de uma palavra causa conflitos, como no caso das variantes *a presidente/a presidenta*. Embora as duas formas estejam no feminino e tenham a mesma denotação, têm conotações diferentes (neste caso, a avaliação subjetiva sobre a figura da presidenta)<sup>14</sup>.

O tema da feminização linguística, aliás, já foi objeto de legislação no Brasil em pelo menos dois momentos. Em 1956, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, sancionou a lei nº 2.749 (BRASIL, 1956), cujo artigo primeiro dizia:

Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprêgo oficial de nome designativo de cargo público: O gênero gramatical dêsse nome, em seu

---

<sup>13</sup> Em 14 de outubro de 2014, o deputado francês Julien Aubert, após haver insistido algumas vezes em dirigir-se à presidente de sessão da Assembleia Legislativa francesa pelo vocativo “Madame le président (Senhora presidente.MASC)”, sofreu uma sanção disciplinar e deixou de receber por um mês um quarto do seu salário (isto é, 1.378 euros perdidos). O deputado ainda tentou justificar o uso do masculino genérico com base na autoridade da Academia Francesa, segundo a qual “la présidente” seria “a esposa do presidente”. A presidente de sessão lembrou ao deputado que na Assembleia Legislativa prevalece o regimento da Assembleia, segundo o qual uma mulher na qualidade de presidente deve ser interpelada pelo nome da sua função parlamentar no gênero gramatical feminino, neste caso, “Madame la présidente (Senhora presidente.FEM)”. (LE NOUVEL OBSERVATEUR, 2014)

<sup>14</sup> A jornalista Miriam Leitão, em entrevista com o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, comenta a opção do político pela forma *presidenta* para referir-se à presidenta da República: “[...] essa expressão que o senhor usa, que ela gosta de ser chamada de *presidenta*, mas normalmente a oposição usa a palavra *presidente*, ou, as pessoas, os jornalistas... porque *presidente* é uma palavra muito mais normal. *A presidenta* soa forte, mas todos os petistas gostam da palavra *presidenta*, e o senhor usa *presidenta*. O senhor não acha que isso aí é um pouco... denota um pouco a sua atitude que é de conciliar, mais do que de ser realmente oposição?” (Globo News, 11 de junho de 2014)

natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genericamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome.

E em 2012, é sancionada a lei nº 12.605 (BRASIL, 2012), pela atual presidenta Dilma Rousseff, que dispõe sobre a flexão de gênero em nomes de profissão ou grau. Segundo o artigo primeiro da referida lei:

As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Além dos problemas citados na seção 1.1, o masculino genérico também é alvo de frequentes críticas na literatura feminista pelo fato de que a eleição do gênero masculino como representante por excelência do gênero humano, segundo muitas autoras, exclui, ou põe em segundo plano, as mulheres. Caldas-Coulthard (2007, p. 373–4), em artigo sobre a exclusão linguística e a invisibilidade da mulher, aponta que “há séculos as mulheres são sistematicamente excluídas dos textos, já que a referência genérica sempre foi a masculina”. Mais adiante (p. 376), observa também que

um sistema gramatical de uma língua levanta questões sócio-políticas muito sérias, já que a prática social dá prioridade, em termos linguísticos, não simplesmente a uma subclasse de substantivos, mas também a um sexo. Nas sociedades patriarcais, o sexo masculino é o prioritário.

Autores e autoras de outras disciplinas também apontam para a assimetria na relação entre os gêneros nas sociedades ocidentais. Fritjof Capra (2010, p. 147–8) observa que

[a] sociedade ocidental tradicionalmente favoreceu o lado masculino em detrimento do feminino. Em vez de reconhecer que a

personalidade de cada homem e de cada mulher é o resultado de uma interação entre elementos masculinos e femininos, ela estabeleceu uma ordem estática onde se supõe que todos os homens sejam masculinos e todas mulheres femininas, e conferiu aos homens os papéis principais e a maioria dos privilégios da sociedade.<sup>15</sup>

E, além do masculino genérico, outras práticas linguísticas (e metalinguísticas) também criam uma hierarquia entre os gêneros masculino e feminino, contribuindo para o apagamento das mulheres no discurso e na história, como a transmissão dos sobrenomes (nomes de família), na qual tradicionalmente se mantém o sobrenome do homem, seja este o pai ou o marido; ou a famosa “regra” de derivação do feminino a partir do masculino, muito frequente em gramáticas normativas e métodos de língua estrangeira, segundo a qual o feminino se forma pelo acréscimo da desinência *-a* (no caso do português) ao radical masculino (guardando uma intrigante analogia com o mito de criação judaico-cristão, segundo o qual a mulher foi criada a partir do homem) sem, no entanto, explicar por que a forma masculina seria mais básica que a forma feminina. Uma outra descrição morfológica, mais igualitária, poderia postular que simplesmente há alternância entre uma forma masculina e uma forma feminina.

Como se exemplificou até agora com os nomes de profissão e com a palavra *homem*, a escolha de um gênero gramatical ou de outro para denotar o gênero humano como um todo não parece ser aleatória, muito menos ingênua. Há fortes indícios de que essa escolha se deva a fatores sociais e culturais, e que se manifestam clara e sistematicamente na língua. Não por acaso, esse uso é muitas vezes objeto de discussões – no meio científico e na sociedade em geral – e alvo de intervenções de políticas linguísticas.

Certamente, além do sexismo há inúmeras outras relações de poder que subjazem a diversas formas de opressão, como o racismo, a homofobia, a intolerância religiosa etc., que são igualmente nefastas. A questão do gênero, no entanto, tem um agravante (do ponto de vista linguístico), em português e em muitas outras línguas. Ao contrário da

---

<sup>15</sup> “Western society has traditionally favoured the male side rather than the female. Instead of recognizing that the personality of each man and of each woman is the result of an interplay between female and male elements, it has established a static order where all men are supposed to be masculine and all women feminine, and it has given men the leading roles and most of society’s privileges.” – no original em inglês, tradução minha.

cor, da etnia, da religião, da orientação política, da orientação e da identidade sexual, que, assim como o gênero, também estão marcadas na língua, o gênero está mais do que estas entranhado na língua – mais especificamente na categoria de gênero gramatical. E, enquanto categoria gramatical, a expressão do gênero em muitas línguas é obrigatória. Logo, enquanto a reforma discursiva e lexical em outros domínios é razoavelmente praticável, uma reforma “gramatical” é, se não impossível, extremamente difícil.

Embora consideremos que o gênero esteja, ao contrário de outras categorias, presente não apenas no léxico, mas também na gramática, assumimos que léxico e gramática não são dois planos separados, mas formam um contínuo. Assim, assumimos que, tanto quanto os itens lexicais, as categorias gramaticais são semanticamente motivadas. Logo, a escolha de um gênero gramatical ou de outro na denotação do gênero humano não é arbitrária, mas motivada. E, considerando que a gramática emerge do uso da língua, não há como ignorar as relações entre os usuários da língua, e entre língua, cultura e sociedade, pois é justamente nessas relações que se realiza a língua, e nela ecoam as relações de poder entre homens e mulheres.

Por fim, lembrando que não se usa o masculino “genericamente” em qualquer contexto, nem em todas as línguas, podemos defender que o emprego do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano se dá em razão do que se quer dizer, e fazer, com a língua, seja essa escolha consciente ou condicionada pelo uso estabelecido dentro da sociedade.

## 1.6 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, faremos uma breve explanação dos pressupostos teóricos sobre os quais se apoia esta pesquisa, tomando como ponto de partida a seguinte passagem de Wittgenstein (1987, p. 251, n. 96):

À ilusão particular, aqui referida, vêm juntar-se outras, de muitos outros lados. O pensamento, a linguagem, aparecem-nos como sendo um correlato único, uma imagem do mundo. Os conceitos proposição, linguagem, pensamento, mundo, etc., seguem-se uns aos outros, sendo cada um equivalente ao outro. (Mas para que é que se usam agora estas palavras? Falta o jogo de linguagem em que poderiam ser aplicadas).

Seguindo pelo caminho aberto por Wittgenstein, consideramos que o pensamento e a linguagem não são meros espelhos da realidade<sup>16</sup>, rejeitando, assim, a concepção filosófica tradicional, platônico-aristotélica, segundo a qual a razão humana é instância de uma razão metafísica, que consistiria na manipulação de símbolos que obteriam o seu significado através de uma correspondência com um mundo objetivamente construído – concepção que Lakoff chama de *objetivismo*. Nas suas próprias palavras:

Chamaremos objetivismo à visão tradicional, pela seguinte razão: tentativas contemporâneas de fazê-la funcionar assumem que o pensamento racional consiste na manipulação de símbolos abstratos e que esses símbolos obtêm o seu significado através de uma correspondência com o mundo, objetivamente construído, isto é, independente do entendimento de qualquer organismo. Uma coleção de símbolos colocada em correspondência com um mundo objetivamente estruturado é vista como uma representação da realidade. (LAKOFF, G. 1987, p. xii)<sup>17</sup>

Em lugar dessa concepção objetivista, adotaremos a posição defendida por Lakoff (1987, p. xvi), segundo a qual a razão e a linguagem têm uma base corpórea, dependente da natureza do corpo humano, da sua experiência nas suas interações com o seu meio natural

---

<sup>16</sup> “O mapa não é o território (KORZYBSKI, 1958, p. xvii)” – no contexto, no original em inglês: “*Languages, formulational systems, etc., as maps and only maps of what they purport to represent*: This awareness led to the three premises (popularly expressed) of general semantics: the map is not the territory; no map represents *all* of ‘its’ presumed territory; maps are self-reflexive, i.e., we can map our maps indefinitely. Also, every map is *at least*, whatever else it may claim to map, a map of the map-maker: her/his assumptions, skills, world-view, etc. By maps we should understand everything and anything that humans formulate – including this book and my present contributions, but also including (to take a few in alphabetical order), biology, Buddhism, Catholicism, chemistry, Evangelism, Freudianism, Hinduism, Islam, Judaism, Lutheranism, physics, Taoism, etc., etc., ...!”

<sup>17</sup> “We will be calling the traditional view objectivism for the following reason: Modern attempts to make it work assume that rational thought consists of the manipulation of abstract symbols and that these symbols get their meaning via a correspondence with the world, objectively construed, that is, independent of the understanding of any organism. A collection of symbols placed in correspondence with an objectively structured world is viewed as a representation of reality.” – no original em inglês, tradução minha.

e social, tais como os seres humanos os percebem através dos seus sentidos e os apreendem com o seu sistema cognitivo – posição que o autor denomina *realismo experiencial*, ou *experientialismo*:

Na visão experiencialista, a razão torna-se possível pelo corpo – que inclui a razão abstrata e criativa, assim como o raciocínio sobre coisas concretas. A razão humana não é uma instância da razão transcendental; ela emerge da natureza do organismo e tudo isso contribui para a sua experiência individual e coletiva: a sua herança genética, a natureza do ambiente no qual ele vive, a maneira pela qual ele funciona nesse ambiente, a natureza do seu funcionamento social, e afins. (LAKOFF, G. 1987, p. xiv–xv)<sup>18</sup>

Que a linguagem não é uma representação direta de um mundo que existe independentemente do observador, mas que é na verdade uma construção subjetiva sobre a “realidade”, também é ilustrado na seguinte passagem de Langacker (2001, p. 12):

[o]s recursos simbólicos de uma língua geralmente proveem uma gama de imagens alternativas para descrever uma dada cena, e mudamos de uma para outra com muita facilidade, muitas vezes dentro dos limites de uma única oração.<sup>19</sup>

Não obstante, ainda que a linguagem não seja uma representação especular da realidade, ela pode nos oferecer pistas sobre como são construídos os diversos modelos que construímos para interpretar as realidades nas quais vivemos. De acordo com Pinker (2008, p. vii–viii, grifos meus),

---

<sup>18</sup> “On the experientialist view, reason is made possible by the body – that includes abstract and creative reason, as well as reasoning about concrete things. Human reason is not an instantiation of transcendental reason; it grows out of the nature of the organism and all that contributes to its individual and collective experience: its genetic inheritance, the nature of the environment it lives in, the way it functions in that environment, the nature of its social functioning, and the like.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>19</sup> “The symbolic resources of a language generally provide an array of alternative images for describing a given scene, and we swift from one to another with great facility, often within the confines of a single sentence.” – no original em inglês, tradução minha.

[u]m olhar mais atento sobre a nossa fala - nossas conversas, nossas piadas, nossos xingamentos, nossas disputas judiciais, os nomes que damos aos nossos bebês – pode, portanto, mostrar-nos quem somos [...] A linguagem está entranhada na vida humana. Usamo-la para informar e persuadir, mas também para ameaçar, seduzir, e, claro, para xingar. *Ela reflete a maneira pela qual apreendemos a realidade*, e também a imagem que tentamos projetar para os outros, e os laços que nos unem a eles.<sup>20</sup>

Seguindo por essas pistas que a linguagem nos oferece sobre a nossa experiência da “realidade”, percebemos que, não raro, no uso cotidiano da linguagem, deparamo-nos com diversos problemas nesse processo de construção do “real”, que põem em evidência os vãos entre a linguagem, o pensamento e a realidade. “Sempre que proferimos um enunciado, inconscientemente estruturamos cada aspecto da experiência que pretendemos veicular (CROFT; CRUSE, 2004, p. 40)”<sup>21</sup>.

Entre esses problemas, encontra-se aquele que chamamos de masculino genérico. Porém, antes de o abordarmos, passaremos por outros problemas que envolvem a relação entre a linguagem, o pensamento e a realidade, para ganhar uma perspectiva mais ampla sobre o nosso tema.

Começamos com um primeiro tipo de problema envolvendo linguagem e pensamento: *coisas que podem ser ditas, mas não podem ser imaginadas*. Tentemos, por exemplo, imaginar, isto é, construir uma imagem mental (visual) de um círculo quadrado, ou de um verde avermelhado (ou um vermelho esverdeado). O círculo quadrado provavelmente não apenas não existe no mundo “real” (o que, de fato, pouco importa aqui), como tampouco existe enquanto imagem mental (pelo menos não do mesmo modo que um triângulo equilátero ou um retângulo quadrado). O círculo quadrado é um objeto impossível de ser visualizado mentalmente – em outras palavras, *imaginado*. No entanto, pode ser descrito pela linguagem, como acabamos de fazê-lo, numa

---

<sup>20</sup> “A close look to our speech – our conversations, our jokes, our curses, our legal disputes, the names we give our babies – can therefore give us insight into who we are. [...] Language is entwined with human life. We use it to inform and persuade, but also to threaten, to seduce, and of course to swear. It reflects the way we grasp reality, and also the image of ourselves we try to project to others, and the bonds that tie us to them.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>21</sup> “Whenever we utter a sentence, we unconsciously structure every aspect of the experience we intend to convey.” – no original em inglês, tradução minha.

expressão linguisticamente inteligível e imageticamente irrepresentável, aparentemente paradoxal.

Parece que se poderia dizer: “A linguagem das palavras autoriza concatenações de palavras sem sentido, mas a linguagem da imaginação não autoriza imagens mentais sem sentido”. (WITTGENSTEIN, 1987, p. 438, n. 512)

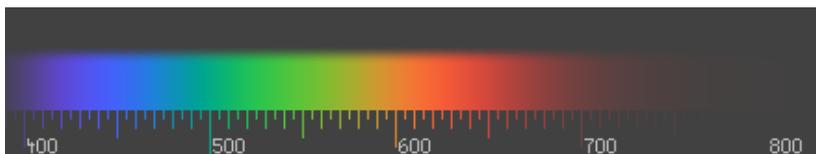
A mesma afirmação sobre o círculo quadrado vale para o verde avermelhado, que é impossível de ser visualizado, em circunstâncias normais<sup>22</sup>, da mesma forma como visualizamos o verde azulado ou o azul esverdeado.

Se quiséssemos pensar num laranja azulado, num verde avermelhado, ou num violeta amarelado, teríamos a mesma sensação do que a de um vento sudoeste vindo do Norte... (WITTGENSTEIN, 2007, n. 21)<sup>23</sup>

Com os exemplos acima, podemos considerar que nem tudo o que pode ser dito pode ser imaginado.

Passemos agora para um segundo problema envolvendo pensamento e linguagem (de certa maneira, o oposto do primeiro): *coisas que podem ser imaginadas, mas não podem ser ditas*. Pensemos, por exemplo, na cor azul. O que chamamos de *azul* compreende várias possíveis nuances de cor, cada uma correspondendo a um determinado comprimento de onda no espectro de luz visível, como se pode observar na figura abaixo.

Figura 1. Espectro luminoso e comprimentos de onda



<sup>22</sup> Cf. Lakoff (1987, p. 198–9), sobre as bases fisiológicas para a impossibilidade de percepção de cores como o vermelho esverdeado, e estes autores (BILLOCK; GELASON; TSOU, 2010; CRANE; PIANTANDIA, 1983) sobre métodos artificiais para a visualização das chamadas “cores proibidas”.

<sup>23</sup> “If we were to think of a bluish-orange, a reddish-green, or a yellowish-violet, we would have the same feeling as in the case of a southwesterly northwind.” – no original em inglês, tradução minha.

Claro, podemos especificar melhor a que tipo de azul nos referimos: *azul-celeste*, *azul-marinho* etc., mas ainda estaríamos referindo-nos a categorias que compreendem várias nuances de azul-celeste, azul-marinho... E, a essa altura, já percebemos que nenhuma língua terá um nome para cada matiz de cor, mas apenas nomes que reúnem, numa mesma categoria<sup>24</sup>, diversas experiências subjetivas e particulares que denominamos *cores*, e que podem variar de língua para língua<sup>25</sup>, e de pessoa para pessoa.

E felizmente é assim. Não fosse a capacidade de categorizar, viveríamos num mundo tão angustiante quanto o de Funes, o memorioso:

Não apenas lhe custava compreender que o símbolo genérico *cachorro* abarcava tantos indivíduos díspares de diversos tamanhos e diversa forma; incomodava-o que o cachorro das três e quatorze (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cachorro das três e quinze (visto de frente). Sua própria cara no espelho, suas próprias mãos, surpreendiam-no a cada vez. [...]. Suspeito, todavia, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. (BORGES, J. L., [s.d.]<sup>26</sup>)

---

<sup>24</sup> Poderíamos considerar *azul* uma categoria de nível básico (cf. LAKOFF, G. 1987, p. 31–40) em português, que corresponde à cor focal *azul* (BERLIN; KAY, 1969; HEIDER [ROSCHE], 1972; LAKOFF, G., 1987, p. 24–30). Categorias subordinadas em relação ao azul seriam *azul-celeste* e *azul-marinho*, por exemplo. Em outras línguas, ao que conhecemos como *azul* poderiam corresponder mais de uma categoria de nível básico, como em russo *голубой* [goluboy] ‘azul claro’ e *синий* [siniy] ‘azul escuro’.

<sup>25</sup> Cf. Hjelmslev (1978, p. 201): “Por trás dos paradigmas que, nas diferentes línguas, são formados pelas designações de cores, podemos, por subtração das diferentes, isolar um tal contínuo amorfo: o espectro das cores no qual cada língua estabelece arbitrariamente suas fronteiras.”

<sup>26</sup> “No sólo le costaba comprender que el símbolo genérico perro abarcara tantos individuos díspares de diversos tamaños y diversa forma; le molestaba que el perro de las tres y catorce (visto de perfil) tuviera el mismo nombre que el perro de las tres y cuarto (visto de frente). Su propia cara en el espejo, sus propias manos, lo sorprendían cada vez. [...]. Sospecho, sin embargo, que no era muy capaz de pensar. Pensar es olvidar diferencias, es generalizar, abstraer.” – no original em espanhol, tradução minha.

Lakoff (1987, p. 6) também observa o mesmo ponto: “[s]em a habilidade de categorizar, simplesmente não poderíamos funcionar, seja no mundo físico, seja em nossas vidas sociais e intelectuais”<sup>27,28</sup>.

Consideremos agora um caso similar ao abordado nos parágrafos precedentes, mas com um exemplo mais próximo do mundo humano: as cores de pele. De maneira análoga à que ocorre com a cor azul, ao que chamamos *branco* e *negro* correspondem, na verdade, uma enorme variedade de cores de pele, e que, aliás, raramente correspondem ao branco ou ao negro de outros seres. O “branco” da cor da pele de seres humanos não é a mesma cor que o branco do mármore, da cal, ou das penas de uma pomba. O “negro”, da mesma maneira, não é a mesma cor que o negro do carvão, do petróleo ou das penas do urubu.

O projeto *Humanæ (work in progress)*, da artista Angélica Dass ([s.d.]), ilustra o quão longe as categorias “branco” e “negro” estão de dar conta da ampla gama de cores possíveis da pele humana. Na sua obra (v. Figura 2), retratos 11x11 de voluntários e voluntárias são dispostos horizontalmente, o plano de fundo de cada retrato é pintado com o mesmo tom de cor da pele do rosto de cada voluntário, e a única informação inserida em cada retrato é o código Pantone de cada cor. Essa imensa variedade de cores, ainda mais aparente quando codificada pelas guias Pantone, dá uma mostra da diversidade de tons de pele, a qual não pode ser expressa linguisticamente em todo o seu detalhe pelas categorias *branco* e *negro*.

---

<sup>27</sup> “Without the ability to categorize, we could not function at all, either in the physical world or in our social and intellectual lives.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>28</sup> Cf. Croft e Cruse (2004): “Experiências nunca se repetem exatamente: a nossa habilidade de aprender com a experiência passada seria seriamente prejudicada se não pudéssemos relacionar o presente com aspectos similares da experiência passada, isto é, colocando-as nas mesmas categorias conceptuais” – tradução minha do original em inglês: “Experiences never recur exactly: our ability to learn from past experience would be severely impaired if we could not relate the present to similar aspects of past experience, that is, by putting them into the same conceptual categories.”

Figura 2. Projeto *Humanæ* (work in progress)



Aliás, existe também a categoria *cor de pele* (usada, às vezes, para denominar alguns lápis de cor e algumas peças de vestuário) ainda mais vaga e subjetiva que *branco* e *negro*, mas que tende mais para o branco do que para o negro, e esse caso não está dissociado da questão do masculino genérico e do conceito de elemento não marcado, no que se percebem os paralelos entre sexismo e racismo<sup>29</sup>.

Vemos, portanto, que muitos aspectos da realidade não podem ser representados linguisticamente, do que se pode inferir que a linguagem está longe de ser uma representação especular da “realidade”. “O pensamento é imaginativo, no sentido em que os conceitos [...] vão todos além do espelhamento literal, ou da representação, da realidade externa. (LAKOFF, G. 1987, p. xiv)”<sup>30</sup>. Há coisas que podem ser

<sup>29</sup> Em latim, *genus*, que deu origem a *gênero* em português, também tinha o significado de ‘raça’ (BUCK, 1949, p. 85; ERNOUT; MEILLET; ANDRÉ, 2001, p. 270).

<sup>30</sup> “Thought is imaginative, in that those concepts which are not directly grounded in experience employ metaphor, metonymy, and mental imagery – all of which go

imaginadas, ou percebidas, mas não podem ser expressas linguisticamente, pela própria natureza da linguagem. E, ainda que o fossem, não expressariam nada além do que nos é dado a conhecer através dos nossos sentidos e do que podemos compreender com os nossos cérebros.

De maneira análoga ao que ocorre com a expressão linguística das cores, encontramos obstáculos na expressão linguística da categoria *gênero*, e aí se origina o problema do masculino genérico, mais especificamente formulado da seguinte maneira. Podemos imaginar:

- a) uma situação factual envolvendo uma pessoa cujo gênero desconhecemos ou não possamos definir com as categorias que possuímos;
- b) uma situação hipotética envolvendo uma pessoa que pode ser de qualquer gênero;
- c) uma situação factual ou hipotética envolvendo um conjunto de pessoas de diversos gêneros.

Se, por um lado, podemos criar representações mentais das situações elencadas na lista acima; por outro lado, ao representarmos linguisticamente essas situações, pelo menos em português, somos forçados a fazer uma especificação que não necessariamente existe enquanto representação mental, que se dá na escolha entre o gênero gramatical masculino ou feminino, seja na escolha de nomes masculinos ou femininos, seja na concordância em gênero gramatical das palavras relacionadas sintaticamente ao nome que denote a pessoa em questão. Em português, geralmente essa escolha se dá em favor do gênero gramatical masculino, o que vem a ser a construção gramatical denominada masculino genérico.

Antes de adentrarmos o tema do masculino genérico, passaremos a uma breve revisão teórica sobre a categoria de gênero gramatical, que será o tema do capítulo 2.

## 2 GÊNERO GRAMATICAL

Gênero gramatical é uma categoria intrigante em muitos aspectos, a começar pelo seu próprio nome, pois *gênero* também pode significar ‘categoria, classe, tipo, espécie’. A sua raiz (ERNOUT; MEILLET; ANDRÉ, 2001, p. 270), do latim *genus*, cognata do grego *γένος* [génos], remete à ideia de nascimento, origem – *gênese*. Por metonímia, a palavra *gênero* passa a denotar seres que têm origem comum ou semelhanças naturais, e assim o seu significado estende-se também às coisas abstratas e inanimadas classificáveis numa mesma categoria, como os gêneros gramaticais, que organizam nomes em diferentes categorias.

A categoria de gênero gramatical está presente em diversas línguas de diferentes famílias linguísticas, mas não é uma categoria linguística universal. Algumas línguas, como as fino-úgricas, não têm gênero gramatical. Outras podem ter cerca de uma dezena de gêneros gramaticais (ou classes nominais), como as línguas banto. As línguas indo-europeias, como o português, têm geralmente dois ou três gêneros, que se baseiam em parte na percepção de diferença sexual (CORBETT, 1991, p. 1-2).

Em algumas línguas que possuem gênero gramatical, essa categoria pode ter um papel marginal, como no inglês, em que ela se manifesta apenas na retomada anafórica ou na referência dêitica com os pronomes de 3ª pessoa do singular: *he, she* ou *it*<sup>1</sup>. Já em outras línguas, como o português, o gênero gramatical faz-se muito mais presente, e essa categorização reflete-se em diversas classes de palavras sintaticamente ligadas aos nomes, que serão todos classificados como masculinos ou femininos.

Antes de discutirmos sobre como os nomes são classificados em diferentes gêneros gramaticais, convém fazer uma breve revisão da definição de gênero enquanto categoria gramatical: o que é, de onde vem, para que serve, e o que a distingue de outras categorias vizinhas.

### 2.1 DEFINIÇÃO

Gênero gramatical é uma categoria tipicamente associada aos nomes. No entanto, estes podem ser categorizados de diversas outras

---

<sup>1</sup> Com poucas exceções, em inglês usa-se o gênero gramatical masculino para pessoas do gênero masculino, o feminino para pessoas do gênero feminino e o neutro para seres não-humanos (cf. CORBETT, 1991, p. 12).

maneiras, por critérios semânticos ou morfofonológicos, sem que essas categorias sejam consideradas gêneros gramaticais.

Às vezes se afirma, por exemplo, que uma língua tem um gênero particular com base num conjunto de nomes com comportamento morfológico similar. Sob esse ponto de vista, poder-se-ia afirmar que o inglês tem um gênero ‘abstrato’, compreendendo nomes que terminam em *-tion*. Obviamente, isso não é satisfatório, e devemos limitar-nos a verdadeiros sistemas de gênero que podem ser demonstrados com base em evidências de concordância. (CORBETT, 1991, p. 31)<sup>2</sup>

Portanto, deve-se definir o que distingue gênero gramatical de outras categorizações nominais possíveis, e na citação acima já entrevemos o fator determinante na definição de gênero gramatical: *evidências de concordância*.

Embora pareça uma questão simples, sem uma definição sólida do que é gênero gramatical não se pode determinar com exatidão quantos gêneros gramaticais há numa língua. Há linguistas, como John Martin<sup>3</sup> (1975) que põem em questão a existência do gênero masculino em português, e afirmam que existe apenas uma distinção entre nomes “com marca de gênero” e nomes “não-marcados”.

Seguiremos neste trabalho a definição de Greville Corbett (1991, p. 1)<sup>4</sup>, que, retomando a definição de Charles Hockett, resume gênero gramatical como “classes de nomes que se refletem no comportamento de palavras associadas”<sup>5</sup>. Para uma definição mais

<sup>2</sup> “Sometimes it is claimed, for example, that a language has a particular gender on the basis of a set of nouns with similar morphological behavior. On this basis, it could be claimed that English has an ‘abstract’ gender, comprising nouns ending in *-tion*. Clearly, this is unsatisfactory and we shall limit ourselves to true gender systems which can be demonstrated on the basis of agreement evidence.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>3</sup> Linguista canadense que em 1975 escreveu um artigo sobre o gênero gramatical no português brasileiro.

<sup>4</sup> Apesar de um tanto antiga, a definição de Corbett é bastante sólida e ainda muito citada em trabalhos recentes, e não vemos motivos para não a utilizar na descrição dos gêneros gramaticais do português. Como observa Luraghi (2011, p. 458), “a pesquisa atual sobre gênero gramatical, pelo menos desde Corbett (1991) em diante, assume a definição de Hockett.” – no original em inglês: “current research on gender systems, at least from Corbett (1991) onward, assumes Hockett definition”.

<sup>5</sup> “Genders are classes of nouns reflected in the behavior of associated words.” – no original em inglês, tradução minha.

técnica dessas classes, Corbett (1991, p. 147) recorre ao conceito de *classes de concordância*, de Andrei Zalizniak:

Uma classe de concordância é um conjunto de nomes tais que quaisquer dois membros deste conjunto têm a propriedade de  
sempre que  
(i) estiverem na mesma forma morfosintática  
e  
(ii) ocorrerem no mesmo domínio de concordância  
e  
(iii) tiverem o mesmo item lexical como alvo de concordância,  
então,  
seus alvos terão a mesma realização morfosintática.<sup>6</sup>

Em outras palavras, pode-se dizer que dois nomes pertencem à mesma classe de concordância se, dadas as mesmas condições, ambos selecionarem os mesmos tipos de formas de concordância (CORBETT, 1991, p. 148).

Vejamos em maior detalhe o que diz cada uma das condições elencadas acima:

- (i) *mesma forma morfosintática*: os nomes devem ter as mesmas características morfosintáticas. Devem estar, por exemplo, no mesmo número e no mesmo caso. Em português, devem estar no mesmo número: ambos no singular ou ambos no plural.
- (ii) *mesmo domínio de concordância*: a configuração do ambiente sintático no qual ocorrem os nomes deve ser a mesma em cada situação. Por exemplo, a concordância do artigo/demonstrativo/adjetivo/numeral com o nome dentro de um sintagma nominal, ou a concordância entre sujeito e verbo dentro de uma oração.
- (iii) *mesmo alvo de concordância*: o item lexical que servirá de elemento concordante (alvo) deverá ser o mesmo. Por exemplo, em português, se forem usados itens lexicais

---

<sup>6</sup> “An agreement class is a set of nouns such that any two members of that set have the property that whenever (i) they stand in the same morphosyntactic form and (ii) they occur in the same agreement domain and (iii) they have the same lexical item as agreement target then their targets have the same morphological realization.” – no original em inglês, tradução minha.

diferentes como determinantes de um mesmo nome, por exemplo, *alegre e bonito*, não chegaríamos ao número correto de gêneros gramaticais, pois *alegre* possui apenas uma forma para masculino e feminino, enquanto *bonito* possui duas: *bonito, bonita*.

Apliquemos agora esse conjunto de condições em exemplos do português<sup>7</sup>, para ilustrar como o conceito de classe de concordância fornece os meios para determinar o número de gêneros gramaticais:

- |     |                    |                               |
|-----|--------------------|-------------------------------|
| (1) | um menino pequeno  | compare: * uma menino pequena |
| (2) | um jardim pequeno  | compare: * uma jardim pequena |
| (3) | uma menina pequena | compare: * um menina pequeno  |
| (4) | uma flor pequena   | compare: * um flor pequeno    |

Nos exemplos acima, os nomes são testados em condições idênticas. Eles estão na mesma forma morfossintática (singular), no mesmo domínio de concordância (concordância de determinantes – artigo e adjetivo – com um nome dentro de um sintagma nominal), sendo que os itens lexicais no papel de elementos concordantes são os mesmos (*um(a)* e *pequen-*). Os nomes *menino* e *jardim* exigem que o artigo e o adjetivo estejam na mesma forma *A* (*um, pequeno*, v. (1) e (2)), enquanto *menina* e *flor* exigem que o artigo e o adjetivo estejam na mesma forma *B* (*uma, pequena*, v. (3) e (4)). Se passarmos as sentenças acima para o plural, veremos que a concordância exigida pelos nomes utilizados nos exemplos anteriores se mantém:

- |     |                       |                                  |
|-----|-----------------------|----------------------------------|
| (5) | uns meninos pequenos  | compare: * umas meninos pequenas |
| (6) | uns jardins pequenos  | compare: * umas jardins pequenas |
| (7) | umas meninas pequenas | compare: * uns meninas pequenos  |
| (8) | umas flores pequenas  | compare: * uns flores pequenos   |

Os nomes *menino* e *jardim*, portanto, pertencem à classe de concordância *A*, assim como *menina* e *flor* à classe de concordância *B* (CORBETT, 1991, p. 149-50). Temos, então, duas classes de concordância em português, que constituem os gêneros gramaticais desta língua: masculino e feminino.

---

<sup>7</sup> Exemplos adaptados de Corbett (1991, p. 149), com dados do francês, no original. Os resultados para o português brasileiro, quanto ao número de gêneros gramaticais, são os mesmos.

Conforme vimos nos exemplos acima, um aspecto crucial da definição de gênero gramatical é a *concordância* de palavras sintaticamente relacionadas com os nomes – no caso do português: artigos, numerais, demonstrativos, adjetivos, participípios e pronomes. A definição de classe de concordância permite determinar o número de classes (gêneros gramaticais) entre as quais estão distribuídos os nomes de uma determinada língua. Enquanto os nomes pertencem normalmente a um único gênero gramatical, os elementos que concordam com o nome podem ter mais de um gênero gramatical (tanto é que dizemos que os nomes *pertencem* a um gênero, e outras classes de palavras *concordam* em gênero).

Portanto, em português, os nomes estão divididos em duas classes, e o gênero do nome determinará o gênero dos elementos relacionados sintaticamente a ele. No entanto, é possível que os elementos que concordam sintaticamente com os nomes (adjetivos, artigos, pronomes etc.) possam apresentar uma menor variedade de formas morfossintáticas, por exemplo, adjetivos como *alegre*, *triste*, ou numerais como *três*, *quatro*, os quais apresentam uma única forma para o masculino e o feminino.

Neste ponto, faz-se necessário recorrer aos conceitos de gênero-controle (*controller gender*), ao qual pertence o nome; e gênero-alvo (*target gender*), que é marcado em adjetivos, verbos, artigos e outros elementos que concordem sintaticamente com o nome.

*Gênero-controle* é a denominação das classes em que estão distribuídos os nomes, normalmente atribuídos a um único gênero. É uma propriedade exclusivamente nominal. *Gênero-alvo*, por outro lado, é como são chamadas as diferentes formas dos elementos que concordam com o nome. Assim, ao contrário dos nomes, que pertencem normalmente a um único gênero, os elementos que concordam com os nomes (artigos, adjetivos etc.) podem ter mais de um gênero (CORBETT, 1991, p. 188). No caso do português, há uma correlação bastante direta entre gênero-controle e gênero-alvo, isto é, para cada gênero-controle há geralmente um gênero-alvo – uma forma morfossintática específica na qual são flexionados os elementos que concordam com o nome, conforme os exemplos (1)-(8). Porém, nem sempre essas duas categorias coincidem. Em português, por exemplo, há palavras que não fazem distinção entre masculino e feminino, como os adjetivos e numerais já citados acima (*alegre*, *triste*, *três*, *quatro*). No entanto, isso não quer dizer que, nesses casos, haja apenas um gênero em português, ou que haja um terceiro gênero gramatical – “neutro”, pois a quantidade de gêneros gramaticais é determinada pelo número de

classes de concordância nas quais estão distribuídos os *nomes*, exclusivamente, ou seja, o número de gêneros-controle.

O gênero gramatical, além de manifestar-se na concordância de palavras relacionadas sintaticamente com o nome, pode estar marcado na morfologia do próprio nome. Essa é a característica de línguas de gênero *transparente* (*overt*). Outras línguas não deixam entrever o gênero gramatical a partir das formas dos nomes: são as línguas de gênero *opaco* (*covert*). No entanto, a distinção entre esses dois tipos, transparente e opaco, não é tão nítida (CORBETT, 1991, p. 62), e seria melhor representada como uma escala gradual. O português estaria mais próximo das línguas de gênero transparente, pois apresenta, na sua morfologia nominal, muitos indícios do gênero gramatical, como algumas terminações típicas associadas ao masculino (-o) ou ao feminino (-a), assim como alguns sufixos derivacionais (-ção, -dade etc.) que determinam o gênero gramatical do nome derivado. O sueco, em comparação, estaria bem mais próximo das línguas de gênero opaco:

O gênero da maioria dos nomes [em sueco], no entanto, não é atribuído com base na forma morfológica do nome, mas tem de ser aprendido no processo de aquisição de linguagem. O gênero nominal [*controller gender*] é quase sempre opaco, no sentido de que ele é evidente apenas em formas de concordância no singular. (HORNSCHEIDT, 2003)<sup>8</sup>

### 2.1.1 Gêneros, classes nominais e classificadores

Antes de continuarmos com a revisão sobre a categoria de gênero gramatical, faz-se necessário esclarecer a distinção entre gênero gramatical, classe nominal e classificadores.

Começemos com a distinção entre gênero e classe nominal. Pode-se dizer que aqui há muitas vezes apenas uma diferença terminológica, sendo as duas em essência a mesma categoria. Por exemplo, considera-se que as línguas indo-europeias têm gêneros gramaticais, e as línguas caucasianas classes nominais. Porém, segundo Corbett (1991, p. 146),

---

<sup>8</sup> “The gender of most nouns, however, is not assigned on the basis of the noun’s morphological shape, but has to be learned in the process of language acquisition. Nominal gender is almost always covert in that it is evident in agreement forms in the singular only.” – no original em inglês, tradução minha.

de pouco adianta tentar manter uma distinção estrita entre ‘gênero’ e ‘classe nominal’, já que sistemas similares são descritos como gêneros numa família linguística e como classes nominais noutra.<sup>9</sup>

O exemplo que dá o autor é a diferença de nomenclatura dos gêneros/classes nominais do tAMIL (família dravídica) e do KARATA (família caucasiana). Considera-se que o tAMIL possui três gêneros gramaticais, enquanto que o KARATA possui três classes nominais. No entanto, tanto o tAMIL quanto o KARATA têm três gêneros (ou classes nominais) que funcionam da mesma maneira: os nomes são distribuídos entre as três classes de acordo com os mesmos critérios semânticos, e estas três classes são definidas pelo mesmo critério: a concordância sintática. “A diferença é antes de tradição gramatical do que de dados linguísticos (CORBETT, 1991, p. 146)”<sup>10</sup>.

[...] línguas diferentes podem ter sistemas similares, mas os linguistas que trabalham com elas podem usar rótulos diferentes. Por exemplo, várias línguas do nordeste do Cáucaso têm três gêneros e atribuem nomes a esses gêneros usando os mesmos critérios semânticos, tal qual o tAMIL. [...] ao passo que na linguística dravídica costuma-se falar de ‘gêneros’, aqueles que trabalham com línguas caucasianas costumam falar de ‘classes nominais’ em vez de ‘gêneros’. O uso de ‘gênero’ ou ‘classe nominal’ é também mais uma questão de tradição do que de substância [...]. (CORBETT, 1991, p. 9–10)<sup>11</sup>

É importante observar que Corbett desconsidera a distinção entre gênero gramatical e classe nominal com base na comparação de

---

<sup>9</sup> “There is little point in trying to maintain a strict distinction between ‘gender’ and ‘noun class’ since similar systems are described as genders in one language family and as noun classes in another.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>10</sup> “The difference is one of grammatical tradition rather than of linguistic data.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>11</sup> “[...] different languages may have similar systems but linguists working on them may use different labels. For instance, several North-East Caucasian languages have three genders and assign nouns to them using the same semantic factors as does Tamil. [...] while in Dravidian linguistics it is normal to talk of ‘genders’, those working on Caucasian languages usually talk of ‘noun classes’ rather than ‘genders’. The use of ‘gender’ or ‘noun class’ is also more a matter of tradition than of substance [...]” – no original em inglês, tradução minha.

línguas dravídicas e línguas caucasianas. Neste caso, segundo o autor, a distinção entre gênero gramatical e classe nominal seria apenas terminológica. Outros autores, como Grinevald e Seifart (2004, p. 246-8), a partir de exemplos de línguas nigero-congolesas e amazônicas, oferecem argumentos para distinguir classe nominal e gênero gramatical (as duas categorias podem co-ocorrer numa mesma língua), mas este ponto não será aprofundado aqui.

Passada a questão de nomenclatura de gênero/classe nominal, passemos agora à distinção entre gênero gramatical e classificador. Aqui se trata, de fato, de uma distinção mais saliente, embora as duas categorias possam ter relação entre si, tanto funcional quanto genética.

A diferença fundamental entre gêneros e classificadores reside no fenômeno da concordância sintática. “Gêneros, em oposição a classificadores, são definidos como tais essencialmente com base num único parâmetro, a saber, concordância (LURAGHI, 2011, p. 458)”<sup>12</sup>. Gênero gramatical implica em concordância de palavras sintaticamente relacionadas aos nomes. Por exemplo, em português, um nome masculino exige que os seus determinantes sejam flexionados no gênero masculino (*o menino alto*), e um nome feminino, que sejam flexionados no gênero feminino (*a menina alta*). Em outras palavras, o gênero do nome determina o gênero das palavras associadas a ele, o que se reflete na concordância sintática, por exemplo, *o alho, a cebola*, em que o artigo deve obrigatoriamente concordar em gênero com o nome que está determinando, independente do significado que se queira atribuir à construção.

Classificadores, ao contrário, não requerem concordância (e não demonstram variação morfológica, como os adjetivos que se flexionam de acordo com o gênero do nome), podendo também ocorrer, às vezes, como nomes isolados, além de serem selecionados de acordo com critérios semânticos apenas. É a seleção de um classificador, muitas vezes obrigatória, em detrimento de outros classificadores possíveis, que os caracterizam como tais.

[...] classificadores não apresentam variação de uma propriedade formal (como no caso em que, digamos, um adjetivo marca a concordância em gênero). Em vez disso, a seleção de um classificador em oposição a outros está envolvida. Classificadores são itens independentes,

---

<sup>12</sup> “genders, as opposed to classifiers, are defined as such essentially on the basis of only one parameter, i.e. agreement.” – no original em inglês, tradução minha.

selecionados em grande medida de acordo com critérios semânticos, enquanto os marcadores de gênero aparecem tipicamente afixados aos alvos de concordância. (CORBETT, 1991, p. 136-7)<sup>13</sup>

Em línguas com classificadores, referentes nominais são classificados de acordo com características específicas dos seus referentes. Esse tipo de classificação é baseado em princípios semânticos e resulta no ordenamento de objetos, seres vivos, conceitos, ações e eventos. (SENFT, 2007, p. 680-1)<sup>14</sup>

Assim, diferentes classificadores podem co-ocorrer com o mesmo nome, e a escolha depende, em geral, do significado da construção como um todo (CORBETT, 1991, p. 136-7). Além disso, os classificadores geralmente vêm em muito maior número do que os gêneros gramaticais. As línguas do ramo banto, por exemplo, conhecidas por terem um grande número de gêneros gramaticais (ou classes nominais), têm-nos em torno de uma dezena. O kilivila, uma língua austronésia das ilhas Trobriand, em comparação, têm mais de 200 classificadores (SENFT, 2007, p. 679, 682).

Classificadores são comumente encontrados em várias famílias linguísticas ao redor do mundo: malaio-polinésia, austro-asiática, sino-tibetana, altaica, dravídica, e também em línguas de sinais como a ASL (American Sign Language) (SENFT, 2007, p. 680). Senft (p. 680-6) classifica os classificadores em: 1) classificadores numerais; 2) classificadores nominais; 3) classificadores genitivos; 4) classificadores verbais; e cita também outros tipos menores como os classificadores locativos e os classificadores dêiticos. Dentre esses tipos, o mais comum são os classificadores numerais.

Em línguas que possuem classificadores numerais, tipicamente línguas do Sudoeste asiático, do Extremo oriente, das Américas e da Oceania, os sintagmas nominais que incluam um numeral

---

<sup>13</sup> “[...] classifiers do not show variation of a formal property (as is the case when, say, an adjective marks agreement in gender), rather the selection of one classifier as opposed to others is involved. Classifiers are independent items, selected largely according to semantic criteria, while gender systems markers typically appear attached to agreement targets.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>14</sup> “In classifier languages, nominal referents are classified according to specific characteristics of their referents. This kind of classification is based on semantic principles and results in the ordering of objects, living beings, concepts, actions, and events.” – no original em inglês, tradução minha.

geralmente exigirão um classificador. Por exemplo, na língua birmanesa (família sino-tibetana), o nome para ‘rio’ (*myi?*), se estiver quantificado por um numeral, deve vir acompanhado de um classificador, cuja seleção dependerá do significado daquele nome numa construção particular. Por exemplo, se estivermos identificando um rio num mapa, *um rio* seria traduzido em birmanês como *myi? ts tan* (literalmente, ‘um rio linha’). O último elemento do sintagma nominal (*tan*) seria o classificador. Se estivéssemos falando de um rio como um lugar, por exemplo, para um piquenique, *um rio* seria traduzido como *myi? ts ya?* (literalmente, ‘um rio lugar’) (CORBETT, 1991, p. 136).

Apenas a título de ilustração, algo próximo dos classificadores numerais pode ser encontrado em algumas construções particulares em português. Alguns nomes como *alface*, *alho*, *arroz*, *gado*, quando quantificados, propiciam a co-ocorrência de outro nome que age como uma espécie de classificador, por exemplo: *uma cabeça de alface*, *uma cabeça de alho*, *um dente de alho*, *um grão de arroz*, *quinhentas sacas de arroz*, *quinhentas cabeças de gado*. Os mesmos nomes, quando não quantificados (referindo-se à classe denotada pelo nome), exibem um comportamento diferente, por exemplo<sup>15</sup>: “o alho é utilizado desde a Antiguidade como remédio”, “o preço do gado magro está quase igual ao do boi gordo”.

Um tipo de classificador um pouco menos comum são os classificadores nominais, encontrados em línguas da América central, América do Sul e Austrália, e também em línguas austronésias, tai, tibetanas e austro-asiáticas. Uma característica distintiva dos classificadores nominais é que eles ocorrem junto ao nome independentemente de uma operação de quantificação. (SENFTE, 2007, p. 682).

Classificadores e gêneros gramaticais tendem a ser encontrados em línguas de diferentes tipos morfológicos, embora possam co-ocorrer numa mesma língua (cf. GRINEVALD; SEIFART, 2004). Línguas isolantes, por definição, não possuem sistemas de concordância e, portanto, não têm gêneros gramaticais, mas frequentemente têm classificadores. Línguas flexionais, como a maioria das línguas indo-europeias, costumam ter gênero gramatical. Línguas aglutinantes encontram-se em algum lugar entre esses dois tipos, e variam de acordo com o grau de “aglutinação”: algumas têm classificadores, outras têm gêneros gramaticais, algumas têm ambos, e

---

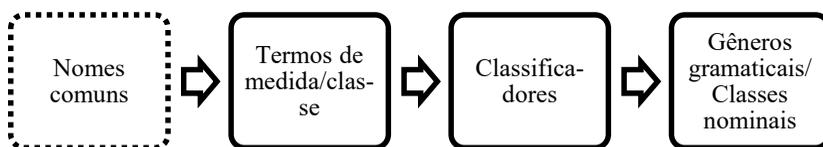
<sup>15</sup> Exemplos escolhidos aleatoriamente do Google ([www.google.com](http://www.google.com)).

outras não têm nem um nem outro. Percebe-se que há uma certa correlação entre tipo morfológico (isolante – flexional) e presença de classificadores ou gênero gramatical, ainda que esta correlação não seja absoluta (CORBETT, 1991, p. 137).

Há, no entanto, muitas semelhanças entre as duas categorias, gêneros e classificadores: ambas geralmente obedecem a princípios semânticos semelhantes de classificação – “a seleção de classificadores baseia-se em princípios que, em alguns aspectos, se assemelham às regras de atribuição [de gênero gramatical] (CORBETT, 1991, p. 137)”<sup>16</sup>. Aliás, pode-se considerar que classificadores e gêneros gramaticais façam parte de um mesmo *contínuo* de formas de classificação nominal. Em um extremo desse contínuo, encontrar-se-iam formais mais lexicais de classificação nominal, como os *termos de medida* e os *termos de classe*<sup>17</sup>. No outro extremo, encontrar-se-ia a forma mais gramaticalizada – o gênero gramatical. A meio caminho entre esses dois polos situar-se-iam os classificadores nominais.

No polo lexical desse contínuo, encontramos termos de medida e termos de classe, e no polo gramatical do contínuo, encontramos sistemas de gênero e classe nominal. Os vários sistemas de classificadores “podem ser colocados a meio caminho nesse contínuo”. (SENF, 2007, p. 678–9)<sup>18</sup>

Figura 3. Contínuo de formas de classificação nominal



<sup>16</sup> “[...] the selection of classifiers is based on principles which in some respects resemble the assignment rules [...]” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>17</sup> *Termos de medida* expressam quantidades: *um copo de cerveja, uma fatia de pão*. *Termos de classe* são morfemas classificadores que participam da lexicogênese de uma língua: em inglês, *-berry, tree*, como em *strawberry, raspberry, blueberry, palm tree, oak tree* (SENF, 2007, p. 679). Os exemplos de *termos de medida* foram adaptados por mim para o português, e os termos de classe parecem não ter correspondentes óbvios em português, pelo que foram mantidos os exemplos em inglês.

<sup>18</sup> “On the lexical end of this continuum, we find measure terms and class terms, and on the grammatical end of the continuum, we find gender and noun class systems. The various classifier systems ‘can be placed at a mid-way point’ on this continuum.” – no original em inglês, tradução minha.

Além das relações funcionais, há as relações genéticas: os classificadores são uma fonte comum para sistemas de gêneros gramaticais/classes nominais, o que nos leva à próxima seção.

### 2.1.2 Origem e extinção

Os estudos sobre a origem do gênero gramatical envolveram muita especulação e restringiram-se, durante muito tempo, às línguas indo-europeias. Jacob Grimm defendia a relação semântica do gênero gramatical com o sexo, e o gênero dos nomes inanimados seria fruto da imaginação humana. Karl Brugmann tomava a via oposta, considerando que a origem do gênero gramatical era formal, a partir de sufixos que seriam usados para nomes de seres sexuados. Outros nomes, com esses mesmos sufixos, seriam tratados da mesma maneira no que diz respeito à concordância sintática (CORBETT, 1991, p. 309).

Hoje, a teoria mais aceita sobre a categoria de gênero gramatical no indo-europeu, após a descoberta da língua hitita, é a de que originalmente o indo-europeu possuía dois gêneros gramaticais: comum (seres animados) e neutro (seres inanimados)<sup>19</sup>, e, posteriormente, o gênero comum dividiu-se, nos outros ramos do indo-europeu, em masculino e feminino<sup>20</sup> (LURAGHI, 2011).

Estudos sobre línguas não indo-europeias ofereceram uma perspectiva mais ampla sobre o tema, ganhando força a hipótese de que o gênero gramatical tem geralmente duas possíveis origens: 1) gramaticalização de classificadores nominais; e 2) estabelecimento de concordância a partir de grupos de nomes com comportamentos morfossintáticos diferentes (LURAGHI, 2011, p. 459), que serão brevemente expostas nas próximas seções.

---

<sup>19</sup> Que permaneceram no hitita, e podem ter deixado rastros nos outros ramos do indo-europeu, até as línguas contemporâneas (o português tem os gêneros masculino e feminino, mas os pares *quem/o quê*; *alguém/algo*; *ninguém/nada* distinguem não entre masculino e feminino, mas entre humano e não-humano – v. também os pares *who/what*, em inglês, ou *kmo* [kto] /*umo* [shto] em russo, que funcionam de maneira análoga).

<sup>20</sup> E em algumas línguas escandinavas, os gêneros masculino e feminino voltaram a reunir-se num gênero comum, devido a processos de erosão fonética, conforme se verá na seção 2.3.

### 2.1.2.1 Gêneros gramaticais a partir de classificadores

Classificadores podem, além da sua função normal, ser usados anaforicamente, tornando-se então demonstrativos. Estes, por sua vez, podem gramaticalizar-se em artigos definidos, que, ao perderem com o tempo a sua função discursivo-pragmática, generalizam o seu uso, tornando-se parte integrante do nome, e então já funcionariam como marcadores de gênero:

Greenberg discute como artigos flexionáveis podem surgir a partir de demonstrativos (que também podem ser a fonte de pronomes anafóricos). Assim, o artigo definido *le/la* em francês, e formas similares nas línguas românicas, são derivados do latim *ille/illa*. Se os artigos vêm a fixar-se permanentemente ao nome, então a forma do nome indicará claramente o seu gênero e teremos aí um caso de gênero ‘transparente’. (CORBETT, 1991, p. 139)<sup>21</sup>

Outro caminho é a gramaticalização de demonstrativos em pronomes pessoais, que, através da concordância sintática com os nomes aos quais se referem esses pronomes, passam a marcar o gênero gramatical. Ou, ainda, os classificadores podem ser repetidos dentro do sintagma nominal, também dando origem à concordância de gênero:

Classificadores podem então, por sua vez, ou vir a ser usados anaforicamente, e tornar-se demonstrativos – e, por conseguinte, pronomes e outros marcadores de gêneros – ou podem ser repetidos dentro do sintagma nominal e dar origem, dessa maneira, à concordância de gênero. (TRUDGILL, 1999, p. 148)<sup>22</sup>

Classificadores, por sua vez, surgem de nomes comuns. Assim, em última instância, o gênero gramatical, que classifica os

---

<sup>21</sup> “Greenberg discusses how agreeing articles can arise from demonstratives (which may also be the source of anaphoric pronouns). Thus the definite article *le/la* in French, and similar forms elsewhere in Romance, are derived from Latin *ille* ‘that’. If articles go on to attach permanently to the noun, then the form of the noun will clearly indicate its gender and we shall have a case of overt gender.” – no original em inglês, tradução minha.

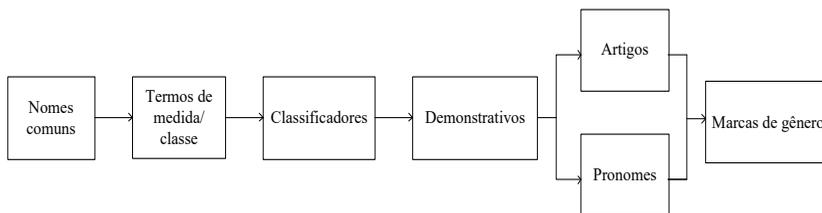
<sup>22</sup> “Classifiers can then in turn either come to be used anaphorically and turn into demonstratives – and subsequently pronouns and other gender markers – or they can be repeated within the noun phrase and give rise to gender agreement in that way.” – no original em inglês, tradução minha.

nomes em diferentes categorias, pode ele mesmo surgir a partir de nomes.

Assim, a fonte primeira de sistemas de gênero são os nomes, mais especificamente nomes com possibilidades classificatórias como ‘mulher’, ‘homem’ e ‘animal’. Este quadro é reforçado por evidências recentes de diferentes continentes. Em línguas australianas, o desenvolvimento a partir de nomes para o uso de nomes genéricos ou classificadores, e daí para concordância em gênero, é claro. [...] Vale a pena mencionar que o processo descrito pode ocorrer repetidamente, e então, o cenário pode tornar-se bastante obscuro numa determinada língua. Ademais, a erosão de afixos significa que similaridades que eram óbvias podem ser obscurecidas (CORBETT, 1991, p. 312).<sup>23</sup>

Logo, o contínuo de formas de classificação nominal apresentado na seção anterior, na Figura 3, pode ser reinterpretado como um caminho de gramaticalização da categoria de gênero gramatical, representado na figura abaixo:

Figura 4. Caminho de gramaticalização da categoria de gênero gramatical



<sup>23</sup> “Thus the ultimate source of gender systems is nouns, more specifically nouns with classificatory possibilities such as ‘woman’, ‘man’ and ‘animal’. This view is reinforced by recent evidence from different continents. In Australian languages the development from nouns to the use of generic nouns or classifiers and from there to agreement in gender is clear. [...] It is worth mentioning that the process described can occur repeatedly, and so the picture may become far from clear in a given language. Furthermore, the attrition of affixes means that similarities which were once obvious may become obscured.” – no original em inglês, tradução minha.

### 2.1.2.2 *Gêneros gramaticais a partir de padrões de concordância morfossintática*

Uma outra origem possível da categoria de gênero gramatical é o estabelecimento de concordância a partir de grupos de nomes com comportamentos morfossintáticos diferentes. Este processo teria ocorrido no surgimento do gênero gramatical no proto-indo-europeu, primeiramente na distinção animado/inanimado. Segundo Luraghi (2011, p. 457),

o gênero [no proto-indo-europeu] foi, de certa maneira, um epifenômeno de padrões de marcação de caso, e ele surgiu como uma consequência do fato de os nomes inanimados não terem terminações específicas para o caso nominativo e o acusativo”.<sup>24</sup>

### 2.1.2.3 *Extinção*

E, assim como gêneros gramaticais podem surgir numa língua, podem também desaparecer, e o motivo principal para o desaparecimento de um sistema de gêneros gramaticais é a erosão fonética. Gênero gramatical seria uma categoria no último estágio de gramaticalização, se considerarmos o caminho de gramaticalização *nome* > (*termos de medida/classe*) > *classificador* > *demonstrativo* > *artigo* > *marca de gênero*, o que condiz com a observação de Peter Trudgill (1999) sobre a ausência de gênero gramatical nos pidgins: “nenhum pidgin no mundo tem gênero gramatical”<sup>25</sup>.

E o último passo neste caminho de gramaticalização seria o desaparecimento decorrente da erosão fonética:

[a] principal causa do declínio de sistemas de gênero é a erosão, isto é, a perda parcial ou completa de marcadores formais dos quais depende o sistema. (CORBETT, 1991, p. 315)<sup>26</sup>

<sup>24</sup> “[...] gender was in a way an epiphenomenon of case marking patterns, and it arose as a consequence of inanimate nouns not having endings for the nominative and accusative case.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>25</sup> “[...] no pidgin language in the world has grammatical gender.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>26</sup> “The major cause of the decline of gender systems is attrition, that is, the partial or complete loss of the formal markers on which the system depends.” – no original em inglês, tradução minha.

Corbett (1991, p. 315) cita como um exemplo de início de perda de marcação de gênero o francês, no qual a perda do *-e* final, marca de gênero feminino, dificultou a distinção entre masculino e feminino em comparação com outras línguas românicas: em muitos casos, em francês, não é possível determinar o gênero de um nome a partir do artigo ou de certos adjetivos (dos quais alguns têm a mesma forma para os dois gêneros). A extinção de sistemas gramaticais, no entanto, não é aleatória. Há uma tendência de o gênero gramatical permanecer marcado por mais tempo nos pronomes do que em outras categorias, como no inglês, em que todos os nomes eram divididos em masculino, feminino e neutro. Hoje em dia, no entanto, essa distinção só se percebe nos pronomes pessoais de 3ª pessoa do singular: *he, she e it*.

### 2.1.3 Função

Assim como a sua origem, a função do gênero gramatical também envolve certa controvérsia. Corbett (1991, p. 320) comenta que muitos autores ofereceram uma resposta vaga a essa questão, entre as quais a de que o gênero gramatical serviria para eliminar a ambiguidade de algumas expressões. Claude Lévi-Strauss e Georges Dumézil (1984), discorrendo sobre o gênero gramatical em francês, argumentam que

a marca do feminino serve apenas acessoriamente a fazer a distinção entre macho e fêmea. A distribuição dos substantivos em dois gêneros institui, na totalidade do léxico, um princípio de classificação, permitindo eventualmente distinguir homônimos, realçar ortografias diferentes, classificar sufixos, indicar grandezas relativas, relações de derivação, e favorecendo, pelo jogo de concordância dos adjetivos, a variedade das construções nominais... Todos esses empregos do gênero gramatical constituem uma rede complexa onde a designação contrastada dos sexos representa apenas um papel menor.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> “la marque du féminin ne sert qu’accessoirement à rendre la distinction entre mâle et femelle. La distribution des substantifs en deux genres institue, dans la totalité du lexique, un principe de classification, permettant éventuellement de distinguer des homonymes, de souligner des orthographes différentes, de classer des suffixes, d’indiquer des grandeurs relatives, des rapports de dérivation, et favorisant, par le jeu de l’accord des adjectifs, la variété des constructions nominales... Tous ces emplois du

Entretanto, outros autores, como Foley, van Valin e Heath (apud CORBETT, 1991, p. 322), defendem que o gênero gramatical desempenha uma função mais importante, do ponto de vista comunicativo: a de manter a coesão discursiva, marcando os diferentes participantes do evento comunicativo. Portanto, o gênero gramatical seria um recurso, dentre outros (como referência disjunta [*switch-reference*], função alternada [*switch-function*] voz passiva e antipassiva), para manter a referência aos diferentes participantes envolvidos num evento. “Heath sugeriu que há uma relação inversa entre referência disjunta e gênero no cumprimento dessa função (TRUDGILL, 1999)”<sup>28</sup>. Corbett formula o mesmo raciocínio, tomando como exemplo a língua nunggubuyu:

Em termos de estruturas sintáticas com as quais a maioria de nós está familiarizada, o nunggubuyu é notavelmente simples: sujeito e objeto, geralmente, não são diferenciados nem por ordem de palavras nem por marcação de caso, sendo que praticamente não existe sintaxe relacional entre orações. Nessa língua, o sistema de gêneros parece constituir a ‘cola’ que mantém o sistema coeso. [...] Em algumas línguas, o papel de recuperação de referência depende em grande parte do gênero, enquanto que, em outras, ele se apoia em outros recursos, e em algumas, é claro, o gênero não tem lugar nenhum. [...] Heath argumenta que há uma relação inversa entre o número de meios verbais – tais como referência disjunta, passiva e antipassiva – para a recuperação de referência numa língua em particular, e o número de classes de gênero nominais, sendo que, quanto mais você tem de

---

genre grammatical constituant un réseau complexe où la désignation contrastée des sexes ne joue qu’un rôle mineur.” – no original em francês, tradução minha.

<sup>28</sup> “Heath suggested that there is an inverse relation between switch reference and gender in fulfilling this function.” – no original em inglês, tradução minha.

uma, menos você tem de outra. (CORBETT, 1991, p. 322)<sup>29</sup>

Logo, quando o gênero gramatical indica o gênero dos participantes de um evento comunicativo, como ocorre, em geral, nas línguas indo-europeias, essa categoria desempenha um papel importante na desambiguação sintática. Considerando que os seres humanos tendem a falar mais sobre os próprios seres humanos, a distinção de gênero (sexo), marcada gramaticalmente, é um recurso útil para estabelecer a referência aos participantes:

Referentes humanos são, de longe, os mais frequentes em estudos de frequência textual. Por essa razão, os humanos são subclassificados a fim de ajudar na identificação e na referência a múltiplos referentes humanos no discurso. A distinção mais saliente entre os humanos é o sexo. Isso manifesta-se [...] na distinção muito comum de gêneros masculino e feminino em sistemas de classes nominais. (TRUDGILL, 1999, p. 139)<sup>30</sup>

Luraghi (2011, p. 459), ao comentar sobre as diferentes funções que os sistemas de classificação nominal podem desempenhar, afirma que os gêneros gramaticais (mais especificamente os que se originam a partir de padrões de concordância morfossintática, como os do indo-europeu)

preenchem primariamente a função de prover os meios para referência anafórica. Por esta razão, eles tendem a ser baseados no sexo, pois homens e

---

<sup>29</sup> “In terms of the syntactic structures with which most of us are familiar, Nunggubuyu is remarkably simple : subject and object are usually not differentiated whether by word order or case marking and there is almost no cross-clause relational syntax. In this language the gender system ‘appears to constitute the glue which holds the system together’. [...] In some languages the reference-tracking role depends largely on gender, while in others it is shared with other devices, and in some, of course, gender has no place. [...] Heath argues that there is an inverse relationship between the number of verbal means – such as switch-reference, passive and anti-passive – for reference tracking in a particular language, and the number of nominal gender classes, the point being that the more you have one, the less you need of the other.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>30</sup> “Human referents are by far the most frequent in text frequency studies. For this reason, humans are further subclassified in order to aid in identification and tracking of multiple human referents in discourse. The primarily salient distinction among human beings is sex. This is manifested ... in the very common distinction of masculine and feminine genders in noun class systems.” – no original em inglês, tradução minha.

mulheres são entidades igualmente proeminentes discursivamente e elegíveis à função de tópico.<sup>31</sup>

Consideremos, a título de ilustração, o exemplo abaixo:

- (9) O meu tabaski foi passado em Quebo na região de Tombali, sul da Guiné-Bissau. Embora fosse feriado, aproveitei para ir dar assistência a um casal missionário que estão naquela região há 10 anos. Ele é professor e administra uma escola naquela cidade. Ela é enfermeira e gere uma pequena clínica onde dá assistência à população. Além disto, têm uma espécie de quinta onde acolhem jovens adolescentes abandonados pelos pais por se terem tornado cristãos ou moças que fogem ao casamento forçado.<sup>32</sup>

Numa língua que não possuísse gêneros gramaticais, nem mesmo nos pronomes pessoais, o único modo de referir-se de maneira não ambígua a esses participantes no exemplo acima seria através de nomes próprios ou de sintagmas nominais como *o marido* e *a esposa*.

Além da função principal de manter a coerência textual e a referência anafórica, outra função importante do gênero gramatical é indicar a atitude do falante, como a demonstração de respeito ou afeição (ou a falta deles) e o reconhecimento da diferença de *status* social:

Além da principal função do gênero, a saber, manter a referência, o gênero tem outras funções secundárias ao mostrar a atitude do falante. Ele pode ser usado para marcar status, para mostrar respeito, ou a falta dele, e para mostrar afeição. O uso de um gênero em particular pode ser fixo, ou pode permitir ‘mudanças’ em circunstâncias particulares, de acordo com a atitude do falante. [...] Ferguson relata que na fala infantil em árabe, a afeição pode ser demonstrada pela mudança de gênero (masculino para uma menina, feminino para um menino). Não são apenas o masculino e o feminino que podem estar envolvidos. Em tsova-tush, nomes que denotam homens e mulheres estão nos gêneros I e II. Mas os humanos podem também ser referidos usando-se os gêneros V ou VI para mostrar desprezo; estes são gêneros para nomes não-humanos. De maneira análoga, em

<sup>31</sup> “primarily fulfill the function of providing a means for referent tracking. For this reason, they tend to be sex-based, since male and female humans are equally discourse prominent and topic-worthy entities.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>32</sup> <http://linhasdaguine.tumblr.com/post/34603653049/o-meu-tabaski>

grebo, o uso de concordância com gêneros não-humanos para seres humanos é ofensivo. (CORBETT, 1991, p. 322–3)<sup>33</sup>

E no polonês, Trudgill (1999, p. 140) observa que “a maioria dos nomes pode ser ‘despersonalizado’ [o masculino pode ser substituído pelo neutro] para efeitos emotivos, geralmente pejorativos”<sup>34</sup>.

## 2.2 MOTIVAÇÃO SEMÂNTICA

Uma posição ainda hoje defendida, pronunciada por alguns gramáticos gregos e retomada com vigor no estruturalismo e no gerativismo, assim como na semântica formal, é a de que a categoria de gênero gramatical é arbitrária, semanticamente imotivada. Entre os nomes que sustentam essa posição, em maior ou menor grau, estão Fodor, Ibrahim, Kurilowicz, Bally, Jespersen e Bloomfield (KILARSKI, 2007). Este último resume bem a defesa da arbitrariedade do gênero gramatical:

As categorias de gênero, na maioria das línguas indo-europeias [...] não concordam com nada no mundo real, e isso é verdade para a maioria de tais classes... não parece haver nenhum critério prático pelo qual o gênero de um nome em alemão, francês ou latim possa ser determinado. (BLOOMFIELD, 1965, p. 271, 280)<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> “Besides this major function of gender, namely reference tracking, gender has other secondary functions in showing the attitude of the speaker. It may be used to mark status, to show respect or a lack of it and to display affection. The use of a particular gender may be fixed, or it may be available for ‘switching’ in particular circumstances according to the speaker’s attitude. [...] Ferguson reports that in baby talk in Arabic, affection can be shown by shifting gender (masculine for a girl, feminine for a boy). It is not just masculine and feminine which may be involved. In Tsova-Tush, nouns denoting men and women are in genders I and II. But humans can also be referred to using genders V or VI to show scorn; these are genders for non-human nouns. Similarly in Grebo the use of non-human agreements for humans is insulting.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>34</sup> “[...] most personal nouns can be ‘depersonalized’ [e.g. masculine can be made neuter] for emotional effect, usually pejorative.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>35</sup> “The gender-categories of most Indo-European languages ... do not agree with anything in the practical world, and this is true of most such classes. ... [t]here seems to be no practical criterion by which the gender of a noun in German, French, or Latin could be determined.” – no original em inglês, tradução minha.

Outros autores, como Greenberg, Aksenov, Corbett, Aikhenvald (cf. KILARSKI, 2007, para um histórico da discussão sobre arbitrariedade e iconicidade no gênero gramatical) reconhecem que essa categoria é motivada semanticamente – “o gênero sempre tem uma base na semântica (CORBETT, 1991, p. 63)”<sup>36</sup> – e é essa linha que seguiremos nesta investigação.

O princípio subjacente à classificação dos nomes em gêneros gramaticais varia de uma língua a outra. Em um extremo, há línguas cujos nomes são classificados em gêneros gramaticais exclusivamente por critérios semânticos como, por exemplo, o inglês<sup>37</sup>. Em outro extremo, há aquelas cuja grande parte dos nomes é classificada mediante critérios morfológicos ou fonológicos, como o português.

No entanto, enquanto a classificação em gêneros gramaticais pode operar apenas por critérios semânticos em algumas línguas, não há nenhuma língua na qual os nomes sejam classificados exclusivamente por critérios formais (morfológicos ou fonológicos).

É natural perguntar se existem sistemas de atribuição de gênero puramente formais. Tal sistema seria um no qual, digamos, todos os nomes que começassem por vogal seguissem um tipo de concordância, enquanto todos os nomes que começassem por consoante seguissem outro. Para um sistema ser exclusivamente formal, também não haveria nenhuma correlação entre os gêneros estabelecidos dessa maneira e a semântica: a distribuição dos nomes entre os gêneros seria totalmente aleatória no que toca ao seu significado. *Tal sistema não é encontrado em nenhuma língua natural: o gênero sempre tem uma base na semântica.* (CORBETT, 1991, p. 63; 68–9, grifos meus)<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> “[...] gender always has a basis in semantics.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>37</sup> Em inglês, com algumas poucas exceções, palavras que denotam seres humanos do gênero masculino pertencem ao gênero gramatical masculino (exigem a concordância com o pronome pessoal *he*). Palavras que denotam seres humanos do gênero feminino pertencem ao gênero gramatical feminino (exigem a concordância com o pronome *she*). E palavras que denotam seres não humanos ou inanimados pertencem ao gênero neutro (exigem a concordância com o pronome *it*).

<sup>38</sup> “[...] it is natural to ask whether purely formal gender assignment systems exist. Such a system would be one, say, in which all nouns which were vowel-initial took one type of agreement, while all consonant-initial nouns took another. For a system to be exclusively formal, there would also be no correlation between the genders established

Em línguas cujos nomes são classificados por critérios semânticos e morfofonológicos, é comum haver interação entre os dois, e, quando há conflito, geralmente prevalecem os critérios semânticos.

Quando critérios semânticos e formais estão ambos envolvidos na atribuição de gênero, eles sempre se sobrepõem, em alguma medida [...] *Se houver fatores em conflito, os fatores semânticos geralmente têm a preferência.* (CORBETT, 1991, p. 63; 68–9, grifos meus)<sup>39</sup>

Entretanto, do conflito entre fatores semânticos e morfofonológicos às vezes surgem nomes híbridos, cujo gênero gramatical não necessariamente corresponde ao gênero do referente (p. ex. *pessoa, criança, vítima, testemunha, membro*).

Enfim, mesmo em línguas nas quais os nomes são, na sua maioria, classificados em diferentes gêneros gramaticais de acordo com critérios morfofonológicos, sempre há uma motivação semântica subjacente a essa classificação, a qual, como vimos no parágrafo anterior, geralmente prevalece sobre os critérios formais.

[M]esmo nos sistemas mais próximos do polo formal do espectro, há uma considerável sobreposição [dos critérios formais] com critérios semânticos e, quando os dois estão em conflito, é tipicamente o critério semântico que domina. Donde os sistemas de atribuição de gênero formais são, na verdade, sistemas semânticos e formais. A mesma tensão entre forma e significado é encontrada quando os nomes são tomados de empréstimo de outra língua e

---

in this way and semantics: the distribution of the nouns across the genders would be completely random as far as their meaning was concerned. Such a system is not found in any natural language: gender always has a basis in semantics.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>39</sup> “[w]hen semantic and formal criteria are both involved in gender assignment, they always overlap to some extent [...] If there are conflicting factors at work, semantic factors usually take precedence.” – no original em inglês, tradução minha.

precisam ser atribuídos a um gênero. (CORBETT, 1991, p. 307–8)<sup>40</sup>

Nas seções seguintes, veremos alguns fatores de motivação semântica na categoria de gênero gramatical.

### 2.2.1 Gênero gramatical e gênero biológico-social

Alguns autores consideram que não existe relação alguma entre gênero (gramatical) e gênero (sexo), nem linguisticamente nem etimologicamente<sup>41</sup>. Alguns desses mesmos autores, comentando sobre a denominação tradicional dos gêneros gramaticais, consideram “infeliz”<sup>42</sup> a escolha do filósofo grego Protágoras, que os denominou masculino, feminino e neutro (cf. TAYLOR; LEE, 2014). Nós, por outro lado, consideramos que Protágoras foi extremamente perspicaz ao perceber a motivação semântica dos gêneros gramaticais<sup>43</sup> que se revela principalmente nos nomes que denotam os seres humanos, pois, como vimos na seção anterior, “num certo sentido, todos os sistemas de gênero são semânticos, sempre há um núcleo semântico no [seu] sistema de atribuição (CORBETT, 1991, p. 8)”<sup>44</sup>. Provavelmente não foi por acaso que Protágoras escolheu justamente estes termos, *masculino*, *feminino* e *neutro* (*οὐδέτερον* [oudéteron] em grego, *neuter* em latim, ‘nem um nem outro’).

Aliás, o caráter polissêmico da palavra *gênero*, em especial a relação entre gênero gramatical e gênero social ou biológico (sexo), não

---

<sup>40</sup> “But there is an imbalance here, in that even in the systems nearest to the formal end of the spectrum there is a considerable overlap with semantic criteria and, when the two are in conflict, it is typically the semantic criterion which dominates. Hence formal assignment systems are really semantic plus formal systems. The same tension between form and meaning is found when nouns are borrowed from another language and must be assigned to a gender.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>41</sup> “De início, vale lembrarmos que a palavra “gênero” deriva do latim *genus*, que significa “tipo” e não tem qualquer relação com a sexualidade. (BORGES, José, 2013)”

<sup>42</sup> “Numa escolha terminológica infeliz, o sofista Protágoras (480-410 a.C.) estabeleceu que os gêneros do grego eram o ‘masculino’, o ‘feminino’ e o ‘neutro’, termos que foram incluídos nas primeiras gramáticas gregas, reproduzidos nas gramáticas latinas e, porque nelas fortemente baseadas, nas primeiras gramáticas do português. (BORGES, José, 2013)”

<sup>43</sup> Outro grande *insight* de Protágoras, “o homem é a medida de todas as coisas (*πάντων χρημάτων μέτρον ἐστὶν ἄνθρωπος* [pántōn khrēmátōn métron estin ánthrōpos])”, ecoa na abordagem cognitivo-funcionalista sobre a linguagem.

<sup>44</sup> “[i]n a sense all gender systems are semantic in that there is always a semantic core to the assignment system.” – no original em inglês, tradução minha.

é dado ao acaso (ao contrário do que defendem alguns linguistas<sup>45</sup>). Frequentemente *sexo* e *gênero* são cognatos, e é comum que, numa língua, a mesma palavra denote tanto gênero (biológico-social) quanto gênero gramatical:

A fonte semântica [de *gênero*] é, na maioria das vezes, ‘espécie, tipo’ (este, frequentemente de ‘nascimento, parente, raça’), mas, em parte, ‘seção’, ‘lado’, ‘metade’, ou ‘carne, compleição’. ‘Sexo’ natural e ‘gênero’ gramatical são geralmente expressos pela mesma palavra, como no caso do grego *γένος*, inglês antigo *cynn*, *gecynde*, alto-alemão moderno *geschlecht*. (BUCK, 1949, p. 85)<sup>46</sup>

Nas línguas indo-europeias, e também em línguas de algumas outras famílias linguísticas, como a semítica, a motivação semântica do gênero gramatical dá-se principalmente pela percepção de diferença de gênero (biológico ou social) em seres humanos e em outros seres animados cuja diferença sexual é perceptível ou relevante para o observador humano (como animais domésticos, animais de criação e outros cujo dimorfismo sexual seja evidente (cf. GOUVEIA, 2006)).

Entretanto, apesar de essas duas categorias – gênero gramatical e gênero (sexo) – terem, ao que parece, uma correspondência “natural” (ou naturalizada, a partir do ponto de vista da nossa língua), em outras famílias linguísticas os gêneros gramaticais podem codificar distinções baseadas em outros critérios, como animado/inanimado, humano/não-humano, pessoal/não-pessoal, racional/não-razional, ou outras classificações que misturam alguns desses critérios, acrescentando outros. Convém notar que, apesar da variedade de critérios classificatórios, é possível observar padrões comuns nos sistemas de gêneros gramaticais (CORBETT, 1991, p. 30).

Ademais, em muitas dessas classificações, o ser humano, e especialmente o ser humano do gênero masculino, ocupa um lugar especial, em maior ou menor grau (cf. GIVÓN, 2001, p. 17, vol. II). A

---

<sup>45</sup> “Ora, não é difícil notar que gênero gramatical não está relacionado ao sexo, e tanto os linguistas quanto os gramáticos sabem disso. (BORGES, José, 2013)”

<sup>46</sup> “The semantic source [of *gender*] is most commonly ‘sort, kind’ (this often from ‘birth, kin, race’), but in part ‘section’, ‘side’, ‘half’, or ‘flesh, complexion’. Natural ‘sex’ and grammatical ‘gender’ are most commonly expressed by the same word, as in the case of Grk. *γένος*, OE *cynn*, *gecynde*, NHG *geschlecht*.” – no original em inglês, tradução minha.

nomenclatura dos gêneros gramaticais, sobretudo de línguas ágrafas, também privilegia o ser humano do sexo masculino (v. §5.1.3). Nesta seção, no entanto, concentrar-nos-emos na distinção de gênero (sexo) como motivação semântica do gênero gramatical.

Em português, é possível identificar duas grandes regularidades na atribuição de gênero gramatical aos nomes, que podem ser formuladas em duas regras semânticas relativamente simples<sup>47</sup> (adaptado de CORBETT, 1991, p. 57, v. também p. 34):

- a) Nomes referentes a seres animados masculinos (humanos e outros animais importantes) são masculinos.
- b) Nomes referentes a seres animados femininos (humanos e outros animais importantes) são femininos.

Entre esses nomes, cujo gênero gramatical é determinado pelas regras semânticas, há aqueles que apresentam flexão de gênero sobre uma mesma raiz, como *menino/menina*, *lobo/loba*, onde há uma dupla marcação de gênero (na terminação do nome (-o ou -a) e na concordância de palavras relacionadas sintaticamente); e há aqueles que apresentam formas supletivas<sup>48</sup>, como *homem/mulher*; *bode/cabra*, *cavalo/égua* etc., cujo gênero é marcado na concordância de palavras ligadas sintaticamente aos nomes.

Essas regras semânticas de atribuição de gênero gramatical aos nomes, resumidas acima, são particularmente perceptíveis entre os nomes comuns referentes aos seres humanos, assim como aqueles que designam animais importantes para a vida humana, como animais domésticos e de fazenda; e também entre os nomes próprios (de seres humanos, principalmente).

Estes, aliás, constituem um caso interessante pois, além de serem signos que podem ser criados por um único indivíduo e introduzidos com sucesso numa comunidade linguística, denotam não uma classe, mas um indivíduo. Muitos dizem que os nomes próprios não teriam sentido, mas apenas referência:

Parece haver boas razões, portanto, para concordar com o que Lyons chama “a visão

---

<sup>47</sup> Entretanto, em algumas outras línguas cujos gêneros gramaticais também se baseiam na distinção sexual, mesmo uma situação aparentemente simples como esta apresenta-se mais complicada frente ao que estamos acostumados em português (v. §2.2.2).

<sup>48</sup> Trataremos estes pares de nomes como formas supletivas, assim como se considera que as formas de alguns verbos irregulares (*ir-vou*, por exemplo) não são tratados como verbos diferentes, mas simplesmente como formas supletivas de um mesmo item lexical, ainda que tenham origens etimológicas diferentes (no caso em questão, *ir*, *vādere*).

filosófica mais aceita hoje em dia”, que os nomes podem ter referência, mas nenhum sentido (isto é, relações semânticas intralinguísticas). (ALLERTON, 1987, p. 71)<sup>49</sup>

Logo, deveriam obedecer apenas às regras semânticas de atribuição de gênero, tendo o seu gênero gramatical determinado exclusivamente pelo gênero do seu referente. No entanto, muitos nomes próprios carregam em si uma marca morfológica de gênero, o que fica mais evidente em alguns pares de prenomes masculino/feminino<sup>50</sup> como, por exemplo, *Júlio/Júlia*, *Lúcio/Lúcia*. Outros, embora não possuam uma marca morfológica de gênero, estão culturalmente mais associados a um gênero, como *Valmor* ou *Leonor*. Um outro indício de que os nomes próprios também podem ter um gênero gramatical independente da referência externa à língua é que, se o gênero gramatical dos nomes próprios fosse determinado apenas em função do seu referente, não haveria processos cíveis para a mudança de nome de indivíduos transgêneros, uma vez que a mudança de gênero do referente acarretaria automaticamente a mudança de gênero do seu nome, se os nomes próprios tivessem apenas referência.

Voltando à questão dos nomes comuns, mesmo considerando que os gêneros gramaticais do português operem segundo aquelas regras semânticas citadas anteriormente, uma crítica frequente à motivação semântica nessa categoria é a de que, em português, essa motivação só faz sentido para uma pequena parcela dos nomes – os nomes de seres animados, principalmente de seres humanos. No entanto, convém lembrar que, apesar de poderem apresentar-se em menor número do que os nomes de seres inanimados (menor frequência de *type*), são mais frequentes no discurso (maior frequência de *token*). Seres humanos tendem a falar mais sobre seres humanos e sobre ações iniciadas por seres humanos. As características prototípicas do tópico discursivo e, conseqüentemente, do sujeito sintático, são de serem um agente humano.

A linguagem humana, tal como a conhecemos, tende a fazer do humano-agente o tópico-tema

---

<sup>49</sup> “There seems good reason, therefore, to agree with what Lyons terms ‘the most widely accepted philosophical view nowadays’ that names may have reference but no ‘sense’ (i.e. language-internal semantic relations).” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>50</sup> Em português, apenas os prenomes podem apresentar variação de gênero gramatical, mas há línguas, como o russo, nas quais os sobrenomes (patronímicos) também se flexionam em gênero de acordo com o seu referente.

mais provável do discurso, o participante sobre quem a história é contada, cujas ações e atitude são descritas. Necessariamente, isso faz do humano agente também o argumento tópico-sujeito mais frequente de orações-frases (proposições). (GIVÓN, 1979, p. 303)<sup>51</sup>

O mesmo raciocínio que Givón elabora no trecho citado acima é formulado de maneira um pouco mais direta por Croft (apud TRUDGILL, 1999, p. 142): “As pessoas falam mais sobre pessoas do que sobre qualquer outra coisa”<sup>52</sup>.

Até agora, vimos que a motivação semântica para a classificação dos nomes em gêneros gramaticais em português (e em outras línguas), é a percepção de diferença de gênero (sexo) nos nomes que denotam seres humanos e alguns outros seres animados.

Neste ponto, faz-se necessário uma observação importante. Enquanto na língua portuguesa há apenas dois gêneros gramaticais, masculino e feminino, no mundo natural, e nas relações sociais, podem ser reconhecidos mais de dois gêneros<sup>53</sup>. Neste trabalho, todavia, consideraremos apenas os gêneros masculino e feminino, constituintes dos papéis mais tradicionais em nossa sociedade, e mais prototípicos, de homem e mulher, correspondentes, respectivamente, ao indivíduo do gênero masculino e ao indivíduo do gênero feminino da espécie, tanto no aspecto biológico quanto no aspecto sociocultural.

Na próxima seção, veremos outros fatores que operam em conjunto com a diferença de gênero (sexo) em algumas línguas, e que podem ajudar a evidenciar o sexismo linguístico que também está por trás do uso do masculino genérico para a denotação do gênero humano.

---

<sup>51</sup> “Human language as we know it tends to make the human-agent the most likely topic-theme of discourse, the participant about whom the story is told, whose actions and attitude are depicted. Perforce, this makes the human agent also the most frequent topic-subject argument of clauses-sentences (propositions).” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>52</sup> “People talk more about people than about anything else.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>53</sup> Entre muitos exemplos de sistemas de gênero que ultrapassam a binariedade masculino/feminino, talvez o caso mais conhecido seja o da Índia, onde, além do masculino e do feminino, é reconhecido socialmente um terceiro gênero: *hijra* (NANDA, 1999).

## 2.2.2 Gênero gramatical, infância, escravidão e matrimônio

Além da percepção de diferença de gênero (sexo) como motivação semântica do gênero gramatical, outras categorias também podem interagir com o gênero (sexo) e influenciar a classificação dos nomes em gêneros gramaticais. Nesta seção, analisaremos três dessas categorias: infância, escravidão e matrimônio.

Em lak<sup>54</sup>, há quatro gêneros, organizados da seguinte maneira: I) masculino racional; II) feminino racional; III) outros animados, alguns humanos femininos e muitos inanimados; e IV) o resíduo. O gênero II (feminino racional) é utilizado apenas para as mulheres mais velhas; as mais jovens, ou que não pertencem à família do falante, estão no gênero III (que compreende, na sua maioria, seres não-humanos). A divisão dos nomes que denotam seres humanos do gênero feminino entre os gêneros gramaticais II e III é explicada da seguinte maneira:

Num estágio anterior, havia um nome excepcional significante: a palavra *duš* ‘garota, filha’, que era do gênero III, em vez do gênero II como seria de se esperar. A concordância com o gênero III tornou-se, então, um sinal de polidez ao interpelar mulheres jovens, particularmente aquelas que ganhavam a própria vida, e as palavras referentes a elas foram transferidas para o gênero III. O uso estendeu-se de tal maneira que agora qualquer mulher que não pertença à família nuclear será interpelada mediante o uso da concordância com o gênero III. Dentro da família, as mulheres mais velhas como *ninu* ‘mãe’ e *amu* ‘avó’ ainda são interpeladas sob as formas do gênero II; para as jovens, como *šu* ‘irmã’, utiliza-se o gênero III. Não observar esta regra é ofensivo. (CORBETT, 1991, p. 25–6)<sup>55</sup>

<sup>54</sup> Língua da família caucasiana falada no planalto da região central do Daguestão, com aproximadamente 80.000 falantes.

<sup>55</sup> “At the earlier stage there was a significant exceptional noun: the word *duš* ‘girl, daughter’, which was gender III instead of the expected gender II. Gender III agreements then became a sign of politeness when addressing young women particularly those earning their own living, and words referring to them have been transferred to gender III. The convention has been extended so that now any woman outside the immediate family will be addressed using gender III agreements. Within the family older women such as *ninu* ‘mother’ and *amu* ‘grandmother’ are still

Em konkani<sup>56</sup> ocorre um fenômeno similar. Dos três gêneros herdados do indo-europeu, o feminino é usado apenas para as mulheres velhas, ou mais velhas relativamente ao falante, e o neutro é usado para as jovens, ou relativamente mais jovens, do ponto de vista do falante:

O konkani herdou o tradicional sistema de três gêneros do indo-europeu. O item de maior interesse é o nome neutro *čedũ*, que significava ‘criança’, mas passou a significar ‘garota’. Ele continua exigindo concordância no neutro. E o significado do gênero neutro mudou em decorrência disso: o pronome neutro *tẽ* isoladamente geralmente significa ‘ela’, referindo-se a uma mulher jovem, ou relativamente jovem do ponto de vista do falante. O pronome feminino *ti* ‘ela’ é utilizado apenas para uma mulher velha, ou relativamente mais velha. Alguns nomes, como *bayl* ‘mulher’ adquiriram gênero duplo, sendo femininos, como antes, quando se trata de uma mulher mais velha, e neutros, no caso de uma mulher mais jovem. (CORBETT, 1991, p. 100)<sup>57</sup>

E em alguns dialetos meridionais do polonês, e naqueles próximos da fronteira com a República Tcheca, percebe-se um fenômeno parecido, desta vez não como uma divisão gramatical entre mulheres mais velhas e mais novas, mas entre mulheres casadas e solteiras. Mulheres solteiras são referidas, e referem-se a si mesmas, no gênero neutro (e no masculino, em alguns dialetos). Elas passam a ser

addressed using gender II forms, for younger ones such as *šũ* ‘sister’ gender III is used; disregarding this rule is insulting.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>56</sup> Língua indo-europeia do ramo índico, falada na costa ocidental da Índia.

<sup>57</sup> “Konkani inherited the traditional Indo-European three-gender system. The item of particular interest is the neuter noun *čedũ*, which meant ‘child’ but has come to mean ‘girl’. It retains consistent neuter agreements. And the meaning of the neuter gender has changed as a result: the neuter pronoun *tẽ* in isolation normally means ‘she’, referring to a younger female, or one relatively younger from the speaker’s standpoint. The feminine pronoun *ti* ‘she’ is used only for an old, or relatively older female. Some nouns, like *bayl* ‘woman’ have acquired double gender, being feminine, as before, when an older woman is involved, and neuter when it is a younger woman.” – no original em inglês, tradução minha.

referidas e a referir-se a si mesmas no feminino somente após a cerimônia de casamento:

Em vários desses dialetos, nomes que denotam garotas e mulheres solteiras (independentemente da idade), e incluindo hipocorísticos, são do gênero neutro: *Zuzię poszło* (neutro) ‘Zuzia foi embora’. A concordância no neutro é empregada quando mulheres solteiras são interpeladas, e elas também a usam para a autorreferência: *jo było* (neutro) *na grziby* ‘Eu fui catar cogumelos’. Em uma área menor, perto da fronteira com a Tchecoslováquia, ao sudoeste de Cracóvia, em vez do gênero neutro é o masculino que é usado: *Hanik prziszol* (masculino) ‘Hania veio’, *jo szól* (masculino) ‘Eu fui’. Em ambos os dialetos, o feminino é usado para mulheres casadas. [...] A mudança de neutro ou masculino para feminino para uma mulher em particular ocorre imediatamente depois da cerimônia de casamento na igreja; as comunidades envolvidas são pequenas, logo não há dificuldade em saber quem é casada e quem não é. (CORBETT, 1991, p. 100)<sup>58</sup>

Esse padrão de distribuição dos nomes referentes a mulheres entre os gêneros gramaticais feminino e neutro<sup>59</sup> (feminino para mulheres mais velhas ou casadas, e neutro para as mais jovens ou solteiras), ao passo que os nomes que denotam homens são todos masculinos, é, provavelmente não por acaso, muito semelhante ao

---

<sup>58</sup> “In several of these dialects, nouns denoting girls and unmarried women (irrespective of age), and including hypocoristics, are of neuter gender: *Zuzię poszło* (neuter) ‘Zuzia has gone’. Neuter agreements are employed when unmarried women are addressed, and they use them for self-reference: *jo było* (neuter) *na grziby* ‘I was mushrooming’. In a smaller area, near the Czechoslovak border to the south-west of Krakow, instead of the neuter the masculine is used: *Hanik prziszol* (masculine) ‘Hania came’, *jo szól* (masculine) ‘I was going’. In both types of dialect, the feminine is used for married women. [...] The change from neuter or masculine to feminine for a particular woman occurs immediately after the church wedding ceremony; the communities involved are small, and so there is no difficulty about knowing who is married and who is not.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>59</sup> No caso das línguas indo-europeias que mantêm o sistema de três gêneros (masculino, feminino e neutro), e, no caso das línguas caucasianas, os gêneros II e III, que reúnem tipicamente os nomes que denotam seres humanos do gênero feminino e seres inanimados, respectivamente.

sistema de pronomes de tratamento em português e outras línguas europeias, no qual os homens são tratados por “senhor”, independentemente da idade ou do estado civil, e as mulheres são tratadas por “senhora”, quando casadas ou mais velhas, e “senhorita”, quando solteiras ou mais jovens<sup>60</sup>.

Outro caso intrigante, em que fatores sociais além do sexo determinam o gênero gramatical, mostra-se em latim e no russo antigo. Nas línguas eslavas houve uma subdivisão do gênero masculino, que deu origem ao masculino pessoal e ao masculino não-pessoal, como no polonês; ou entre masculino animado e masculino inanimado, como no russo. Há evidências de que originalmente os nomes desse novo subgênero no russo antigo denotavam apenas homens adultos livres, separando-os dos outros nomes masculinos.

De certa maneira, um desenvolvimento similar é encontrado na família eslavônica. Tendo herdado os três gêneros do indo-europeu, o eslavônico inovou com um novo subgênero. Originalmente os nomes envolvidos eram nomes singulares que denotavam humanos masculinos específicos. Há evidências de que mesmo dentro da categoria masculina a regra aplicava-se, principalmente, a *homens adultos livres* no russo antigo, e não a servos ou crianças. (CORBETT, 1991, p. 98–9, grifos meus)<sup>61</sup>

E em latim, no gênero neutro (que compreendia principalmente nomes referentes a seres não-humanos) havia também o nome *mancipium* ‘escravo’; em inglês, o gênero neutro, que compreende os nomes que denotam seres não humanos, pode incluir os nomes para criança, como *child* ou *baby*. Mattoso Câmara (1959, p. 131–2) já observava esses mesmos fenômenos:

Nem a distinção entre pessoas e coisas se mantém estreme de uma distinção entre seres superiores e

---

<sup>60</sup> Embora este uso venha mudando, nas últimas décadas, em direção a um sistema mais “igualitário”, com *senhorita* caindo em desuso e mantendo-se a distinção apenas entre *senhor* e *senhora*.

<sup>61</sup> “A somewhat similar development is found in the Slavonic family. Having inherited the three Indo-European genders, Slavonic innovated with a new subgender. Originally the nouns involved were singular nouns denoting specific male humans. There is evidence that even within the male category the rule applied primarily to free adult males in Old Russian, not to serfs and children.” – no original em inglês, tradução minha.

inferiores (sistema hierárquico), dentro dos valores da hierarquia social [...]. Demais entre animados, pessoas, machos, superiores, de um lado, e, de outro lado, inanimados, coisas, fêmeas e inferiores há tantas interferências que as distinções dos sistemas não se realizam na prática: no neutro latino predomina a noção de “inanimado”, mas nele se inclui um nome para “escravo” – *mancipium*, por ser um homem reduzido a coisa, da mesma sorte que o neutro inglês, que parece obedecer a um conceito de “coisa”, em face de “pessoa” inclui os nomes para criança – *child*, *baby* etc., porque se trata de pessoas subordinadas aos adultos e, pois, “inferiores”, o que está de acordo com o critério que faz os nomes para “mulher” em gonde e outras línguas dravídicas da Índia serem enquadrados no gênero inferior, ou *classe baixa*.

Enfim, nesses casos em que alguns homens ou algumas mulheres são denotadas por nomes neutros (ao contrário do que se esperaria: masculino para homens e feminino para mulheres), o que determina o pertencimento dos homens ao gênero masculino é o seu *status* de homem adulto, ou liberto (que não está subordinado nem a um pai, nem a um patrão). Já para as mulheres, o que parece determinar o seu pertencimento ao gênero feminino é o seu *status* de mulher casada ou adulta.

### 2.2.3 Resíduo semântico

Os nomes que escapam às regras semânticas mencionadas anteriormente (nomes referentes a seres inanimados, sobretudo no caso de línguas cujos gêneros gramaticais pautam-se pela percepção de diferença sexual) constituem o chamado *resíduo semântico*. Os nomes aí incluídos são atribuídos aos gêneros gramaticais principalmente segundo regras morfológicas ou fonológicas. Por exemplo, os nomes compostos de verbo mais outro elemento (referentes a seres inanimados) são geralmente masculinos (p. ex. *porta-moeda*, *guarda-chuva*, *para-lama* etc.). Os infinitivos, quando nominalizados, também são geralmente masculinos (p. ex. *o jantar*, *o amanhecer* etc.), e os nomes abstratos formados pelos sufixos *-ção* ou *-dade*, por exemplo, são femininos. Essas seriam regras morfológicas. Já em relação às regras fonológicas, percebe-se uma forte correlação entre as “terminações” (sejam elas

consideradas vogais temáticas ou morfemas) *-o* e *-a*, e os gêneros masculino e feminino, respectivamente. Em francês, por exemplo, pode-se prever com um alto grau de acerto o gênero de nomes que denotam seres inanimados segundo os fonemas finais de tais nomes (CORBETT, 1991, p. 58–60). Vale a pena observar que a distinção entre regra morfológica e fonológica não é muito clara, pelo menos em português, pois depende de considerarmos as terminações *-o* e *-a* como morfemas, vogais temáticas ou simples fonemas sem significado.

Apesar de os nomes referentes a seres inanimados terem o seu gênero gramatical determinado principalmente por critérios formais, mesmo nesse “resíduo semântico” encontram-se alguns grupos de nomes cujo gênero é motivado semanticamente (CORBETT, 1991, p. 65). Por exemplo, nomes de cores em português são todos masculinos, e mesmo aqueles cuja origem é um nome feminino, como *cinza*, *rosa* e *laranja*, quando designam cores passam a ser nomes do gênero masculino: *o cinza*, *o rosa* e *o laranja*. Em alemão, os nomes de cores são neutros (*das Blau* ‘azul’, *das Rot* ‘vermelho’, *das Gelb* ‘amarelo’). As letras do alfabeto são masculinas em português e femininas em espanhol. Os nomes de línguas são masculinos em português (o português, o inglês, o espanhol), mas são neutros plurais em grego (*τα πορτογαλικά* [ta portogaliká], *τα αγγλικά* [ta angliká], *τα ισπανικά* [ta ispaniká]).

Enfim, pelo que vimos até agora, o gênero gramatical da maior parte dos nomes é previsível, seja pelas regras semânticas, seja pelas regras morfofonológicas, ou ainda simultaneamente por regras semânticas e morfofonológicas. Alguns poucos nomes devem simplesmente ser memorizados como nomes excepcionais, ainda que haja alguma explicação etimológica interessante (CORBETT, 1991, p. 66).

### 2.2.3.1 *Personificação de seres inanimados*

Como vimos anteriormente, os nomes que não seguem as regras semânticas de classificação de gênero gramatical constituem o chamado resíduo semântico. No caso do português, seriam os nomes que denotam seres não animados, principalmente seres não humanos.

No entanto, mesmo nesse grupo é possível perceber a motivação semântica do gênero gramatical no processo de personificação de seres inanimados, ainda que neste caso não seja o gênero “natural” que determina o gênero gramatical, mas sim o gênero gramatical que determina o gênero do ser personificado. E, como os

gêneros gramaticais desses nomes variam de língua para língua, o gênero desses seres personificados também pode variar de língua para língua.

Em línguas nas quais o gênero é determinado semanticamente em apenas uma parcela dos nomes, o gênero pode, entretanto, parecer significativo no resíduo [semântico], sob circunstâncias especiais. (CORBETT, 1991, p. 92)<sup>62</sup>

O Sol e a Lua são exemplos recorrentes de personificação. Em português, são personificados como homem e mulher. Já em alemão, língua na qual *sol* é um nome feminino (*die Sonne*) e *lua* é um nome masculino (*der Mond*), estes são personificados como mulher e homem, respectivamente.

O fato de que o nome da Lua é feminino em francês, e masculino em alemão, pode ser considerado, atualmente, como totalmente arbitrário e imotivado, um puro resquício desprovido de sentido. Não é menos verdade que esse fato se impõe constantemente ao espírito e que uma interpretação semântica desse fato está pronta para surgir a qualquer momento, na poesia e mesmo no pensamento cotidiano. Uma noção de personificação subsiste ao estado potencial e pode sempre ser utilizada. (Hjelmslev, apud VIOLI, 1987, p. 25)<sup>63</sup>

Podemos citar também como exemplo de personificação a Morte, que, enquanto nome feminino em português e em outras línguas latinas, é geralmente personificada como uma mulher. O mesmo acontece em russo e em outras línguas eslavas. Em russo, a Morte – *смерть* [smert] (substantivo feminino) – é personificada também como

---

<sup>62</sup> “In languages in which gender is determined by semantic rule for only a proportion of the nouns, gender may nevertheless appear meaningful in the residue under special circumstances.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>63</sup> “Le fait que le nom de la lune est féminin en français, et masculin en allemand, peut être considéré, à l’état actuel, comme tout à fait arbitraire et immotivé, une pure survivance dénuée de sens. Il n’en reste pas moins que ce fait s’impose constamment à l’esprit et qu’une interprétation sémantique de ce fait est prête à surgir n’importe quand, dans la poésie et même dans la pensée de tous les jours. Une notion de personification subsiste à l’état potentiel et peut toujours être utilisée.” – no original em francês, tradução minha.

uma mulher. Já em alemão, pelo contrário (*Tod* ‘morte’, é substantivo masculino), ela é personificada como um homem (CORBETT, 1991, p. 93), como também ocorre em outras línguas germânicas como o inglês<sup>64</sup> e o sueco<sup>65</sup>.

Jakobson ([s.d], p. 70) também escreveu sobre o mesmo fenômeno de personificação de nomes inanimados, ao observar que os falantes do russo, quando solicitados a representar os dias da semana, representavam-nos como homens ou como mulheres de acordo com o gênero gramatical dos nomes correspondentes. E Boroditsky (2012) afirma que o gênero em personificações na escultura é previsível em 70% das vezes, de acordo com o gênero gramatical. Um belo exemplo citado pela autora, de personificação de seres abstratos, é a alegoria *As Partes do Dia*, de Michelangelo, um conjunto de quatro estátuas construídas pelo artista na Basílica de São Lourenço, em Florença, que representa as quatro partes do dia: aurora, dia, crepúsculo e noite (v. figuras abaixo):

---

<sup>64</sup> Ainda que no inglês moderno *death* seja substantivo neutro, no inglês antigo *deað* ocorria principalmente no masculino.

<sup>65</sup> Ver, para um exemplo em sueco, a Morte em *O Sétimo Selo*, de Ingmar Bergman (1958), em que ela é representada como um personagem masculino.

Figura 5. Aurora



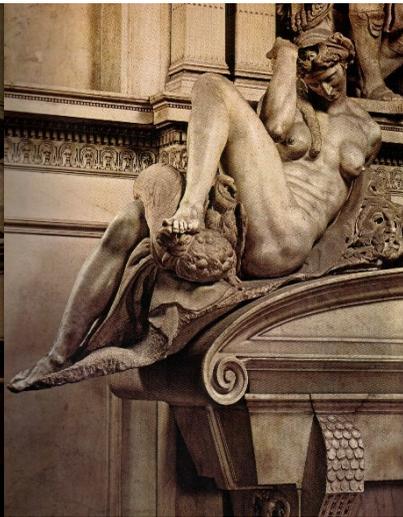
Figura 6. Giorno (Dia)



Figura 7. Crepuscolo (Crepúsculo)



Figura 8. Notte (Noite)



Na próxima seção, trataremos da diferença terminológica entre gênero neutro e gênero comum, pois um argumento frequente para

justificar o uso do masculino genérico em português é a inexistência de um gênero neutro.

### 2.3 GÊNERO NEUTRO E GÊNERO COMUM

Um argumento frequente para defender o uso do masculino genérico em português é a falta de um gênero neutro. Alguns também argumentam que o gênero masculino teria um valor “genérico” pelo fato de que, na maioria das línguas românicas, o gênero neutro e o gênero masculino do latim vieram a confundir-se num único gênero gramatical, devido a processos de erosão fonética<sup>66</sup>.

Nesta seção, veremos que a existência de um gênero neutro não necessariamente resolve o problema da denotação do gênero humano. Trataremos também do gênero comum, o qual, por sua vez, é utilizado em algumas línguas indo-europeias para denotar o gênero humano. Esses dois gêneros, neutro e comum, no entanto, têm origens e funcionamento diferentes, como demonstraremos a seguir.

Em latim (que possuía o gênero neutro, além do masculino e do feminino), já era corrente a construção denominada masculino genérico, pois o masculino era o gênero gramatical empregado para denotar o gênero humano como um todo. O gênero neutro, por sua vez, era usado principalmente para seres inanimados, com algumas poucas exceções (como nos exemplos tratados na seção 2.2.2). Vejamos o exemplo a seguir (CORBETT, 1991, p. 287, grifos meus) para ilustrar a diferença entre o “masculino genérico” e o “neutro genérico”:

(10) *quam pridem pater mihi et mater mortui essent*

‘How long ago my father.masc and mother.fem had died.masc’

(Há quanto tempo meu pai e minha mãe estão mortos)

(11) *murus et porta de caelo tacta erant*

‘The wall.MASC and the gate.FEM have been struck by lightning.NEUTRE’

(O muro e o portão foram atingidos por um raio)

---

<sup>66</sup> De fato, muitos nomes neutros do latim passaram para o gênero masculino em português, sendo que, já em latim, apresentavam pouca diferença morfológica, mas houve também nomes neutros que passaram para o gênero feminino em português, principalmente nomes neutros plurais, cuja terminação coincidia com o feminino singular em latim. “Nas línguas românicas [...] o masculino e o neutro fundiram-se (CORBETT, 1991, p. 316).” – no original em inglês: “In Romance languages [...] masculine and neuter have combined.”

Percebe-se, na frase (10), que *mortui* flexiona-se no masculino, concordando com o sintagma nominal coordenado *pater mihi et mater* (composto de nomes masculino e feminino respectivamente), pois são nomes referentes a seres humanos. Já em (11), apesar de termos um nome masculino e um nome feminino no mesmo sintagma nominal, *murus et porta*, o particípio do predicado flexiona-se no neutro plural, *tacta*, pois *murus* e *porta* denotam seres inanimados.

Portanto, em latim usava-se também o masculino, assim como em português, para denotar seres humanos de ambos os gêneros, e esse uso manteve-se nas línguas românicas, o neutro sendo usado para denotar os seres inanimados:

No caso do latim encontrarmos a agora familiar justificativa semântica para o uso do masculino (assim o masculino plural *liberi* ‘crianças’ pode denotar crianças de ambos os sexos) e para o feminino plural quando todos os sintagmas denotam mulheres. Há, no entanto, uma justificativa semântica para o uso do neutro plural para inanimados: o neutro plural é usado para nomes abstratos, por exemplo, *incerta* ‘coisas incertas’. (CORBETT, 1991, p. 297)<sup>67</sup>

Já a denominação “gênero comum” designa o gênero gramatical que abarca os nomes que denotam homens e mulheres indistintamente, sendo muitas vezes o resultado da coalescência (decorrente de processos de erosão fonética) entre o gênero masculino e o gênero feminino, um fenômeno típico das línguas escandinavas, como o sueco. “Em algumas línguas escandinavas, o masculino e o feminino combinaram-se, embora os pronomes distingam gêneros adicionais (CORBETT, 1991, p. 316)”<sup>68</sup>.

No sintagma nominal, o sueco distingue gênero comum de gênero neutro. (‘Gênero comum, quando usado em línguas escandinavas, é

---

<sup>67</sup> “In the case of Latin we find the now familiar semantic justification for the use of the masculine (thus the masculine plural *liberi* ‘children’ can denote children of both sexes) and for the feminine plural when all conjuncts denote females. There is, however, semantic justification for the use of the neuter plural for inanimates: the neuter plural is used for abstract nominals, for example, *incerta* ‘fickle things’.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>68</sup> “In some Scandinavian languages masculine and feminine have combined, although the pronouns distinguish additional genders.” – no original em inglês, tradução minha.

simplesmente o nome de um gênero que combina os antigos masculino e feminino; esta denominação não sugere que os nomes envolvidos sejam de gênero duplo. (CORBETT, 1991, p. 124)<sup>69</sup>

No entanto, a motivação semântica do gênero neutro (que normalmente denota seres inanimados) não o impede de ser utilizado como um recurso para evitar o uso do masculino genérico. Em islandês, por exemplo, pode-se usar o gênero neutro para denotar seres humanos cujo gênero não seja conhecido:

No islandês, o neutro plural é a principal forma de resolução [de gênero], usado para todos os conflitos de gênero. Esta escolha é semanticamente justificada. Primeiro, o neutro é usado para seres de sexo desconhecido: *afkvæmi* ‘prole’, *barn* ‘criança’, *folk* ‘pessoas, família’, *kyn* ‘parente’, *goð* ‘deus, ídolo’, *folald* ‘potro’. Então, o neutro não exclui humanos. Os exemplos mais significativos envolvem a atribuição de gênero desse nomes: *hjón* ‘marido e mulher’ e o seu derivado *bóndahjón* ‘camponeses (marido e mulher)’. Ambos os nomes denotam pessoas de ambos os sexos e ambos requerem formas de concordância no neutro plural. Há evidências semânticas para o uso do neutro plural para denotar humanos de ambos os sexos. (CORBETT, 1991, p. 298)<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> “Within the noun phrase, Swedish distinguishes common gender from neuter gender. (‘Common gender’ when used of Scandinavian languages is simply the name of a gender which combines the earlier masculine and feminine; it does not suggest that the nouns involved are of double gender).” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>70</sup> “In Icelandic the neuter plural is the major resolution form, used for all gender clashes. This choice is semantically justified. First the neuter is used for beings of unknown sex: *afkvæmi* ‘offspring’, *barn* ‘child’, *fólk* ‘people, household’, *kyn* ‘kin, kindred’, *goð* ‘(heathen) god, idol’, *folald* ‘foal’. So the neuter does not exclude humans. The most significant examples involve the assignment of these nouns: *hjón* ‘man and wife’ and its derivative *bóndahjón* ‘peasants (husband and wife)’. Both these nouns denote persons of both sexes and both require neuter plural agreement forms. There is evident semantic justification for the use of the neuter plural to denote humans of both sexes.” – no original em inglês, tradução minha.

## 2.4 GÊNERO GRAMATICAL COMO CATEGORIA CONCEPTUAL

Algumas teorias linguísticas, como por exemplo a estruturalista e a gerativista, consideram que a categoria de gênero gramatical é imotivada e arbitrária, e adotam uma definição de gênero como categoria clássica (definida por atributos necessários e suficientes). Na tradição filosófica seguida por essas escolas, e que ainda exerce um enorme peso sobre a linguística e a ciência em geral, perdura o modelo aristotélico de categorias clássicas, conjuntos de entidades que possuem atributos necessários e suficientes, e que são delimitados por fronteiras claras e rígidas. Segundo Lakoff (1987, p. 5),

a ideia de que categorias são definidas por propriedades comuns não é apenas a nossa teoria do senso comum, mas é também a principal teoria técnica – uma que tem estado conosco por mais de dois mil anos.<sup>71</sup>

Segundo esse conceito de categoria, os gêneros gramaticais seriam categorias uniformemente estruturadas, isto é, os nomes, numa dada categoria, não difeririam entre si em relação ao seu pertencimento à categoria – todos os nomes seriam elementos igualmente exemplares da categoria à qual pertencem.

Outras teorias linguísticas, como a cognitiva e o funcionalista, consideram que a linguagem é inerentemente simbólica e que *forma* e *função* estão sempre relacionadas. Assim, o gênero gramatical teria uma motivação semântica, não sendo uma categoria puramente sintática – os nomes não seriam arbitrariamente alocados em diferentes gêneros gramaticais. Nesta seção, pois, veremos como a categoria de gênero gramatical pode ser mais bem compreendida como uma categoria conceptual (na acepção da linguística cognitiva).

Para exemplificar a questão, tomaremos como exemplo o ngangkurrunggurr, uma língua do grupo tyemeri falada no noroeste da Austrália, na região do rio Daly (CORBETT, 1991, p. 140). Nessa língua há nove gêneros, que classificam os nomes da seguinte maneira:

---

<sup>71</sup> “[t]he idea that categories are defined by common properties is not only our everyday folk theory of what a category is, it is also the principal technical theory – one that has been with us for more than two thousand years.” – no original em inglês, tradução minha.

I) objetos naturais, termos de parentesco e algumas partes do corpo; II) armas de caça; III) partes do corpo; IV) árvores e artefatos de madeira; V) animais de caça; VI) plantas comestíveis; VII) seres animados masculinos (exceto cães); VIII) seres animados femininos; e IX) cães. (adaptado de CORBETT, 1991, p. 140)<sup>72</sup>

Essa classificação pode soar, aos nossos ouvidos habituados à língua portuguesa, tão estranha como aquela imaginada por Jorge Luís Borges em seu ensaio *El idioma analítico de John Wilkins*. Nele, o escritor atribui a uma antiga enciclopédia chinesa a seguinte taxonomia do reino animal:

Em suas remotas páginas está escrito que os animais se dividem em (a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) domesticados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães vadios, (h) inclusos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis, (k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo, (l) *et cetera*, (m) que acabam de quebrar o vaso, (n) que de longe parecem moscas. (BORGES, 1981, p. 104–5)<sup>73</sup>

Essa classificação fantástica de Borges é comentada por Foucault em *Les mots et les choses* (1966). No prefácio à obra, Foucault discorre sobre o riso, o deslumbre e o desconforto que essa taxonomia provoca – o que nos é mostrado como o encanto exótico de um outro pensamento, e que nos faria vislumbrar o limite do nosso próprio – nas suas próprias palavras: “l’impossibilité nue de penser cela (FOUCAULT, 1966, p. 7)”.

Essa impossibilidade de pensamento, todavia, não reside nas categorias em si, mas antes nos interstícios entre elas, no espaço vazio que as permeia. Não são os animais “fabulosos” que são impossíveis,

<sup>72</sup> “I) most natural objects, kinship terms, some body parts; II) hunting weapons; III) most body parts; IV) trees, most wooden implements; V) most animals hunted for meat; VI) edible plants; VII) male animates (except dogs); VIII) female animates; IX) canines.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>73</sup> “En sus remotas páginas está escrito que los animales se dividen en (a) pertenecientes al Emperador, (b) embalsamados, (c) amaestrados, (d) lechones, (e) sirenas, (f) fabulosos, (g) perros sueltos, (h) incluidos en esta clasificación, (i) que se agitan como locos, (j) innumerables, (k) dibujados con un pincel finísimo de pelo de camello, (l) etcétera, (m) que acaban de romper el jarrón, (n) que de lejos parecen moscas.” – no original em espanhol, tradução minha.

pois podem existir no imaginário, mas é a sua justaposição aos animais “reais”, como os cães vadios ou aqueles que de longe parecem moscas. É a série alfabética que liga todas essas categorias entre si que desconcerta a nossa razão.

Porém, ainda não se trata, de fato, da estranheza dos encontros insólitos. Mesmo tais encontros, como “o encontro fortuito de uma máquina de costura e um guarda-chuva sobre uma mesa de dissecação”, em Lautréamont (DUCASSE, 1986, p. 249), têm um lugar comum que os sustenta: é a mesa de dissecação que serve de fundo comum para a máquina de costura e o guarda-chuva. É este *e* e este *sobre* que garantem a possibilidade de uma justaposição, da possibilidade de um encontro, por mais insólito que seja.

O bizarro da classificação de Borges é, de fato, o colapso do espaço comum desses encontros insólitos, deste *e* e deste *sobre*, que conecta e situa aqueles objetos. Os animais da taxinomia de Borges, os que se agitam como loucos, inumeráveis e desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, podem apenas se encontrar no “não-lugar da linguagem”, e a categoria dos “animais inclusos na presente classificação”, sobretudo, faz ruir por completo a própria relação continente-conteúdo e, por conseguinte, qualquer possibilidade de classificação.

E é nesse ponto que as duas classificações citadas, o sistema de gêneros gramaticais do *ngangikurrunggurr* e a taxonomia animal da enciclopédia chinesa de Borges, diferem fundamentalmente.

Nas palavras de George Lakoff (1987, p. 92, grifos meus),

Borges, é claro, lida com o fantástico. *Não só estas não são categorias humanas naturais – elas não poderiam ser categorias humanas naturais.* Mas parte do que faz dessa passagem arte, antes do que mera fantasia, é que ela chega perto da impressão que tem um leitor ocidental ao ler descrições de línguas e culturas não-ocidentais. O fato é que as pessoas ao redor do mundo categorizam coisas de maneiras que tanto embaraçam a mente ocidental quanto estupefazem linguistas e antropólogos ocidentais. Na maioria das vezes, o linguista ou o antropólogo joga tudo para o ar e acaba por fazer uma lista – uma lista

que não causaria surpresa se fosse encontrada nos escritos de Borges.<sup>74</sup>

Não por acaso, tomamos, como exemplo de variedade de classificação de gêneros gramaticais, uma língua “exótica”, o *ngangikurrunggurr*, uma língua distante tanto genética quanto geograficamente. Borges, por sua vez, localiza a origem da sua enciclopédia fictícia num país real, mas que, no imaginário ocidental, está de certa maneira envolto numa aura de mistério e segredo, simbolizada pelas famosas muralhas.

Enfim, apesar de as classificações de línguas “exóticas” poderem parecer irracionais e tão diferentes da nossa maneira de categorizar o mundo, elas não diferem em essência. Elas são, assim como nossos gêneros gramaticais em português, categorias naturais, e o espaço que as sustenta e as ordena, em português, em *ngangikurrunggurr* ou em qualquer outra língua natural, o espaço que falta na classificação de Borges, é o sistema cognitivo que todos os seres humanos compartilham e que, não obstante as diferenças culturais, constitui a base sobre a qual construímos as nossas categorias.

Langacker (2001, p. 305) também considera a motivação semântica da classificação em gêneros gramaticais:

Mesmo que o gênero tenha que ser listado para uma grande classe de nomes, é bastante concebível que o ato de listar tenha efeito pelas unidades simbólicas apenas, cada uma das quais é significante de alguma maneira. Tal relação é perfeitamente factível no contexto da gramática cognitiva.<sup>75</sup>

E, de acordo com Lakoff (1987), categorias linguísticas comportam-se como categorias conceptuais. Logo, os gêneros

---

<sup>74</sup> “Borges, of course, deals with the fantastic. These not only are not natural human categories – they could not be natural human categories. But part of what makes this passage art, rather than mere fantasy, is that it comes close to the impression a Western reader gets when reading descriptions of nonwestern languages and cultures. The fact is that people around the world categorize things in ways that both boggle the Western mind and stump Western linguists and anthropologists. More often than not, the linguist or anthropologist just throws up his hands and resorts to giving a list – a list that one would not be surprised to find in the writings of Borges.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>75</sup> “Even if gender has to be listed for a large class of nouns, it is quite conceivable that the listing is effected by symbolic units alone, each of which is meaningful in some fashion. Such an account is perfectly feasible in the context of cognitive grammar.” – no original em inglês, tradução minha.

gramaticais, sendo categorias linguísticas, também poderiam ser interpretados como outros tipos de categorias conceituais:

Categorias linguísticas, como categorias conceituais, demonstram efeitos prototípicos. Tais efeitos ocorrem em todos os níveis da linguagem, da fonologia à morfologia, da sintaxe ao léxico. Considero a existência de tais efeitos como evidência *prima facie* de que categorias linguísticas têm o mesmo caráter que outras categorias conceituais. (LAKOFF, G. 1987, p. 67)<sup>76</sup>

Ademais, um outro ponto importante que se percebe nessa mudança de paradigma de categorias clássicas para categorias conceituais, é que as categorias não podem existir autonomamente no mundo, independentes do ser humano. Elas são construtos mentais, criadas e recriadas a todo momento. Decerto, elas não mudam de um instante a outro, senão a comunicação seria simplesmente inviável. No entanto, ainda que permaneçam relativamente estáveis, estão sujeitas a mudanças, o que se verifica na variação linguística de vários tipos, no tempo e no espaço. De qualquer maneira, ainda que haja uma forte estabilidade dentro de uma comunidade linguística, as categorias estão, ou devêm, na mente dos falantes, sujeitando-se aos processos cognitivos pelos quais o ser humano se orienta no mundo.

Esta visão sobre o gênero gramatical como categoria conceitual (cf. GIVÓN, 2001, p. 28–34, vol. I; LAKOFF, G. 1987, p. 12–68) poderia explicar por que alguns nomes parecem ser melhores exemplos da categoria de gênero masculino ou da categoria de gênero feminino. Por exemplo, nomes como *menino* ou *lobo*, que se referem a seres do gênero masculino e também são gramaticalmente masculinos seriam melhores exemplos da categoria do que um nome como *sentinela*, no qual os critérios semânticos e formais de atribuição de gênero entram em conflito. Enquanto nomes como *menino* e *lobo* seriam membros mais centrais da categoria *masculino*, *sentinela* seria um membro mais periférico.

---

<sup>76</sup> “Linguistic categories, like conceptual categories, show prototype effects. Such effects occur at every level of language, from phonology to morphology to syntax to lexicon. I take the existence of such effects as *prima facie* evidence that linguistic categories have the same character as other conceptual categories.” – no original em inglês, tradução minha.

Um indício desse efeito de centralidade pode ser detectado na maior variação de gênero nas palavras onde os dois tipos de critérios são conflitantes, como em *sentinela*<sup>77</sup>, no plano diacrônico ou no plano sincrônico, seja na variação entre falantes de uma mesma comunidade, seja na variação entre palavras cognatas de línguas aparentadas. Para citar outros exemplos, *modelo* é originalmente um nome masculino inanimado<sup>78</sup>. No entanto, no sentido corrente de ‘modelo de passarelas’, quando o referente é uma mulher, a palavra exige concordância no gênero feminino, ainda que mantenha a forma *modelo*. A palavra *piloto* (quando referente a uma mulher) passou por um processo similar, mas já apresenta uma variação da forma *pilota* em variação com a forma *piloto* (ambas foram encontradas em jornais de grande circulação):

(12) Ex-pilota espanhola Maria de Villota é encontrada morta em hotel de Sevilha (Globo Esporte)<sup>79</sup>

(13) Ex-piloto de testes da F1, De Villota morre aos 33 anos (Estadão)<sup>80</sup>

Na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem encontram-se também formas inovadoras, nas quais a terminação *-o* é interpretada como sufixo marcador de gênero, e a forma *pilota* é formada analogicamente (e até mesmo a forma *correia* – referindo-se a uma funcionária dos Correios):

(14) Meu helicóptero tem uma pilota.<sup>81</sup>

(15) É a correia! [referindo-se a uma funcionária dos Correios entregando a encomenda]<sup>82</sup>

O que se pode observar de comum nos exemplos citados acima é que, quando há variação, esta é no sentido de o gênero gramatical adequar-se ao gênero do referente (humano), sendo um

<sup>77</sup> “SENTINELA, s. f. Soldado destacado a um posto para guardá-lo ou para dar aviso de aproximação de inimigo; indivíduo isolado; posto de vigia (também usado no masculino, nesses sentidos) [...] (BUENO, 1976)”.

<sup>78</sup> “MODELO, s.m. Objeto para ser reproduzido por imitação; molde; representação, em pequena escala, de um objeto que se pretende executar em grande imagem para ser reproduzida em escultura; tipo; (fig.) aqui que serve de exemplo ou norma; pessoa exemplar; pessoa que serve para estudo prático de pintores ou escultores; empregada de casa de modas que põe os vestidos para exibi-los à clientela [...] (BUENO, 1976)”.

<sup>79</sup> <http://globoesporte.globo.com/motor/noticia/2013/10/ex-piloto-maria-de-villota-e-encontrada-morta-em-hotel-de-sevilha.html>.

<sup>80</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,ex-piloto-de-testes-da-f1-de-villota-morre-aos-33-anos,1084606,0.htm>.

<sup>81</sup> Nicolas, 3 anos (Leandra Cristina de Oliveira, c. p.).

<sup>82</sup> Nicolas, 3 anos (Leandra Cristina de Oliveira, c. p.).

exemplo de prevalência dos critérios semânticos sobre os critérios formais de atribuição de gênero. Em alguns casos, como *o sentinela*, *a modelo*, esta mudança de gênero gramatical restringe-se à concordância sintática. Em outros, a mudança vai um passo além, e a morfologia do nome é adaptada para adequar-se ao seu novo gênero gramatical, como em *a piloto* > *a pilota*. Outros exemplos, colhidos de publicações em redes sociais (*corpus* pessoal), são: *ídola*<sup>83</sup> e *gurua*<sup>84</sup>.

Os nomes pertencentes ao resíduo semântico, por sua vez, seriam membros ainda mais periféricos, estando ainda mais sujeitos a oscilar entre uma categoria e outra, ou a migrar de uma para outra. Por exemplo, uma palavra pode variar em gênero ao longo da história da língua. Hoje, em português, o nome *planeta* é masculino, mas já foi, em outros tempos, feminino (GOUVEIA, 2005). Uma mesma palavra, do ponto de vista etimológico, pode variar em gênero entre uma língua e outra. *Planeta*, que é masculino em português, é um nome feminino em francês – *la planète*. Em português, dizemos *a ponte* e *o nariz*; em espanhol, *el puente* e *la nariz*. E numa mesma língua uma palavra pode variar em gênero na interação com outras categorias gramaticais. Em francês, *amour* é masculino no singular e feminino no plural, pelo menos segundo a gramática tradicional: *l'amour perdu*, *les amours perdues*. Uma característica comum a todas essas palavras é que elas denotam seres inanimados e o seu gênero gramatical não é motivado semanticamente.

Esses são apenas alguns exemplos de como fenômenos aparentemente imprevisíveis ou inexplicáveis, de acordo com a visão tradicional sobre gênero gramatical, podem ser mais bem compreendidos sob um olhar cognitivo-funcional sobre a linguagem.

---

<sup>83</sup> No contexto: “Minha *ídola*! [referindo-se a atriz Letícia Sabatelli]”

<sup>84</sup> No contexto: “[...] fica aqui a dica do novo livro da minha *gurua* Naomi [Klein]”

### 3 MASCULINO GENÉRICO

Pelo que vimos no capítulo 1, o masculino genérico é, segundo a definição que adotamos neste trabalho, o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano. Já vimos alguns exemplos de uso do masculino genérico: nomes masculinos para denotar seres humanos cujo gênero é desconhecido ou irrelevante, e a concordância de sintagmas nominais coordenados e pronomes interrogativos com predicados flexionados no masculino. Na próxima seção, veremos a função que cumpre o masculino genérico, que é um ponto crucial na compreensão do uso desta construção gramatical.

#### 3.1 A DENOTAÇÃO DO GÊNERO HUMANO

Nesta seção, tentaremos identificar a causa do uso do masculino genérico, e que talvez seja algo muito simples: a necessidade de denotar o gênero humano (função) e a inexistência de um recurso gramatical específico (forma) para satisfazer essa necessidade<sup>1</sup>. Veremos também como se dá a função de denotação do gênero humano em outras línguas, comparativamente, para ilustrar como a falta de um recurso específico para essa função participa da origem do masculino genérico.

Começando pelas línguas nas quais há uma forma que serve normalmente a essa função, há as línguas que não fazem distinção gramatical entre masculino e feminino (seja porque a língua não possui a categoria de gênero gramatical, seja porque os gêneros gramaticais fazem outros tipos de distinção, como humano/não-humano, animado/inanimado), e, nesses casos, a função de denotação do gênero humano é obviamente mais simples. Qualquer palavra que denote um ser humano serve de forma para a função de denotar o gênero humano. Ainda que em algumas partes do léxico (principalmente em domínios semânticos como termos de parentesco) possa haver a distinção entre masculino e feminino, nessas línguas essa distinção não é sistemática<sup>2</sup>, ao contrário daquelas que distinguem gramaticalmente os gêneros masculino e feminino, como o português.

---

<sup>1</sup> Há outros casos de inexistência de formas linguísticas específicas para certas funções como, apenas a título de comparação, a concordância do numeral *zero* com o singular ou o plural, o que se observa na variação de concordância (p. ex. “zero grau/zeros graus”).

<sup>2</sup> No entanto, mesmo em línguas que não possuem gênero gramatical, como o finlandês, é possível identificar o uso do masculino genérico (cf. ENGELBERG, 2003).

Em português (e também em outras línguas cujos gêneros gramaticais operam de forma similar) a distinção entre masculino e feminino está codificada na categoria de gênero gramatical, e a função de denotação do gênero humano é consideravelmente mais complicada, pelos motivos que expomos a seguir:

- a) Há dois, e apenas dois gêneros gramaticais: masculino e feminino;
- b) Esses gêneros gramaticais geralmente correspondem, no caso de palavras que denotam seres humanos, ao gênero (biológico e/ou social) desses seres;
- c) A expressão do gênero gramatical, assim como de outras categorias gramaticais, é obrigatória: se numa língua as palavras podem distinguir gênero, geralmente elas devem distingui-lo (CORBETT, 1991, p. 218).

Ainda que em português haja algumas palavras que, independentemente do seu gênero gramatical, denotam o gênero humano (como os nomes *pessoa, indivíduo, criança, membro, vítima, testemunha, estrela, astro*, e alguns pronomes como *quem, alguém, ninguém*), a maioria das palavras em português exprime, através do gênero gramatical, o gênero do ser humano que denotam<sup>3</sup>. Enfim, a motivação semântica do gênero gramatical na maioria das palavras que denotam seres humanos é a distinção de gênero (social/biológico) entre seres humanos do gênero masculino e seres humanos do gênero feminino.

Portanto, em português, e em outras línguas cujos gêneros gramaticais operam do mesmo modo, na maior parte dos casos não há uma forma específica para a função de denotar o gênero humano.

No entanto, a ausência de um gênero gramatical para denotar o gênero humano não implica, necessariamente, o uso do masculino genérico. Veremos agora algumas estratégias (ainda que parciais) às quais as línguas podem recorrer para resolver esse problema. Corbett (1991, p. 219–223) reconhece quatro estratégias de resolução:

- a) Uma forma “evasiva” pode ser usada. Por exemplo, em inglês, o pronome pessoal de 3ª pessoa do plural *they*, que não distingue gênero, pode ser aplicado a nomes ou pronomes no singular, quando se quer voluntariamente evitar a menção ao

---

<sup>3</sup> É interessante observar que, entre os nomes, apenas com nomes contáveis pode haver correspondência entre gênero gramatical e gênero do referente. O gênero gramatical de nomes de massa ou nomes coletivos que denotam seres humanos, como *gente, bando, tropa, banda*, etc. não correspondem gramaticalmente ao gênero dos seus referentes.

gênero do referente. De uma certa forma, põe-se em segundo plano a concordância de número em relação à concordância de gênero<sup>4</sup>. Em islandês, é possível recorrer ao gênero neutro (que normalmente é usado apenas para referentes não humanos) quando não se conhece o gênero do referente.

- b) Pode haver uma forma especial para esses casos, como o pronome *ni*, em zande, utilizado quando o referente não é um indivíduo específico ou não é conhecido pelo falante.
- c) Pode simplesmente não haver nenhum padrão consistente, e qualquer gênero é usado quando o gênero do referente não é determinado, como em dyirbal.
- d) E, por último, um determinado gênero gramatical pode ser sistematicamente usado para denotar seres humanos de maneira genérica ou coletiva.

Em português, assim como em outras línguas indo-europeias e de algumas outras famílias linguísticas, adota-se a última estratégia dentre aquelas listadas. Utiliza-se um dos gêneros gramaticais – o masculino – para denotar o gênero humano.

Para retomar a discussão iniciada na seção 1.6, temos um exemplo de algo que pode ser imaginado, mas não pode ser dito. Podemos imaginar situações em que falamos de uma pessoa sem saber se se trata de um homem ou uma mulher, ou quando falamos de um grupo composto por homens e mulheres, sem poder, muitas vezes, expressar gramaticalmente essa situação sem fazer a escolha entre o gênero gramatical masculino e o gênero gramatical feminino.

Dito de outro modo, a língua portuguesa não apenas nos oferece a possibilidade de expressar gramaticalmente a distinção entre masculino e feminino, mas frequentemente a impõe. E o fato de a língua portuguesa “forçar” o seu usuário a uma escolha entre gênero masculino e gênero feminino força-o também ao perfilamento de um conceito num *frame* semântico. No caso do gênero, esse perfilamento seria o do conceito de um homem ou o de uma mulher.

O fenômeno de perfilar um conceito num *frame* semântico [...] é um exemplo de seleção. Na maioria dos casos, palavras diferentes num *frame* semântico ou domínio focalizam a nossa atenção sobre diferentes elementos no *frame* [...]. Em

---

<sup>4</sup> Os gramáticos prescritivistas de língua inglesa seguem o raciocínio inverso, pondo em primeiro plano a concordância de número (condenando o uso do *they* singular) em relação à concordância de gênero (prescrevendo o uso do *he* genérico).

outros casos, a morfologia derivacional muda o perfil. (CROFT; CRUSE, 2004, p. 47)<sup>5</sup>

Neste caso, seria a categoria de gênero gramatical que alternaria o perfilamento entre masculino e feminino. Numa palavra como *médico*, que evoca um *frame* de “pessoa que exerce a profissão da medicina”, o gênero gramatical masculino perfila o conceito de “pessoa do gênero masculino que exerce esta profissão”.

Essa distinção entre masculino e feminino, sendo impositiva, é fundamental para o uso do masculino genérico, e a escolha pelo masculino traz à tona a questão do sexismo gramatical:

A existência de concordância de gênero pode impor uma escolha problemática se, por exemplo, o falante tem de escolher entre masculino e feminino, ainda que o sexo do referente não seja conhecido. (CORBETT, 1991, p. 5)<sup>6</sup>

Enfim, a necessidade de denotar o gênero humano na língua portuguesa leva muitas vezes a uma escolha entre dois gêneros gramaticais (masculino ou feminino) para desempenhar essa função, o que nos leva à pergunta: por que se escolhe um gênero e não o outro? Antes de buscar uma resposta a esta questão, veremos a seguir os contextos de uso mais propícios para o uso do masculino genérico.

### 3.2 CONTEXTOS LINGÜÍSTICOS

Nesta seção, apresentaremos alguns contextos linguísticos nos quais o masculino genérico é particularmente visível (e previsível). Essa classificação não tem nenhuma pretensão de ser definitiva, mas é apenas uma tentativa de organizar os tipos de construção associados ao masculino genérico. Provavelmente há mais tipos reconhecíveis, de modo que a classificação a seguir deverá ser ampliada e reformulada.

---

<sup>5</sup> “The phenomenon of profiling a concept in a semantic frame [...] is an example of selection. In most cases, different words in a semantic frame or domain focus our attention on the different elements in the frame [...]. In other cases, derivational morphology shifts the profile.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>6</sup> “The existence of gender agreement can impose a problematic choice if, for example, the speaker has to choose between masculine and feminine even though the sex of the referent is not known.” – no original em inglês, tradução minha.

### 3.2.1 Pronomes pessoais indefinidos e interrogativos

Esse é um ambiente propício para o uso do masculino genérico, pois muitos pronomes indefinidos e interrogativos, ao contrário de outras palavras em português, distinguem não entre masculino e feminino, mas entre humano e não humano (por exemplo, *quem/o quê; alguém/algo; ninguém/nada*). No entanto, o predicado de tais enunciados contém, muitas vezes, palavras que devem flexionar-se em gênero, masculino ou feminino; e estas flexionam-se frequentemente no masculino. Por exemplo (abreviado do enunciado em (3)):

(1) Quem foi demitido?

Em (1), não se pode determinar o gênero do referente, pois não se pode determinar nem mesmo o próprio referente. Aliás, esta é justamente uma das funções dos pronomes interrogativos: determinar o referente sobre o qual se está falando. Não obstante, geralmente se utiliza o gênero gramatical masculino para o predicado de pronomes pessoais interrogativos ou indefinidos em situações em que o pronome pode denotar tanto um homem quanto uma mulher.

Em inglês, Corbett (1991, p. 221) cita o seguinte exemplo:

(2) Everyone loves his mother ‘Todo mundo ama sua mãe’

Em (2), usa-se o adjetivo possessivo de 3ª pessoa masculino *his*<sup>7</sup> anaforicamente em relação ao pronome indefinido *everyone*, que se refere a seres humanos (homens e mulheres indistintamente).

Em outras línguas, essa situação é ainda um pouco mais complicada do que em português. Por exemplo, em russo, o verbo no tempo passado deve concordar em número e gênero com o sujeito. Apenas para fins de comparação, nos enunciados a seguir vemos que o verbo concorda em gênero com o sujeito:

(3) Петр БЫЛ в Москве. [Petr byl v Moskve]

Pedro estava.MASC em Moscou

(4) Анна БЫЛА в Москве. [Anna byla v Moskve]

Ana estava.FEM em Moscou

Porém, se o sujeito é expresso por um pronome interrogativo, o verbo é geralmente flexionado no masculino:

---

<sup>7</sup> Os possessivos de 3ª pessoa singular em inglês, ao contrário do português, indicam o gênero do possuidor na relação de posse, e não do possuído.

- (5) Кто это сделал? [Kto éto sdelal?]  
 Quem isso fez.MASC ‘Quem fez isso?’

O falante não conhece o sexo da pessoa responsável, mas o masculino é utilizado. Surpreendentemente, mesmo numa situação em que a pessoa deva ser uma de um grupo de mulheres, a concordância no masculino ainda é usual. (CORBETT, 1991, p. 219)<sup>8</sup>

E em grego (A. Nicolacópoulos, c. p.), o próprio pronome interrogativo varia em gênero:

- (6) Ποιος είναι ο πατέρας σου; [Poios éinai o patéras sou?]  
 Quem.MASC é o pai de-ti ‘Quem é o teu pai?’
- (7) Ποια είναι η μητέρα σου; [Poia éinai i mitéra sou?]  
 Quem.FEM é a mãe de-ti ‘Quem é a tua mãe?’

Mas, se o gênero do referente é desconhecido (por exemplo, ao atender o telefone, quando não se sabe quem está do outro lado da linha), o pronome interrogativo é flexionado no masculino:

- (8) Ποιος είναι; [Poios éinai?]  
 Quem.MASC é ‘Quem é?’

### 3.2.2 Nomes genéricos

Outro cenário típico do masculino genérico é, conforme a própria denominação indica, o dos nomes genéricos. Entendemos aqui por “nomes genéricos”<sup>9</sup> aqueles nomes que denotam não um indivíduo em particular, nem um conjunto definido de indivíduos, mas uma classe de indivíduos. Nesta seção, analisaremos apenas os nomes genéricos singulares que denotam classes de seres humanos definidas por alguma característica relevante no contexto, que as distinga de outras classes de indivíduos como, por exemplo, profissão, nacionalidade, religião, etnia, etc.

<sup>8</sup> “The speaker does not know the sex of the person responsible, but the masculine is used. Surprisingly, even in a setting in which the person must be one of a group of women, masculine agreement is still normal.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>9</sup> O próprio termo *nome genérico* evoca a sua função de constituir um gênero (no sentido mais amplo de classe, categoria).

- (9) Se um paciente quiser mudar de médico, deve avisar a secretária. (adaptado de CORBETT, 1991, p. 218)
- (10) O aluno do Programa optará por uma das seguintes Áreas de Concentração, em que desenvolverá seu projeto de dissertação ou tese. (Regimento do PPGLg/UFSC/2011)

Em (9) temos o sintagma nominal indefinido *um paciente*, no masculino, ainda que “este” paciente possa ser uma mulher. Temos também, na tradução em português, o sintagma nominal definido *a secretária*, no feminino, ainda que a palavra possa denotar um secretário homem, embora geralmente essa função seja ocupada por mulheres. Assim, em certos contextos onde as mulheres são mais visíveis socialmente, essa visibilidade reflete-se em (alguma) visibilidade linguística. E em (10), o sintagma nominal definido *o aluno* pode denotar tanto um aluno quanto uma aluna.

Exemplos frequentes de “nomes genéricos” são nomes de profissão e de nacionalidade, os quais serão expostos nas subseções seguintes. Esta, obviamente, não é uma lista exaustiva. Podemos imaginar vários outros exemplos de nomes genéricos que constituam uma classe de indivíduos com base em diversos critérios, como a religião, a filiação partidária, a etnia etc.

### 3.2.2.1 Nomes de profissão

Tomemos, como exemplo, o nome de uma profissão ainda hoje fortemente associada ao mundo masculino, nos seguintes enunciados:

- (11) Vou procurar um advogado.
- (12) <sup>?</sup>Vou procurar uma advogada.

Num *corpus*<sup>10</sup> de 871.117.178 palavras, foram encontradas 112 ocorrências para (11) contra *nenhuma* ocorrência para (12). A mesma situação constatou-se com outros nomes de profissão, embora não seja uma regra. Em certas profissões, no entanto, é mais comum encontrar nomes femininos usados genericamente.

Consideremos também:

- (13) Quem é o arquiteto responsável?
- (14) <sup>?</sup>Quem é a arquiteta responsável? (no caso em que uma interpretação de referente masculino seja possível)

---

<sup>10</sup> Corpus Brasileiro (PUC-SP), <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>

### 3.2.2.2 *Nomes de nacionalidade (etnônimos/gentílicos)*

Para referirmo-nos genericamente aos/às cidadã(o)s de um país, membros de uma tribo ou indivíduos de uma etnia, podemos usar nomes genéricos como *o brasileiro* ou *o guarani*, sem, com isso, restringir a denotação aos indivíduos do gênero masculino. Esses nomes denotam, sempre a depender do contexto, tanto os homens quanto as mulheres. Entretanto, geralmente, são flexionados no gênero gramatical masculino:

- (15) Como o brasileiro usa seu tempo. Pesquisa do IBGE realizada em cinco Estados mapeou como o brasileiro distribui seu tempo entre as tarefas e atividades diárias, como trabalho, cuidados pessoais e lazer. (O Globo)<sup>11</sup>

A reportagem segue com uma observação interessante:

Homens gastam mais tempo com trabalho, estudo e socialização. As mulheres, com afazeres domésticos e cuidados com pessoas da família. Os números levam em conta apenas as pessoas que fazem essas atividades.

### 3.2.2.3 *Abstrações matemáticas*

Um caso especial de nome genérico são as abstrações do tipo “o brasileiro médio”, que não denotam nem um homem, nem uma mulher, nem mesmo um indivíduo identificável no mundo, mas um objeto matemático que representa uma média de todos os habitantes, considerando-se um ou outro fator em particular. Ou ainda, outro tipo de abstração como frações do tipo “1,7 brasileiros”, em que nem mesmo um ser humano “inteiro” poderia ser considerado como o referente do sintagma nominal:

- (16) O que o brasileiro médio sabe da América Latina? (Carta Maior)<sup>12</sup>
- (17) Em 2050, a entidade estima que serão 1,7 brasileiros para cada veículo, taxa comparável à de países europeus como Espanha, Itália,

<sup>11</sup> <http://oglobo.globo.com/infograficos/pesquisa-uso-do-tempo/>.

<sup>12</sup> <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-que-o-brasileiro-medio-sabe-da-America-Latina-/6/30216>.

Alemanha e Reino Unido – os Estados Unidos, líderes nesse quesito, têm 1,2 habitantes por veículo. (Brasil Econômico)<sup>13</sup>

#### 3.2.2.4 *A palavra homem*

Outro caso um tanto mais complicado de nome genérico é o uso de uma palavra que designa, simultaneamente, o ser humano do gênero masculino e o ser humano como espécie animal: *homem*.

Vejamos o caso das palavras *homem* e *mulher*, em português. A primeira refere-se à espécie, e ao indivíduo do gênero masculino dessa espécie. A segunda refere-se apenas aos indivíduos do gênero feminino.

Em latim, havia três palavras para classificar esse mesmo domínio da experiência: *homo*, para a espécie; *uir*, para os homens (sentido específico); e *femina*, para as mulheres. Em algum período da evolução do latim para o português esse sistema reorganizou-se. A palavra *uir* tornou-se obsoleta e seu conteúdo foi assimilado pela palavra *homo*, que evoluiu em *homem* no português.

Em inglês também, a palavra *man*, como o português *homem*, é utilizada para designar tanto os seres humanos de gênero masculino quanto os seres humanos, em geral. No entanto, nas línguas germânicas *\*man* aparentemente designava os seres humanos de maneira geral (independente do gênero). Para homens e mulheres, utilizavam-se, respectivamente, *wer* e *wif* (percebe-se esse vestígio em palavras do inglês moderno como *werewolf* ‘lobisomem’ e *wife* ‘esposa, mulher’). Durante a evolução da língua inglesa, a palavra *man* seguiu um caminho semelhante ao da palavra *homem* em português e em outras línguas latinas.

A noção mais geral de ‘homem’ como ser humano e a noção mais específica de ‘homem’ como ser humano macho adulto podem ser combinadas na mesma palavra, como em inglês moderno *man*, francês *homme*, etc. ou elas podem ser diferenciadas (1) por formas relacionadas, como no alto-alemão moderno *mensch* vs. *mann*, (2) por palavras não relacionadas, como o latim *homō* vs. *vir*, etc. Uma antiga diferenciação pode ter sido perdida, como em latim antigo, onde o uso de *homō* estendeu-se às custas de *vir* [...] Muitas das

---

<sup>13</sup> <http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/2014-08-13/frota-de-veiculos-triplica-ate-2050-diz-epe.html>.

palavras para ‘homem’, principalmente das línguas românicas e germânicas e todas as línguas eslavicas, eram originalmente palavras para ‘homem’ [ser humano], ou derivadas destas [...]. (BUCK, 1949, p. 80–1)<sup>14</sup>

O próprio termo para designar a espécie humana é *homem*, segundo uma evolução que levou, por exemplo, nas línguas românicas, à supressão da oposição existente entre *homo*, genérico para a espécie, e *vir*, específico para os indivíduos de sexo masculino. Com a assimilação a uma única palavra, o masculino coincidiu com o termo genérico para a espécie, continuando, entretanto, no plano semântico, a manter a ambiguidade de seu duplo nível de significação. Com efeito, a expressão não é um genérico real, mas um pseudo-genérico (ou genérico-específico) se, na percepção dos sujeitos falantes, à utilização do termo *homem* não se associa unicamente uma significação de “indivíduo masculino”. Pensemos na incongruência semântica de frases como “O homem amamenta os seus filhos”. (VIOLI, 1987, p. 31)<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> “The more general notion of ‘man’ as a human being and the most specific notion of ‘man’ as an adult male human *being* may be combined in the same word, as in NE *man*, Fr. *homme*, etc.; or they may be differentiated (1) by related forms, as NHG *mensch* vs. *mann*, (2) by unrelated words, as Lat. *homō* vs. *vir*, etc. An old differentiation may be lost, as in VLatin, where the use of *homō* was extended at the expense of *vir* [...] Many of the words for ‘man’ [male adult being], namely most of the Romance and Germanic and all the Slavic, were originally words for ‘man’ [human being], or derivatives of these [...]” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>15</sup> “Le terme même pour désigner l’espèce humaine est *homme*, selon une évolution qui a porté, par exemple dans les langues romanes, à la suppression de l’opposition existant entre *homo*, générique pour l’espèce, et *vir*, spécifique pour les individus de sexe masculin. Avec l’assimilation à un seul mot, le masculin est allé coïncider avec le terme générique de l’espèce, en continuant cependant, sur le plan sémantique, à maintenir l’ambiguïté de son double niveau de signification. En effet, l’expression n’est pas un réel générique, mais un pseudo-générique (ou générico-spécifique) si, dans la perception des sujets parlants, à l’utilisation du terme *homme*, on n’associe pas uniquement une signification générique comme « genre humain », mais également une signification spécifique d’« individu masculin ». Pensons à l’incongruence sémantique de phrases comme « L’homme allaite ses petits »” – no original em francês, tradução minha.

*Man* já foi uma palavra verdadeiramente genérica referente a todos os humanos, mas gradualmente restringiu-se em significado para tornar-se referente a seres humanos adultos do sexo masculino. Os anglo-saxões usavam a palavra para referir-se a todas as pessoas. Um exemplo disso ocorre quando um escritor anglo-saxão se refere a uma princesa inglesa do século XVII como “a wonderful man”. *Man* era análoga à palavra latina *homo*, “um membro da espécie humana”, não *vir*, “um adulto do sexo masculino da espécie humana”. A palavra do inglês antigo para homem adulto era *wæpman* e a palavra do inglês antigo para mulher adulta era *wifman*. Com o passar do tempo, *wifman* evoluiu para a palavra *woman*. *Man* eventualmente deixou de ser usada para a referência a mulheres e substituiu *wer* e *wæpman* como um termo específico que distingue um homem adulto de uma mulher adulta. Mas *man* continuou a ser usado em generalizações sobre ambos os sexos (JACOBSON, 1995).<sup>16</sup>

Assim, ainda que em algumas línguas haja uma palavra específica para o ser humano como espécie animal, independente do seu gênero (por exemplo, o grego *άνθρωπος* [ánthrosos]), ao lado de palavras que denotam apenas o ser humano do gênero masculino e do gênero feminino (*άνδρας* [ándras] e *γυναίκα* [gynaíka]), em muitas línguas uma única palavra denota tanto o homem como espécie quanto o ser humano do gênero masculino, enquanto uma outra palavra denota, especificamente, o ser humano do gênero feminino.

No entanto, parece não haver nenhuma língua na qual uma mesma palavra designe a mulher e a espécie humana, e uma outra palavra que designe apenas o homem como indivíduo do gênero

---

<sup>16</sup> “*Man* once was a truly generic word referring to all humans, but has gradually narrowed in meaning to become a word that refers to adult male human beings. Anglo-Saxons used the word to refer to all people. One example of this occurs when an Anglo-Saxon writer refers to a seventh-century English princess as ‘a wonderful man.’ *Man* paralleled the Latin word *homo*, ‘a member of the human species,’ not *vir*, ‘an adult male of the species.’ The Old English word for adult male was *wæpman* and the old English word for adult woman was *wifman*. In the course of time, *wifman* evolved into the word ‘woman.’ ‘Man’ eventually ceased to be used to refer to individual women and replaced *wer* and *wæpman* as a specific term distinguishing an adult male from an adult female. But *man* continued to be used in generalizations about both sexes.” – no original em inglês, tradução minha.

masculino. Ao contrário, nas línguas em que uma palavra denota, além das mulheres, também um outro conceito, este é o de ‘esposa’, como em português na palavra *mulher*. Esse fenômeno não se restringe ao português. Ao contrário, é bastante comum:

Muitas das palavras para ‘mulher’ eram também palavras usuais para ‘esposa’, e algumas se tornaram restritas ao último uso, com a substituição no sentido de ‘mulher’, como no inglês moderno *wife*, polonês *żona*, russo *żena*. (BUCK, 1949, p. 82)<sup>17</sup>

Como vimos ao recuperar a história da palavra *homem*, a maioria das palavras para designar o ser do gênero masculino deriva da palavra que designa o ser humano como espécie. E as palavras que designam a espécie humana, por sua vez, derivam-se geralmente da noção de ‘terreno’ ou ‘mortal’ (em oposição aos deuses), ainda que, em algumas línguas, se observe o caminho inverso, em que a palavra que designa o ser humano (enquanto espécie) se origine da palavra que designa o homem (ser humano do sexo masculino).

A principal fonte de palavras para ‘homem’ [ser humano], na medida em que sua etimologia é clara, é a noção de ‘terreno’ ou ‘mortal’, assim, distinguindo-se homens de deuses. Mas algumas são derivadas de palavras para ‘homem’ [sexo masculino], e a fonte primeira de um importante grupo (como o inglês *man*, etc.) é incerta. (BUCK, 1949, p. 80)<sup>18</sup>

Logo, é interessante notar que, tanto no caso do português, e de outras línguas românicas, quanto do inglês, o termo designativo da espécie como um todo abarcou o sentido de ‘ser humano do sexo masculino’, e não o de ‘ser humano do sexo feminino’, o que podemos considerar um indício do apagamento das mulheres no uso da língua. Em um mundo onde as mulheres tinham uma posição ainda mais marginal do que nos dias de hoje, é possível que, muitas vezes, quando

---

<sup>17</sup> “Many of the words for ‘woman’ were also the usual words for ‘wife’, and some became restricted to the latter use, with replacement in the sense of ‘woman’, as NE *wife*, Pol. *żona*, Russ. *żena*.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>18</sup> “The principal source of words for ‘man’ [human being], so far as their etymology is clear, is the notion of ‘earthly’ or ‘mortal’, thus distinguishing men from gods. But a few are derivatives of words for ‘man’ [male sex], and the ultimate source of one important group (NE *man*, etc.) is uncertain.” – no original em inglês, tradução minha.

se falava do ser humano, na prática se falasse de seres humanos do sexo masculino exclusivamente, sendo estes os únicos que tinham voz, direitos e ação na sociedade. E, dessa maneira, através de implicaturas conversacionais convencionalizadas, é possível que a palavra *homem* (ser humano) tenha passado a significar também ‘homem’ (ser humano do gênero masculino).

### 3.2.3 Sintagmas nominais plurais

Esse caso assemelha-se bastante com aquele abordado na seção 3.2.2 (nomes genéricos). Enquanto lá tínhamos nomes comuns que denotavam uma classe de indivíduos (potencialmente de ambos os gêneros), neste caso, o dos sintagmas nominais plurais, temos sintagmas cujo núcleo é um nome plural que denota um conjunto de indivíduos composto por homens e mulheres.

Enquanto esse tipo de sintagma pode denotar um conjunto heterogêneo (nem totalmente masculino, nem totalmente feminino), o predicado que concordará em gênero com esse sintagma deverá flexionar-se *ou* no masculino, *ou* no feminino; sendo flexionado, geralmente, no masculino:

(18) E os brasileiros do Sudeste entram pelo cano (Folha de S. Paulo)<sup>19</sup>

Já sintagmas nominais plurais flexionados no feminino referem-se frequentemente a conjuntos homogêneos constituídos apenas de mulheres:

(19) Maternidade após os 40 anos é cada vez mais comum entre as brasileiras<sup>20</sup>

### 3.2.4 Sintagmas nominais coordenados

A concordância de gênero com sintagmas nominais coordenados está na base da questão da “resolução de gênero” (*gender resolution*), termo cunhado por Givón e explorado por Corbett (1991, cap. 9). Vejamos os exemplos a seguir:

(20) João e Maria são casados.

<sup>19</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1567856-retrospectiva-2014-e-os-brasileiros-do-sudeste-entraram-pelo-cano.shtml>.

<sup>20</sup> [http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2015/01/31/noticia\\_saudeplena,152065/maternidade-apos-os-40-anos-e-cada-vez-mais-comum-entre-as-brasileiras.shtml](http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2015/01/31/noticia_saudeplena,152065/maternidade-apos-os-40-anos-e-cada-vez-mais-comum-entre-as-brasileiras.shtml).

(21) ?João e Maria são casadas.

Nos enunciados acima, deve-se escolher um ou outro gênero para sintagmas nominais compostos, ou seja, as únicas opções das quais dispomos são “João e Maria são casados” ou “João e Maria são casadas”. Porém, frequentemente se escolhe o gênero gramatical masculino para a resolução desses conflitos (a concordância no feminino soaria “estranha” nesse tipo de enunciado).

Givón observa o mesmo fenômeno, e sugere uma possível causa que será abordada mais adiante:

No caso de gênero/classe, regras de resolução de gênero específicas a cada língua são frequentemente exigidas quando dois sintagmas são de gêneros diferentes. Considere, primeiramente, uma língua de dois gêneros, como o hebraico. O conflito masculino/feminino na conjunção de sintagmas nominais é resolvido, *bastante previsivelmente, em favor do masculino socialmente dominante*. (GIVÓN, 2001, p. 20, vol. II, grifos meus)<sup>21</sup>

Os exemplos acima contêm enunciados com sintagmas nominais coordenados por conjunções aditivas, mas o mesmo se observa com conjunções adversativas:

(22) Quem é mais alta, Maria ou Joana?

(23) Quem é mais alto, João ou Mário?

(24) Quem é mais alto, Maria ou João?

(25) ?Quem é mais alta, Maria ou João?

Nesses casos, escolhe-se também o gênero gramatical masculino.

Há, no entanto, situações em que, em vez de serem aplicadas estratégias de resolução de gênero, há uma preferência de, ou uma obrigatoriedade para, não se juntarem dois nomes de gêneros diferentes num mesmo sintagma nominal (CORBETT, 1991, p. 271; GIVÓN, 2001, p. 21, vol. II) como por exemplo em francês – em casos bem

---

<sup>21</sup> “In the case of class/gender, language-specific rules of gender resolution are often required when the two conjuncts are of different genders. Consider first a two-gender language, such as Hebrew. The masculine/feminine conflict in NP conjunction is resolved, *rather predictably, in favor of the socially-dominant masculine*.” – no original em inglês, tradução minha.

específicos – em que para dizer irmãos (de ambos os gêneros) é comum a expressão *frères et sœurs*. Em francês, neste caso, não se pode usar um único nome para denotar irmão e irmã, simultaneamente, como se faz em português. Para dizer *pais* (pai e mãe), em francês e em inglês, usa-se uma palavra própria, *parents*, e para dizer “irmãos” (homens e mulheres), em inglês, há a palavra *siblings*.

A questão tratada aqui não é exclusiva à categoria de gênero gramatical. Isso também ocorre quando temos um mesmo complemento (ou adjunto) nominal para um sintagma verbal coordenado composto por dois verbos de regência diferente:

(26) Como na sala e durmo na sala  
pode ser condensado para

(27) Como e durmo na sala

Mas em

(28) Entro na sala e saio da sala

não se pode usar, simultaneamente, as duas preposições requeridas por cada verbo (“em” e “de”):

(29) ??Entro e saio na da sala.

Neste caso, deve-se escolher apenas *uma* preposição, e esta é escolhida não por critérios de regência verbal, mas de proximidade:

(30) Entro e saio da sala

(31) Saio e entro na sala

### 3.3 MASCULINO GENÉRICO EM OUTROS SISTEMAS SEMIÓTICOS

O gênero masculino é utilizado não apenas na linguagem verbal para representar o gênero humano como um todo, mas também em outros sistemas semióticos. Para ilustrar a questão, recorremos a dois exemplos não-verbais em que o masculino genérico é bastante evidente: os pictogramas utilizados em sinais de trânsito e em banheiros públicos. Nos banheiros públicos, são frequentemente utilizados dois pictogramas: um que denota o gênero masculino e outro que denota o gênero feminino, conforme vemos na Figura 9.

Figura 9. Pictogramas em placa de banheiro público



Neste caso, o contexto nos informa que o símbolo  denota o homem (ser humano do gênero masculino), e o símbolo  , a mulher. Já nos sinais de trânsito, como vemos na Figura 10, encontramos o mesmo símbolo  usado para o homem ou a mulher, ou seja, para o ser humano (independente do seu gênero).

Figura 10. Pictogramas em semáforos para pedestres



As relações entre esses signos pictóricos com o masculino genérico na língua são óbvias: utiliza-se, para denotar o gênero humano, o mesmo signo que se utiliza para denotar o gênero masculino, seja este signo verbal ou pictórico, enquanto para a mulher utiliza-se um signo exclusivo.

## 4 SEXISMO GRAMATICAL

Como vimos no capítulo anterior, a expressão do gênero gramatical em português é, na maioria das vezes, obrigatória, e existem apenas os gêneros gramaticais masculino e feminino, não havendo um gênero gramatical específico para o gênero humano. Uma das estratégias mencionadas para contornar esse problema é recorrer a um dos gêneros existentes, no caso do português, ao masculino ou ao feminino. Entre esses dois, escolhe-se em português, na *maioria* das vezes, o masculino. E aí entra a questão do sexismo gramatical: por que escolhemos o masculino, e não o feminino? Aliás, esta escolha não é exclusiva ao português, pois acontece na *maioria* das línguas do mundo, o que vem a ser mais um motivo para suspeitar que essa escolha não seja dada ao acaso.

Desde um ponto de vista linguístico, surgem duas questões. Primeiro, há a questão tipológica: em sistemas baseados ao menos em parte no sexo, sempre se usa o masculino quando ocorrem problemas de referência? (CORBETT, 1991, p. 220)<sup>1</sup>

Corbett cita algumas línguas nas quais se utiliza não o masculino para denotar o gênero humano, mas o feminino; e também, mesmo em línguas nas quais o masculino genérico é a “regra”, algumas situações nas quais se utiliza o “feminino genérico”. Esses exemplos serão analisados com mais detalhes na seção 4.2.1.1.

Porém, ainda que o gênero gramatical feminino seja usado em algumas línguas para denotar o gênero humano, na maioria das línguas do mundo o “padrão” é o masculino genérico: “Ainda que o uso do feminino seja possível, é, no entanto, o masculino que ocorre na maioria das línguas relatadas (CORBETT, 1991, p. 221)”<sup>2</sup>.

Aqui nos deparamos com o primeiro aspecto do que denominamos sexismo gramatical. Se não houvesse relação alguma entre a preponderância de um gênero gramatical sobre o outro na denotação do gênero humano e o predomínio do gênero masculino nas

---

<sup>1</sup> “From a linguistic point of view, two questions arise. First, there is the typological question: in systems based at least in part on sex, is it always the masculine which is used when reference problems occur? And second, does the use of the masculine work, that is, does the hearer understand that the referent may be a woman as well as a man?” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>2</sup> “While the use of feminine is possible, it is nevertheless the masculine which occurs in most of the languages reported on.” – no original em inglês, tradução minha.

relações humanas, seria esperado que tanto o masculino quanto o feminino fossem utilizados para denotar o gênero humano (digamos, em aproximadamente metade das línguas seria utilizado o masculino, e na outra metade o feminino). No entanto, na grande maioria das línguas é o masculino que desempenha essa função, o que é um fato intrigante do ponto de vista estatístico, mas perfeitamente esperado se relacionarmos a predominância do masculino na gramática com a predominância do masculino nas relações humanas. Portanto, cabe perguntar-nos: por que se utiliza o gênero masculino para denotar o gênero humano como um todo, na grande maioria das línguas? Esta pergunta tentaremos responder na seção 5.1.

Veremos, ao revisarmos as explicações tradicionais para o uso do masculino genérico, que esta questão não é nova. A literatura sobre o assunto, em livros, artigos científicos, manuais de redação e trabalhos de conclusão de curso é extensa. Essas referências são oriundas de estudos e discussões de uma época em que o tema do sexismo linguístico e do masculino genérico já era bastante polêmico e atraía atenção, principalmente a partir dos anos 1970. Mas esse assunto é objeto de discussão há muito mais tempo, pelo menos desde alguns séculos.

Nas próximas seções, faremos uma breve revisão de duas estratégias explicativas sobre o uso do masculino genérico: masculino enquanto gênero “nobre”, e masculino enquanto gênero “não marcado”.

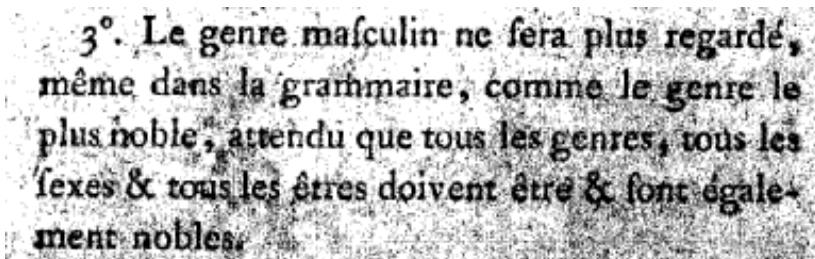
#### 4.1 MASCULINO, GÊNERO “NOBRE”

Nesta seção, veremos que a discussão sobre o masculino genérico tem sido objeto de debate há alguns séculos, quando a explicação fundada no conceito de gênero não marcado ainda não havia surgido. Na época, a defesa do masculino genérico era muito mais sincera: o gênero masculino seria simplesmente o gênero “mais nobre”.

O reconhecimento dessa justificativa para o uso do masculino genérico é particularmente visível num documento dirigido à Assembleia Nacional da França, no final do século XVIII. Logo após a noite do dia 4 de agosto de 1789 (DEVANCE, 1977, p. 354), ano da promulgação da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, foi publicada a *Petição das Mulheres à Assembleia Nacional* (1790), na qual se denunciava explicitamente o uso do masculino genérico no contexto do sexismo linguístico, e do sexismo em geral, conforme se lê no seu artigo terceiro:

O gênero masculino não será mais considerado, *mesmo na gramática*, como o gênero mais nobre, visto que todos os gêneros, todos os sexos e todos os seres devem ser e são igualmente nobres. (GUGES, 1790, grifos meus, v. figura abaixo)<sup>3</sup>

Figura 11. Artigo 3º do projeto de decreto incluso na Petição das Mulheres à Assembleia Nacional da França



O documento, além de denunciar a desigualdade política e social entre homens e mulheres, é também provavelmente uma resposta ao gramático francês Claude Favre de Vaugelas, membro fundador da Academia Francesa, que disse que “o gênero masculino, sendo o mais nobre, deve predominar todas as vezes que o masculino e o feminino se encontrarem juntos (VAUGELAS, 1647, p. 83)”. Ao tratar da questão da concordância do predicado com um sujeito composto, no caso em questão, a frase “Ce peuple a le cœur & la bouche ouverte à vos louanges”<sup>4</sup>, Vaugelas ponderou se era mais conveniente dizer “ouverte” (aberta) ou “ouverts” (abertos), justificando a sua decisão:

[...] Como diríamos então? Dever-se-ia dizer “abertos”, segundo a Gramática Latina, que usa desta maneira, por uma razão que parece ser comum a todas as línguas, *que o gênero masculino, sendo o mais nobre, deve predominar todas as vezes que o masculino e o feminino se encontrarem juntos [...]* (VAUGELAS, 1647, p. 83, v. figura abaixo)

<sup>3</sup> “Le genre masculin ne sera plus regardé, même dans la grammaire, comme le genre le plus noble, attendu que tous les genres, tous les sexes & tous les êtres doivent être & sont également nobles.” – no original em francês, tradução minha.

<sup>4</sup> “Ce peuple a le cœur et la bouche ouverte à vos louanges”, na ortografia “moderna” do francês. Em português: “Este povo tem o coração e a boca aberta a vossos elogios”.

Figura 12. Remarques sur la langue françoise, p. 83

**connoissent aisément cela. Comment dirons-nous donc? Il faudroit dire, *ouverts*, selon la Grammaire Latine, qui en vse ainsi, pour vne raison qui semble estre commune à toutes les langues, que le genre masculin estant le plus noble, doit predominer toutes les fois que le masculin & le feminin se trouuent ensemble;**

Enfim, a doutrina do gênero “nobre”, ao relacionar explicitamente o plano linguístico com os planos social e cultural, tem, apesar do seu machismo patente, pelo menos o mérito de relacionar língua e cultura, numa visão mais holística, embora bem menos científica, além de considerar o *uso* linguístico, ainda que seja apenas o uso de uma elite, mas ao menos essa escolha é assumida. Apesar das suas falhas, as explicações dos antigos gramáticos oferecem, ironicamente, alguns *insights* que a Linguística acabou por esconder sob o conceito de gênero “não marcado”.

#### 4.2 MASCULINO, GÊNERO “NÃO-MARCADO”

Enquanto em outros tempos o uso do masculino genérico era francamente justificado pelo fato de o masculino ser o gênero “nobre”, já nos tempos modernos o seu uso é justificado no discurso científico pelo conceito de gênero “não marcado”, desconsiderando totalmente a relação entre língua e cultura e considerando apenas os elementos linguísticos e as suas relações internas. Como bem observa Caldas-Coulthard (2007, p. 380):

Linguístas têm há muito tempo argumentado que a primazia do masculino, interessante como um fenômeno lingüístico, não é sócio ou psicolingüísticamente significativa. Dizem que em todas as áreas da linguagem encontramos o uso semelhante de uma categoria chamada ‘não marcada’ (no nosso caso, o masculino) que inclui o significado de duas categorias (masculino e

feminino). [...] Tem sido proposto que a escolha do genérico masculino ou do feminino é da mesma ordem, isto é, que o masculino (não marcado) inclui, e o feminino exclui. [...] O fato de o masculino ter sido escolhido como categoria não marcada pelos nossos predecessores – conforme muitos lingüistas, foi aparentemente puro acaso, e não tem significação social ou política.

Assim, a justificativa atual para o uso do masculino genérico em português é a de que o gênero gramatical masculino é o gênero “não marcado”, e que o mesmo seria adequado tanto à denotação de seres humanos do gênero masculino quanto à de seres humanos do gênero feminino. O gênero gramatical masculino, enquanto gênero “não marcado”, segundo alguns autores, não carregaria uma “marca” semântica de gênero, ao contrário do gênero gramatical feminino, que seria o gênero “marcado”, carregando uma marca semântica de ‘feminino’.

Apenas para contextualizar a discussão, o conceito de marca foi inicialmente proposto por Trubetzkói, nos anos 1930, como fator de distinção fonológica. Nos dois termos de oposição entre fonemas, um carregaria a marca, e o outro não, como em vozeado/não vozeado; nasalizado/não nasalizado; arredondado/não arredondado (HASPELMATH, 2006, p. 4). Jakobson comenta sobre a origem do conceito de marca:

Em fins de julho de 1930, quando preparava minha comunicação para a Conferência Fonológica Internacional, convocada pelo Círculo de Praga para dezembro, Trubetzkói escreveu-me que havia observado em nossa teoria dos fonemas correlativos “lacunas importantes”: “Trata-se, por assim dizer, do *conteúdo ideativo* da correlação.” Trubetzkói compreendeu que a oposição binária “toma, na consciência linguística, uma forma particular: opõe-se a presença de uma marca qualquer à sua ausência (ou o máximo de uma marca qualquer ao seu mínimo)”. Chegou à conclusão de que ‘se concede a um dos termos da correlação apenas o fato de ser modificado de maneira ativa, de possuir positivamente alguma marca; quanto ao outro, só se lhe concede o fato de não possuir essa marca, de ser imutável de

modo passivo (JAKOBSON; POMORSKA, 1993, p. 95).

O conceito de marca foi adaptado por Jakobson, ainda nos anos 1930, para relações semânticas, e já então aplicado a oposições lexicais como masculino/feminino (por exemplo *осел/ослица* [osël/oslíca] ‘asno/asna’) (HASPELMATH, 2006, p. 4). Nessas oposições, o termo marcado carregaria uma marca semântica de gênero (*asna*), enquanto o termo não marcado não carregaria marca. Assim, o termo marcado teria uma distribuição mais restrita que o termo não marcado. Desde então, outros linguistas incorporaram o conceito de marca às suas análises linguísticas:

Um exemplo de semântica lexical é fornecido por Lyons: O inglês *dog* apresenta uma distribuição mais ampla que *bitch*, pelo que pode ser combinado com os adjetivos *male* e *female* (*male dog*, *female dog*, vs. *\*male bitch*, *\*female bitch*). (HASPELMATH, 2006, p. 10)<sup>5</sup>

Em língua portuguesa, Mattoso Câmara (1972, p. 119) diz, acerca da categoria de gênero gramatical em português e dos conceitos de gênero “marcado e não marcado”, que

[o] feminino é, portanto, em português, como uma particularização mórfico-semântica do masculino, uma forma marcada pela adição da desinência /a/. Para usarmos a terminologia de Trubetzkoy, trata-se de uma oposição privativa, onde uma forma marcada pela desinência de feminino se afirma em face de uma forma não-marcada, ou de desinência  $\emptyset$  (zero) para o masculino.

Certamente, já se passaram algumas décadas desde que Mattoso Câmara escreveu sobre o tema. No entanto, ainda em autores mais recentes, como Sírio Possenti (2009, 2011, 2012) e José Borges (2013), para citar apenas alguns, encontra-se a mesma posição, segundo a qual o masculino seria o gênero “não marcado”, justificando-se, dessa maneira, o uso do masculino genérico:

---

<sup>5</sup> “An example from lexical semantics is provided by Lyons: English *dog* shows a wider distribution than *bitch* in that it can be combined with the adjectives *male* and *female* (*male dog*, *female dog*, vs. *\*male bitch*, *\*female bitch*).” – no original em inglês, tradução minha.

Os nomes com marca de gênero, em português, coincidem exatamente com os que estamos acostumados a considerar femininos. Os outros casos, todos, seriam considerados sem gênero (inclusive os nomes considerados masculinos). (POSSENTI, 2012)

Possenti fornece alguns exemplos para sustentar a sua posição de que o gênero gramatical masculino é o gênero não marcado:

Mas não parece bobagem falar de formas sem marca de gênero? Pensando bem, não: de fato, as palavras ditas masculinas não são marcadas. Por isso é que podemos dizer que “o circo tem dez leões”, mesmo que tenha cinco leões e cinco leoas, mas não podemos dizer, no mesmo caso, que ele tem dez leoas. Também é por isso que se pode dizer que “todos os homens nascem iguais em direitos”, e isso inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse “todas as mulheres nascem iguais em direitos”. (POSSENTI, 2012)

Sobre o clássico artigo primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1798, aludido por Possenti, é certo que “se a forma fosse ‘todas as mulheres nascem iguais em direitos’”, os homens não estariam incluídos. Todavia, a história não confirma que, na famosa frase “todos os homens nascem iguais em direitos”, as mulheres tenham sido aí contempladas. Na verdade, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao menos no papel, chegou com séculos de atraso, e ainda não chegou a todas as partes do mundo. Na Suíça, por exemplo, país famoso por seu sistema político “democrático”, o sufrágio universal em nível federal foi aceito em 1971, e apenas nos anos 1990 as mulheres tiveram direito ao voto em todos os cantões do país (POLEDNA, 2010). Na prática, então, mesmo quando a lei garante a igualdade entre os gêneros, a situação ainda é flagrantemente desigual.

Para justificar a sua interpretação do gênero gramatical masculino como gênero “não marcado”, Possenti e Borges apoiam-se no trabalho de John Martin, linguista canadense que publicou, em 1975, um artigo sobre a categoria de gênero gramatical do português brasileiro:

A ideia de Martin é simples e engenhosa. Como bom cientista, ele considera os fatos, faceta fundamental do gramático. Seu método é o dos gerativistas de então: põe construções, verifica

sua gramaticalidade e, finalmente, busca um princípio explicativo. (POSSENTI, 2012)

Para tanto, vamos nos guiar, basicamente, pelo trabalho do linguista norte-americano John Martin, trabalho que consideramos definitivo sobre a questão do gênero gramatical no português. (BORGES, José, 2013)

Deixando de lado por um momento o ponto de que a verificação da gramaticalidade na teoria gerativa não se baseia em fatos, mas na intuição do linguista; de fato, como argumenta Possenti (2009), se num circo há leões e leoas, chamamo-los “leões”, no masculino plural. No entanto, como observa Gouveia (1998, p. 25), no caso de alguns outros animais podemos usar nomes femininos de forma genérica, como os exemplos que dá a autora: “As ovelhas estão a pastar”, ou “Neste momento não é aconselhável comer carne de vaca”.

Um outro exemplo que Possenti (2012) e Borges (2013) buscam em Martin (1975) é a concordância de predicados com sujeitos não-nominais, nos quais o predicado se flexiona no masculino (ou no “gênero não marcado, segundo esses autores). O exemplo em questão, no texto de Martin, é “uma cerveja seria ótimo”, citado tanto por Possenti quanto por Borges. Se no caso do exemplo anterior citado por Possenti, “o circo tem dez leões”, podemos contra-argumentar com o exemplo produzido por Gouveia, “as ovelhas estão a pastar”, ou seja, o masculino nem sempre seria o “não marcado”, no caso de “uma cerveja seria ótimo” a defesa do masculino como gênero não marcado parece ganhar um pouco mais de força. Veremos, no entanto, que este argumento não se sustenta, conforme demonstraremos na seção 4.2.1.3.

Não apenas em português, mas também em outras línguas o masculino genérico também é explicado pelo mesmo conceito de gênero não marcado. Em francês, por exemplo, a feminização dos nomes de profissão e correlatos encontra grande resistência da Academia Francesa (ACADÉMIE FRANÇAISE, 2002; DUMÉZIL; LÉVI-STRAUSS, 1984), e até mesmo entre alguns falantes da língua francesa ecoa a posição conservadora da Academia. Georges Dumézil e Claude Lévi-Strauss, que redigiram a declaração da Academia Francesa contra a feminização linguística dos nomes de profissão e correlatos, sustentam a sua posição com o argumento de que o gênero gramatical masculino é o gênero não marcado:

O gênero comumente chamado “*masculino*” é o *gênero não marcado*, que se pode chamar também

*extensivo*, no sentido de que ele é capaz de representar por si só os elementos relativos a um e ao outro gênero. Quando se diz “tous les hommes sont mortes”, “cette ville compte 20.000 habitants”, “tous les candidats ont été reçus à l’examen”, etc. o gênero não marcado designa homens e mulheres indistintamente. Seu emprego significa que, no caso em questão, a oposição dos sexos não é pertinente e que se pode, então, confundi-los. (DUMÉZIL; LÉVI-STRAUSS, 1984)<sup>6</sup>

Por outro lado, o gênero gramatical feminino, segundo os acadêmicos, seria o gênero “marcado”, “instituído”, nas suas palavras, “entre os sexos uma segregação”:

Ao contrário, o gênero comumente chamado “*feminino*” é o *gênero marcado*, ou *intensivo*. Ora, a marca é privativa. Ela afeta o termo marcado de uma limitação da qual o outro está isento. Diferentemente do gênero não marcado, o gênero marcado, aplicado aos seres animados, institui entre os sexos uma segregação. (DUMÉZIL; LÉVI-STRAUSS, 1984)<sup>7</sup>

Enfim, o conceito de marca não está presente apenas na questão do masculino genérico, mas é um recurso frequentemente utilizado para “explicar” o uso de uma categoria por outra. Curiosamente, percebe-se uma forte correlação entre as características do elemento “não marcado” e as características do próprio sujeito que reconhece um elemento como sendo “não marcado”, o que já foi comentado (e criticado) por Jakobson (JAKOBSON; POMORSKA, 1993, p. 97):

---

<sup>6</sup> “Le genre dit couramment « masculin » est le genre *non marqué*, qu’on peut appeler aussi *extensif* en ce sens qu’il a capacité à représenter à lui seul les éléments relevant de l’un et l’autre genre. Quand on dit « tous les hommes sont mortels », « cette ville compte 20 000 habitants », « tous les candidats ont été reçus à l’examen », etc., le genre non marqué désigne indifféremment des hommes ou des femmes. Son emploi signifie que, dans le cas considéré, l’opposition des sexes n’est pas pertinente et qu’on peut donc les confondre.” – no original em francês, tradução minha.

<sup>7</sup> “En revanche, le genre dit couramment « féminin » est le *genre marqué*, ou *intensif*. Or, la marque est privative. Elle affecte le terme marqué d’une limitation dont l’autre seul est exempt. À la différence du genre non marqué, le genre marqué, appliqué aux être animés, institue entre les sexes une ségrégation.” – no original em francês, tradução minha.

Os céticos pretendem que o pesquisador opere de maneira subjetiva quando distribui as categorias do marcado e do não-marcado em oposições binárias; essa distribuição é, todavia, manifesta no próprio sistema da língua, sendo por isso perfeitamente objetivo abstrai-la na base de uma análise linguística. (JAKOBSON; POMORSKA, 1993, p. 97)

Haspelmath (2006, p. 7), por outro lado, observa que

[...] a ideia é que as categorias não marcadas, em todos os casos, refletem as características prototípicas do falante, que é animado, primeira pessoa, singular, etc. [e aí poderíamos acrescentar: *masculino*], e que percebe alguns fenômenos mais facilmente do que outros.<sup>8</sup>

Na próxima seção, faremos um breve apanhado dos problemas inerentes à descrição do masculino genérico como um caso de gênero “não marcado”.

#### 4.2.1 Problemas da aplicação do conceito de “marca” para descrever o masculino genérico

Nesta seção, veremos mais de perto os problemas com a descrição do masculino genérico pelo conceito de gênero não marcado, que já foram anunciados na seção 1.1.

##### 4.2.1.1 *Feminino genérico*

Vimos, no início deste capítulo, que o gênero gramatical feminino é utilizado em algumas línguas para denotar o gênero humano. Corbett (1991, p. 220) cita alguns exemplos: o maasai, da família nilótica; o goajiro, da família aruaque, falado na península de Goajiro (Colômbia/Venezuela); o seneca (e outras línguas iroquesas); e o dama da família coisa, falado no norte da Namíbia. Aikhenvald (1999, p. 84) também comenta sobre o feminino genérico em algumas línguas aruaque:

---

<sup>8</sup> “[...] the idea is that the unmarked categories in all cases reflect the prototypical characteristics of the speaker, who is animate, first person, singular, etc., and perceives some phenomena more easily than others.” – no original em inglês, tradução minha.

O feminino é o gênero funcionalmente não marcado nas línguas guajiro, añun, lokono e garífuna, do grupo aruaque caribe [...].<sup>9</sup>

Essas línguas, no entanto, são exceções numa grande maioria nas quais se utiliza o masculino para a função de denotar o gênero humano. E mesmo naquelas em que o masculino genérico é a “regra”, como no português, em alguns casos é possível observar o que poderia ser chamado de “feminino genérico”, quando o gênero gramatical feminino desempenha a função de denotar o gênero humano, embora em contextos bastante específicos.

Os casos mais comuns são os de nomes de profissões estereotipicamente femininas, como *enfermeira*, *secretária* (de médico), *empregada* (doméstica). Nesses casos, geralmente, são utilizados nomes femininos para os seres humanos que exercem tais profissões, independentemente do seu gênero. Corbett (1991, p. 221) também observa o mesmo fenômeno em inglês:

Deve-se notar que o uso real em inglês é mais variado do que se sugere pela simples declaração de que [o pronome masculino] *he* é utilizado genericamente; em situações onde as mulheres são particularmente visíveis, [o pronome feminino] *she* pode funcionar genericamente.<sup>10</sup>

Portanto, nem sempre é o gênero gramatical masculino que é empregado para a denotação do gênero humano (homens e/ou mulheres). Dependendo do contexto, é empregado o gênero gramatical feminino para essa função, o que sugere que o status de categoria não marcada não seria inerente à categoria de gênero gramatical masculino, mas seria meramente um efeito do uso de uma categoria gramatical em contexto real de enunciação, em interação com outras categorias. Por exemplo:

---

<sup>9</sup> “Feminine is the functionally unmarked gender in the Caribbean Arawak languages Guaj, Añ, LAr and IC/Ga [...]” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>10</sup> “It should be noted that actual usage in English is more varied than is suggested by the simple claim that *he* is used as the generic; in situations where women are particularly visible she can function generically.” – no original em inglês, tradução minha.

- (1) Médicos, enfermeiras e funcionários de saúde necessários para combater urgentemente o vírus da ébola, afirma a Agência de Saúde da ONU. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas)<sup>11</sup>
- (2) [...] A maioria das profissionais com esse nível de qualificação já está empregada, o que faz com que os recrutadores abordem as assistentes, como acontece na busca por executivos. (Valor Econômico)<sup>12</sup>

Obviamente, no cenário descrito em (1) também aceitarão médicas e enfermeiros para conter tal epidemia. Isto é, dependendo do tipo de categoria envolvida (neste caso, a profissão), o gênero “não marcado” poderia ser o gênero gramatical feminino (no caso, *enfermeiras*). E, sobre a situação descrita em (2), segue-se uma observação bastante interessante logo após o trecho citado:

Tanto a consultora quanto outros especialistas dizem que os processos de recrutamento acontecem quase totalmente com profissionais do sexo feminino. Segundo o Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo, apenas 10% dos profissionais da área são homens. Nas regiões Sul e Sudeste, a proporção não passa de 4%.

Aliás, inclusive na denominação da agremiação profissional (*Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo*), identifica-se o uso do “feminino genérico”.

Os exemplos acima, então, sugerem que o efeito de gênero “não marcado” possa estar relacionado a fatores extralinguísticos, como os estereótipos de gênero associados às diferentes categorias profissionais (o que, por sua vez, está relacionado com a proporção de homens e mulheres nas respectivas profissões). Ademais, e provavelmente não por acaso, as profissões nas quais o feminino é usado “genericamente” são, muitas vezes, subordinadas a outras profissões nas quais o masculino é o genérico (*enfermeira* < *médico*; *secretária* < *executivo*);

---

<sup>11</sup> <http://www.unric.org/pt/actualidade/31555-medicos-enfermeiras-e-funcionarios-de-saude-necessarios-para-combater-urgentemente-o-virus-da-ebola-afirma-a-agencia-de-saude-da-onu>

<sup>12</sup> <http://www.valor.com.br/carreira/2694372/elas-mandam-bem#ixzz3EeGIE9mf>

#### 4.2.1.2 Masculino específico

O uso do masculino funciona? Isto é, o interlocutor entende que o referente pode ser tanto uma mulher quanto um homem? (CORBETT, 1991, p. 220)

Nesta seção, analisaremos alguns dados que indicam que o masculino genérico não é, de fato, tão “genérico”. Isto é, quando se utiliza o masculino genérico para denotar o gênero humano, na verdade, estaríamos sempre denotando o humano com um viés masculino, e em alguns casos, denotando apenas o ser humano do gênero masculino.

Esse é outro aspecto que reforça a tese de que o masculino genérico é uma prática linguística sexista: quando usamos o masculino genérico não estaríamos, de fato, fazendo referência aos seres humanos, independentemente do seu gênero, mas, na verdade, estaríamos falando do ser humano sempre com um viés para o ser humano do gênero masculino.

Segundo Corbett (1991, p. 221), sobre o uso do masculino genérico em inglês, estudos experimentais sugerem que o uso “genérico” do pronome masculino *he* na verdade não funciona genericamente, mas frequentemente leva o ouvinte a construir uma interpretação masculina do referente.

A questão, então, é se o uso realmente funciona: se os ouvintes entendem o pronome [*he*] genericamente. As evidências experimentais sugerem que não. Por exemplo, MacKay e Fulkerson (1979) mostraram que o uso do *he* genérico frequentemente induz a uma interpretação masculina de antecedentes como *student*, *dancer* e *musician*.<sup>13</sup>

Além do artigo de MacKay e Fulkerson (1979), citado por Corbett, desde o final da década de 1970 foram realizados vários estudos experimentais (BACKER; CUYPERE, 2012; BRIERE; LANKTREE, 1983; CHESTNUT, 2010; COLE; HILL; DAYLEY, 1983; GABRIEL; GYGAX, 2008; GABRIEL et al., 2008; GASTIL, 1990; GYGAX et al.,

---

<sup>13</sup> “The question, then, is whether the convention actually works: whether hearers consistently understand the pronoun generically. The experimental evidence suggests that they do not. For example MacKay & Fulkerson (1979) showed that the use of generic *he* frequently leads to a male-referent interpretation of antecedents such as *student*, *dancer*, and *musician*.” – no original em inglês, tradução minha.

2009; HAMILTON, 1988; MADSON; HESSLING, 2001; MERRITT; KOK, 1995; MEYERS, 1990; NG, 1990; STAHLBERG; SCZESNY; BRAUN, 2001; WILSON; NG, 1988; WILSON, 1979) sobre o masculino genérico, principalmente em inglês, e também em algumas outras línguas, tais como o holandês, o alemão, o norueguês e o francês, que sugerem que o masculino genérico na verdade não funciona de maneira genérica, levando o ouvinte a construir uma imagem masculina do referente<sup>14</sup>.

Considerando, a partir desses estudos experimentais, que o masculino genérico induz a uma interpretação masculina do referente, perguntamo-nos, então, por que o masculino genérico não funciona, de fato, genericamente? “Dadas as evidências que indicam que o *he* genérico é frequentemente interpretado como não incluindo as mulheres, vale a pena perguntar por que ele não funciona” (CORBETT, 1991, p. 221)<sup>15</sup>.

Deve-se considerar que a análise de Corbett está focada na língua inglesa. No entanto, considerando-se também os estudos experimentais que indicam os mesmos resultados em outras línguas, é possível que o uso do masculino genérico em português possa operar de forma análoga ao que se observa em inglês e nas demais línguas sobre as quais foram realizados estudos experimentais.

Outro motivo que apresentamos para indicar que o masculino genérico tende para uma interpretação masculina do referente é a discussão, também em língua portuguesa (CALDAS-COULTHARD, 2007; GOUVEIA, 1998), sobre esse uso, e também as propostas de novas estratégias discursivas para evitar o uso do masculino genérico. Por exemplo, manuais de redação não-sexista em português e em galego (FRANCO; CERVERA, 2006; LÓPEZ, 2012)

Outras autoras também põem em xeque a eficácia do masculino genérico na denotação do gênero humano, apontando casos em que o masculino genérico se revela inadequado, gerando enunciados incoerentes. “Pensemos sobre a incongruência semântica de frases como ‘O homem amamenta as suas crianças’ (VIOLI, 1987, p. 31)”<sup>16</sup>, ou “O

<sup>14</sup> Estudos experimentais sobre o masculino genérico em português ainda estão para serem feitos.

<sup>15</sup> “Given that the evidence indicates that generic *he* is often interpreted as not including females, it is worth asking why it fails to work.” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>16</sup> “Pensons à l’incongruence sémantique de phrases comme «L’homme allaite ses petits»” – no original em francês, tradução minha.

filho que nasceu foi uma filha”, “O homem, em relação a outros animais, tem um útero simples” (GOUVEIA, 1998, p. 21)<sup>17</sup>. E, a título de ilustração, vejamos outros exemplos, do francês e do inglês, respectivamente, em que o uso do masculino “genérico” causa uma sensação de estranheza ainda maior do que aquela que encontraríamos em português:

Une voiture fonce à tombeau ouvert. L'accident est inévitable. Le père meurt. Le fils est gravement blessé. Il est transporté à l'hôpital. Le chirurgien de garde déclare : « Je ne puis l'opérer : c'est mon fils ! » (LANDROIT, 1999)<sup>18</sup>

A man and his young son were apprehended in a robbery. The father was shot during the struggle and the son, in handcuffs, was rushed to the police station. As the police pulled the struggling boy into the station, the mayor, who had been called to the scene, looked up and said, ‘My God, it’s my son!’. What relation was the mayor to the boy? (SMITH, 1991, p. 45)<sup>19</sup>

Assim, conforme vimos nos exemplos acima, há casos em que o masculino não pode ser empregado “genericamente”<sup>20</sup>. Por outro lado, há casos em que se emprega não o masculino, mas o “feminino genérico” (v. GOUVEIA, 1998, p. 21), como ocorre com alguns nomes de profissão e ocupação, além dos exemplos já citados referentes aos animais domesticados.

E em certos contextos, o gênero gramatical masculino simplesmente não permite uma interpretação genérica, induzindo a uma leitura de “masculino específico” e resultando em enunciados incoerentes. Por exemplo<sup>21</sup>:

<sup>17</sup> Ver outros exemplos no Anexo A.

<sup>18</sup> Em português, tradução minha: “Um carro passa a toda velocidade. O acidente é inevitável. O pai morre. O filho é gravemente ferido. Ele é transportado para o hospital. O cirurgião de plantão declara: ‘Eu não posso operá-lo: é o meu filho!’”.

<sup>19</sup> Em português, tradução minha: “Um homem e seu filho foram presos durante um assalto. O pai foi baleado, e o filho, algemado, foi levado para a delegacia. Enquanto a polícia arrastava o garoto para dentro da delegacia, o prefeito, que fora chamado ao local, olhou e disse: ‘Meu Deus, é o meu filho!’. Qual era a relação entre o prefeito e o garoto?”

<sup>20</sup> Para outros exemplos, ver Anexo A.

<sup>21</sup> Retirados de: <http://consciencia.blog.br/2011/03/uso-generico-da-palavra-homem-por-e-uma-polemica.html>

- (3) Alguns homens podem sofrer complicações no parto.
- (4) Todos os homens no Brasil tiveram enfim direito ao voto no governo Vargas, com a instituição do voto feminino.

Se o masculino fosse de fato o gênero não marcado, os enunciados acima deveriam ser compreendidos como referindo-se igualmente a homens e mulheres. A incoerência observada nesses enunciados sugere também que, mesmo nos casos onde aparentemente o masculino convida a uma interpretação genérica, esta pode, na verdade, tender a uma interpretação específica masculina.

Além dos estudos experimentais que sugerem que o masculino genérico não é, de fato, tão “genérico”, o gênero gramatical masculino pode ser interpretado, deliberadamente, conforme os interesses do sujeito que manipula o discurso, como “masculino genérico” ou “masculino específico”. Veja, por exemplo, o artigo 1º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, já citado em (6), no capítulo 1: “Todos os homens nascem iguais em direitos e deveres”, e comparemo-lo com a disparidade, ainda presente, entre homens e mulheres no que toca aos seus direitos e deveres, para não falar da flagrante desigualdade jurídica e social na época da publicação daquele documento. Não por acaso, logo após a publicação da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, Olympe de Gouges publica, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, na qual se lê no seu artigo 1º que

[a] mulher nasce livre e permanece igual em direitos ao homem. As distinções sociais não podem ser baseadas senão sobre a utilidade comum. (GOUGES, 1791, p. 7, art. 1º)<sup>22</sup>

Outro exemplo interessante é o caso de Carolina Beatriz Ângelo (ESTEVES, 2004), uma das primeiras mulheres a votar na Europa. Invocando a lei eleitoral portuguesa de 1911, segundo a qual podiam votar os “cidadãos portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família”, ela tentou participar das eleições para a Assembleia Constituinte, mas seu pedido foi negado pelo então ministro do Interior António José de Almeida. Carolina interpôs recurso, que o juiz João Baptista de Castro deferiu com a seguinte fundamentação:

---

<sup>22</sup> “La Femme naît libre et demeure égale à l’homme en droits. Les distinctions sociales ne peuvent être fondées que sur l’utilité commune.” – no original em francês, tradução minha.

Excluir a mulher [...] só por ser mulher [...] é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano. [...] *Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir* [...] e mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral (grifos meus).

Com base nessas duas sentenças divergentes, pode-se inferir que o primeiro pedido foi negado com base numa interpretação do masculino (*cidadãos portugueses*) como masculino específico. Seguindo o raciocínio, pode-se supor que o recurso foi deferido com base numa interpretação do masculino como masculino genérico, ainda mais se levarmos em conta o comentário no qual o juiz recorre à máxima “onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir”. Se, nesse caso, segundo o juiz que deferiu o pedido, a lei não distingue (entre masculino e feminino), supõe-se que o masculino está aí entendido como genérico. Curiosamente, e, ao que tudo indica, para evitar esta ambiguidade que foi reconhecida pelos legisladores, dois anos depois a lei eleitoral portuguesa foi alterada, e o novo texto dizia que “[s]ão eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses *do sexo masculino*, maiores de 21 anos [...] (grifos meus)”.

Claire Michard e Catherine Viollet (1991, p. 60) citam pesquisas sobre o uso das palavras *man* e *woman* nas leis britânica e canadense que indicam que a interpretação genérica ou específica de *man* (homem) depende de haver previsto ou um privilégio ou uma punição a receber:

Charlotte Stopes analisa o uso de “homem” e “mulher” na lei britânica e nos textos que regulam a participação de mulheres em corporações. Ela concluiu que os legisladores do século XIX decidiram que “homem” sempre incluía “mulher” quando havia uma punição a aplicar, e nunca quando havia privilégios a receber. Um trabalho análogo foi feito sobre a lei canadense por Marguerite Ritchie em 1975.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> “Charlotte Stopes analyzes the usage of “man” and “woman” in British law and the texts regulating the participation of women in corporations. She concluded that the legislators of the nineteenth century had decided that “man” always included “woman” when there was a punishment to give and never when there were privileges to receive. A comparable work was done on Canadian law by Marguerite Ritchie in 1975” – no original em inglês, tradução minha.

#### 4.2.1.3 Gêneros não marcados

Nesta seção, faremos uma breve discussão sobre um outro aspecto problemático do conceito de gênero não marcado, que podemos resumir da seguinte maneira: pelos mesmos critérios através dos quais se pode identificar o masculino como o gênero não marcado em português, em outras línguas poder-se-ia identificar *mais* de um gênero não marcado, o que põe em xeque a validade do conceito de gênero não marcado para explicar o uso do masculino genérico.

Retomando a discussão iniciada na seção 4.2, o principal argumento linguístico para justificar o uso do masculino genérico hoje em dia é o de que o gênero gramatical masculino é o “gênero não marcado”. Mesmo em publicações recentes sobre o tema (BORGES, José, 2013; POSSENTI, 2012), a linha argumentativa permanece a mesma desde os anos 1970: tanto Borges quanto Possenti referem-se a John Martin (1975) ao tratarem do conceito de gênero gramatical, e por isso daremos mais atenção ao trabalho deste último. Martin, ao definir a categoria de gênero gramatical, parte da constatação da concordância sintática de artigos e adjetivos com substantivos:

Se não fosse o fenômeno da concordância, não haveria por que falar em gênero para descrever adequadamente a língua. *Mesa*, por exemplo, “é feminino” justamente porque exige que certos outros elementos, quais sejam artigos e adjetivos, apareçam em formas também ditas “femininas”. Mas, se todo substantivo aceitasse somente os artigos *um, uns; o, os*; e os adjetivos *bom, bons; largo, largos*, etc., não haveria concordância genérica e, portanto, não haveria gênero. E o mesmo aconteceria se todo substantivo aceitasse *uma, umas; a, as; boa, boas; larga, largas*, etc.: tais substantivos, na falta de outros que exigissem *um, uns*, etc., não seriam “femininos”, mas simplesmente “singulares” ou “plurais”. (MARTIN, 1975)

Até este ponto, a análise de Martin coincide com a que adotamos neste trabalho (v. §2.1). Martin continua o seu raciocínio observando o fenômeno de concordância sintática de artigos e adjetivos com nomes masculinos e femininos tal como ela ocorre em português:

Em português, porém, como todo mundo sabe, há dois grandes grupos de substantivos, um deles

exemplificável por *fogão*, *espírito*, *menino*, e o outro por *mesa*, *verdade*, *menina*. É destes dois grupos que tomam seu gênero os artigos e os adjetivos. Segue-se, neste modo de ver as coisas, que *cheio* é um adjetivo masculino: “O pé está cheio de limão”. Isto é, *cheio* concorda, aqui, com *pé*, que também “é masculino”. Exemplifica-se [...], então, a regra que diz, em sua essência, que o adjetivo predicativo concorda em gênero (e em número) com o substantivo do predicado.

Em seguida, o autor apresenta uma série de sentenças em que o predicado se flexiona no masculino, ainda que não haja em função de sujeito um nome masculino com o qual possa concordar o predicativo:

- (5) Uma cerveja seria ótimo.
- (6) Está cheio de limão no pé.
- (7) Está cheio de crianças na praia.

A partir desses exemplos, reconhecendo que o sujeito do predicado nessas sentenças não é um substantivo<sup>24</sup>, e que, no entanto, o predicado flexiona-se no masculino, e observando que a concordância no feminino ocorre apenas com nomes femininos, Martin põe em questão a validade do conceito de gênero gramatical.

Com efeito, o sujeito do predicado nestes três exemplos [(5)-(7) ...] não é um substantivo. E recordando que é dos substantivos que supúnhamos derivarem-se as formas dos adjetivos, encontramos aqui diante do mesmo fato contraditório [...]: nossos adjetivos parecem estar no “masculino” mesmo quando não há substantivo masculino a que possamos relacioná-los. Resta, é claro, a possibilidade de que devamos simplesmente reformular nossa noção de “masculinidade” gramatical [...]. (MARTIN, 1975)

Enfim, observando que o predicado se flexiona no feminino apenas com nomes femininos, e no masculino em “todos os outros

---

<sup>24</sup> “Uma cerveja seria ótimo” seria uma forma elíptica de uma oração cujo sujeito é um verbo no infinitivo: “Tomarmos uma cerveja...”.

casos”<sup>25</sup>, Martin propõe que há, em vez de dois conjuntos de nomes (masculinos e femininos), apenas uma oposição entre nomes “com marca de gênero” (que seriam os femininos) e nomes sem marca de gênero (os masculinos):

No lugar de “gênero”, então, fica o conceito de adjetivos marcados ou não marcados. Os marcados correspondem aos “femininos” da gramática escolar, e aparecem somente quando o adjetivo está relacionado a um substantivo marcante. Os não marcados aparecem EM TODAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS [sic], haja ou não um substantivo a eles relacionado. (MARTIN, 1975)

É esta generalização, a que Martin se refere como “todas as outras circunstâncias”, que consideramos ser equivocada. É com base neste argumento – de que há nomes marcados e nomes não marcados, construído a partir da comparação da concordância (predicativa ou atributiva) com nomes femininos, de um lado, e de outro lado com nomes masculinos e da concordância predicativa com sujeitos não-nominais, referida por Martin como “todas as outras circunstâncias” – que outros autores, como Borges e Possenti, justificam o uso do masculino genérico.

Veremos, no entanto, que esses dois fenômenos, isto é, o masculino genérico (no sentido mais estrito: o uso do masculino para denotar homens e/ou mulheres) e a concordância predicativa no masculino com sujeitos não-nominais, não estão necessariamente relacionados, e que, portanto, não se pode estabelecer uma relação causal entre um e outro, nem mesmo uma correlação funcional, ainda que em português esta dupla função do masculino possa sugerir-la.

Neste ponto, a comparação com outras línguas pode ser bastante esclarecedora. Como comentamos no início desta seção, pelos mesmos critérios através dos quais se pode identificar o masculino como o gênero não marcado em português, em outras línguas poderíamos identificar *mais* de um gênero não marcado.

Relembrando, há dois principais argumentos pelos quais se sustenta que o masculino é o gênero não marcado em português: 1) o próprio uso do masculino genérico (ainda que isto conduza a uma

---

<sup>25</sup> “[...] alguns adjetivos têm duas formas: uma que aparece somente quando o adjetivo está relacionado a um substantivo feminino, e outra que aparece em todas as outras circunstâncias, haja ou não um substantivo a ela relacionado. (MARTIN, 1975)”

tautologia, como veremos na próxima seção); e 2) a concordância no gênero gramatical masculino em predicados de sujeitos não-nominais.

Em outras línguas, no entanto, se aplicarmos esses mesmos critérios, encontraríamos mais de um gênero não marcado. Ademais, como observa Corbett (1991, p. 290),

[é] significativo que tais afirmações sobre o conceito de marca frequentemente tratam de línguas com dois gêneros, como o francês; havendo apenas dois gêneros, não é surpreendente que várias propriedades sejam encontradas num mesmo gênero. Uma vez que passamos a sistemas com três ou mais gêneros, esse agrupamento de propriedades [num mesmo gênero] não se mantém.<sup>26</sup>

Assim, em línguas com mais de dois gêneros, por exemplo, línguas que distinguem masculino, feminino e neutro, encontraremos algumas nas quais ora o masculino seria o gênero não marcado, ora seria o neutro o gênero não marcado.

Sobre o masculino genérico na denotação do gênero humano, já vimos no início deste capítulo que este uso ocorre na maioria das línguas do mundo, mesmo nas que possuem, ao lado do feminino e do masculino, um gênero neutro, como o latim, o grego e o russo.

Em latim, quando o sujeito é composto por dois sintagmas nominais de gêneros diferentes, o gênero do predicado depende de aqueles sintagmas denotarem seres humanos ou seres não humanos. No caso de seres humanos, o predicado flexiona-se no masculino, e, no caso de seres não humanos, no neutro (CORBETT, 1991, p. 287; VALENTE, 1945). Corbett cita o seguinte exemplo (já referido na seção 2.3):

(8) *quam pridem pater mihi et mater mortui essent*

‘Há quanto tempo meu pai e minha mãe estão mortos’

Valente (1945, p. 260-1) comenta sobre o mesmo uso do masculino genérico em latim:

Quando houver sujeitos de gênero diferente, irá o predicado para o *masculino*, se os sujeitos forem

---

<sup>26</sup> “It is significant that such claims about markedness often relate to two-gender languages like French; given only two genders it is not surprising that various properties are found with a single gender. Once we move to systems with three and more genders the clustering of properties no longer obtains.” – no original em inglês, tradução minha.

*personas*; para o gênero e número do sujeito mais próximo ou para o neutro plural, se forem *coisas*; para o gênero da pessoa, se forem *personas e coisas*, devendo-se preferir o masculino ao feminino.

O autor cita os seguintes exemplos:

(9) *Frater et soror mortui sunt.*

‘O irmão e a irmã morreram’

(10) *Catilinae ab adolescentia bella intestina, caedes, rapinae, discordia civilis grata fuere.*

‘Desde a adolescência foram do agrado de Catilina as guerras internas, as mortandades, os saques, a discórdia civil.’

Em (9), *mortui*, está no masculino plural, concordando com *frater et soror* ‘o irmão e a irmã’. E em (10), *grata* está no neutro plural, concordando com um sujeito composto por um nome neutro e outros nomes femininos.

E em russo e grego, línguas que, assim como latim, têm os gêneros masculino, feminino e neutro, já vimos na seção 3.2.1 que os pronomes pessoais indefinidos e interrogativos exigem a concordância do predicado no gênero gramatical masculino:

(11) Кто это сделал? [Kto éto sdelal?]

Quem isso fez.masc ‘Quem fez isso?’

(12) Ποιος είναι; [Poios éinai?]

Quem.MASC é ‘Quem é?’

Entretanto, ao analisarmos o outro argumento empregado para considerar o masculino o gênero não marcado, a concordância com sujeitos não-nominais, como faz Martin (1975), veremos que nessas línguas com mais de dois gêneros, tipicamente as que distinguem masculino, feminino e neutro, o gênero não marcado seria o neutro, e não o masculino.

Em russo, por exemplo, se por um lado os pronomes indefinidos e interrogativos, quando denotam seres humanos, exigem a concordância do predicado no masculino (v. §3.2.1), uma oração cujo sujeito é um verbo no infinitivo exigirá a concordância do predicado no gênero gramatical neutro (CORBETT, 1991, p. 204):

(13) Дозвониться было проблемой [Dozvonit’sja bylo problemoj]

to.ring.through was.NEUT.SG problem

‘Telefonar foi um problema’

Logo, pelos mesmos critérios pelos quais alguns autores (p. ex. POSSENTI, 2012) consideram o masculino o gênero não marcado em português, em russo haveria simultaneamente dois gêneros não marcados: masculino e neutro.

Outro exemplo apresentado por Martin (1975) para afirmar que o masculino é o gênero não marcado é a seguinte sentença (10.a, no original):

(14) Está frio nesta sala.

Se a compararmos com o russo, vemos que mais uma vez a concordância do predicado é no neutro singular (CORBETT, 1991, p. 204):

(15) Было холодно [Bylo kholodno]

was-NEUT.SG cold.NEUT.SG

‘Estava frio’

Outro exemplo trazido por Martin (1975) é a seguinte sentença ((3), no original):

(16) Uma cerveja seria ótimo.

Segundo Martin, a sentença acima poderia ser uma forma abreviada de:

(17) Tomarmos uma cerveja seria ótimo.

Portanto, uma oração cujo sujeito é um verbo no infinitivo.

Esse tipo de construção já foi atestado em algumas línguas de diferentes famílias linguísticas. De acordo com Corbett (1991, p. 216-7), elas podem ser caracterizadas como construções topicalizadas gramaticalizadas<sup>27</sup>. Uma característica delas, além da “intuição de que algo está faltando”<sup>28</sup>, é a concordância “anormal” do predicado, não apenas em gênero, mas também em número. Os exemplos a seguir, do sueco e do russo, foram retirados de Corbett (1991, p. 216-7).

Do sueco:

(18) pannekaker er godt

pancakes is good.NEUT.SG

<sup>27</sup> “grammaticalized left-dislocation construction”, no original em inglês.

<sup>28</sup> “an intuition that something is missing (CORBETT, 1991, p. 216)”, no original em inglês. A mesma intuição é captada por Martin (1975): “Isto é, [...] *uma cerveja* não é o sujeito de *seria ótimo*; é o objeto dum verbo que, ao ser omitido, fica ‘subentendido’ por força do contexto.”

‘Panquecas é bom’

(19) *grammatikk er morosamt*

grammar is fun.NEUT.SG

‘Gramática é divertido’

Em (18), *pannekaker* ‘panquecas’ está no plural, mas o adjetivo *godt* ‘bom’, no predicado, está no neutro singular. Em (19), *grammatikk* é uma palavra do gênero comum, mas o adjetivo *morosamt* está no neutro.

E do russo:

(20) лес приятн-о

[les prijatno]

forest.MASC.SG pleasant-NEUT-SG

‘Floresta é agradável’

(21) математика тяжел-о

[matematika tjaželo]

mathematics.FEM.SG difficult-NEUT-SG

‘Matemática é difícil’

Em (20), o nome *лес* ‘floresta’ é masculino, mas o predicado *приятно* ‘agradável’ está no neutro. O mesmo ocorre em (21), *математика* ‘matemática’ é um nome feminino, mas o adjetivo *тяжело* ‘difícil’ está no neutro.

Não é difícil encontrar exemplos similares em português, nos quais temos nomes femininos (*praia*, *matemática*), inclusive no plural (*férias*) com predicados no masculino singular<sup>29</sup>:

(22) Praia é tão bom né gente

(23) Matemática é chato né fis [sic]

(24) Férias é tão gostoso!

Nos enunciados de (22) a (24), é razoável supor que *bom*, *chato* e *gostoso* não sejam “qualidades” de *praia*, *matemática* e *férias*, respectivamente, mas de *estar na praia*/*ir à praia*, *estudar matemática* e *estar de férias*.

O que podemos observar dos exemplos apresentados nesta seção é que mesmo em situações aparentemente excepcionais há uma motivação semântica para a escolha do gênero gramatical. Em línguas que têm os gêneros masculino, feminino e neutro, quando o sujeito é

<sup>29</sup> Exemplos retirados dentre as primeiras ocorrências de uma busca no Google (www.google.com).

uma forma nominal de um verbo, ou quando o sujeito é “nulo” (como nos verbos de fenômenos climáticos), o predicado é flexionado no gênero gramatical neutro, e o mesmo ocorre com outras categorias de sujeitos não prototípicos, como trechos do discurso e onomatopeias (CORBETT, 1991, p. 209-15). E esta escolha pelo neutro provavelmente não se deve ao acaso, pois o que todos esses tipos de sujeitos não-nominais (fenômenos climáticos, trechos do discurso, onomatopeias, verbos) têm em comum é o fato de não denotarem serem humanos. Logo, em línguas que possuem os gêneros gramaticais masculino, feminino e neutro, a escolha mais óbvia é pelo neutro.

Já em línguas que distinguem apenas entre os gêneros masculino e feminino, como o português, e considerando que frequentemente é o caso de que nessas línguas as palavras não apenas podem flexionar-se em gênero, mas *devem* fazê-lo, um desses dois gêneros servirá para resolver a concordância com sujeitos não prototípicos, isto é, sujeitos não-nominais. Em português, cumpre esta função o gênero gramatical masculino, embora não haja motivação semântica que favoreça o masculino em detrimento do feminino.

Há, no entanto, uma possível explicação etimológica que dispensa o recurso ao conceito de gênero não marcado. Em português, assim como em outras línguas latinas, o neutro singular confundiu-se com o masculino, devido à erosão fonética que acarretou o desaparecimento dos morfemas que distinguiam esses dois gêneros (e já em latim a distinção morfológica entre os dois não era grande), e a função do neutro, semanticamente motivada, na concordância com sujeitos não-nominais (e não humanos), teria sido incorporada pelo masculino.

De todo modo, ainda que a hipótese sugerida no parágrafo acima precise ser aprofundada, ela condiz tanto com os fatos observados em português, em que o masculino é utilizado na denotação do gênero humano (homens e/ou mulheres) e na concordância de predicados de sujeitos não-nominais, quanto com os fatos observados em línguas com mais de dois gêneros, como o latim, o grego e o russo, em que para a função de denotar o gênero humano é utilizado o masculino, e para a concordância com sujeitos não-nominais é utilizado o neutro. Já a explicação baseada no conceito de gênero não marcado, embora pareça descrever adequadamente o uso do masculino em português, não se sustenta numa análise mais aprofundada que leve em consideração a história da língua e a comparação com o mesmo fenômeno em outras línguas.

#### 4.2.1.4 *O conceito de gênero não marcado como descrição tautológica*

Por último, mas não menos importante, o conceito de gênero não marcado pressupõe tacitamente uma separação entre forma e função, restringindo a atenção do observador da língua às suas estruturas linguísticas, como se elas fossem independentes do seu uso – neste caso, como se as categorias de gênero gramatical nas línguas humanas fossem arbitrárias e imotivadas, estruturas etéreas e imutáveis, puramente formais e dissociadas do significado.

Mattoso Câmara (1972, p. 126), por exemplo, em algumas passagens de sua obra, dá pouca importância à motivação semântica dos gêneros gramaticais, detendo-se tão-somente aos seus aspectos morfológicos<sup>30</sup>:

A descrição da flexão de gênero, em português, ao contrário do que se tem feito até hoje, deve-se cingir, exclusivamente, ao seu mecanismo morfológico. Do ponto de vista semântico, basta assinalar o feminino como uma particularização significativa do masculino. É um caso, entre outros dessa particularização, a indicação freqüente das fêmeas no reino animal por meio da flexão de feminino.

Desta maneira, o conceito de gênero não marcado desconsidera o plano semântico, não fazendo mais do que constatar que o masculino é usado em muito mais contextos (seria menos restrito distribucionalmente) do que o feminino, e que é frequentemente usado para a denotação “genérica” de seres humanos, sem fornecer, de fato, uma explicação para esse uso, e partindo daí para uma generalização que desconsidera o uso real da língua e as exceções observadas. Deveríamos, ao contrário, entender *explicação* no sentido que Givón (1979, p. 352) dá ao termo, como relação de um objeto com algo mais profundo, e não como mera descrição formal. Através de um método puramente *dedutivo*, segundo o autor, não se obtém nenhum novo conhecimento. É preciso estender para o *indutivo* e o *abduutivo*. Caldas-Coulthard (2007, p. 379) formula a questão num caminho semelhante, voltando a atenção às relações entre os gêneros e o uso do masculino genérico:

---

<sup>30</sup> Deve-se reconhecer, com justiça, que em outros momentos Mattoso Câmara trata com atenção os aspectos semânticos subjacentes à categoria de gênero gramatical.

Uma análise que ignore as dimensões de domínio e subordinação tem pouco poder explanatório. Por outro lado, dimensões culturais irão sempre determinar o uso linguístico. As subculturas femininas e masculinas não são divorciadas de estruturas de poder.

Relembrando Saussure, que já dissera que “é o ponto de vista que cria o objeto”<sup>31</sup>, apontamos um outro aspecto do problema abordado nesta pesquisa: a descrição do “masculino genérico” pelo conceito de gênero “não marcado” olha apenas para a *forma*, para a *estrutura*. É por esse motivo que tal descrição é insatisfatória, pois desconsidera o *uso* e a *função* das formas linguísticas. O conceito de gênero não marcado seria, ao final e ao cabo, apenas uma descrição do estado das coisas, uma simples constatação de que se usa o gênero gramatical masculino para denotar não apenas o gênero masculino, mas também o gênero humano, sem indagar o porquê nem apontar os mecanismos por trás desse uso, além de ignorar os casos nos quais ele não funciona. Seria apenas um novo “rótulo”, carecendo de poder explanatório, e que teria ainda o efeito (intencional, ou inconsciente?) de mascarar as tensões sociais no uso genérico do *masculino* para a referência ao *humano*.

Ademais, além de a defesa do masculino genérico com base no conceito de gênero não marcado não ser mais do que uma simples descrição, é uma *descrição circular*. Defende-se ou justifica-se o uso do masculino genérico com base no argumento de que este, em oposição ao feminino, é o gênero não marcado. Mas frequentemente as evidências trazidas para considerarem-no o gênero não marcado, no entanto, são justamente as ocorrências do gênero gramatical masculino como masculino genérico.

Um critério para rotular uma variante como não marcada é precisamente que a variante em questão pode ser usada genericamente, isto é, de uma maneira que abranja variantes marcadas. No caso do gênero em inglês isto é circular: o masculino é genérico porque é não marcado, mas é não marcado porque é genérico! Não se vai mais longe

---

<sup>31</sup> “C’est le point de vue qui crée l’objet (SAUSSURE, 1997, p. 23, cap. 3, § 1, tradução minha)”

do que isso com este argumento (CAMERON, 1985, p. 24).<sup>32</sup>

Enfim, este último problema talvez seja o mais decisivo para o fracasso do conceito de gênero não marcado na descrição do masculino genérico. Os outros itens citados seriam antes evidências do insucesso do conceito de gênero não marcado como recurso para explicar o uso do masculino genérico.

---

<sup>32</sup> “One criterion for labelling some variant unmarked is precisely that the variant in question can be used generically, i.e. in a way that subsumes marked variants. In the case of English gender this is circular: the masculine is generic because it is unmarked, but it is unmarked because it is generic! We are no further on with the argument.” – no original em inglês, tradução minha.

## 5 MASCULINO, GÊNERO PROTOTÍPICO

Ao longo deste trabalho, tentamos demonstrar à leitora e ao leitor que o masculino genérico não pode ser adequadamente explicado pelo conceito de gênero não marcado. Agora, neste capítulo, apresentaremos uma outra proposta de explicação sobre o masculino genérico, com base no conceito de gênero prototípico.

O primeiro passo, à luz do que vimos na seção anterior, é descartar o conceito de “marca” como fator explicativo para o masculino genérico. Segundo Lakoff (1987, p. 60–1), *marca* é um termo utilizado para descrever uma espécie de *efeito prototípico*:

Em geral, *marca* é um termo usado pelos linguistas para descrever um tipo de *efeito prototípico* – uma assimetria dentro de uma categoria, na qual um membro ou subcategoria é considerado, de alguma maneira, mais básico que o outro (ou outros). Analogamente, o membro não marcado é o valor padrão – o membro da categoria que ocorre quando apenas um membro da categoria pode ocorrer e todo o resto permanece igual.<sup>1</sup>

Haspelmath (2006, p. 5) segue numa direção parecida, ao propor a substituição do conceito formal de “marca” pelos conceitos semânticos de hiponímia, polissemia e implicaturas conversacionais:

Os fenômenos semânticos discutidos sob a rubrica de “marca semântica” deveriam ser descritos por conceitos semânticos usuais como hiponímia e polissemia, e [...] as implicaturas conversacionais generalizadas e a sua convencionalização são cruciais para entender as assimetrias observadas.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> “In general, markedness is a term used by linguists to describe a kind of prototype effect – an asymmetry in a category, where one member or subcategory is taken to be somehow more basic than the other (or others). Correspondingly, the unmarked member is the default value – the member of the category that occurs when only one member of the category can occur and all other things are equal” – no original em inglês, tradução minha.

<sup>2</sup> “[T]he semantic phenomena discussed under ‘semantic markedness’ should be described with standard semantic concepts like hyponymy and polysemy, and that generalized conversational implicatures and their conventionalization are crucial for understanding the observed asymmetries.” – original em inglês, tradução minha.

Neste ponto, já podemos considerar o masculino não como um caso de gênero “não marcado”, mas um caso de gênero prototípico.

O uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano seria considerado, portanto, numa abordagem cognitivo-funcionalista, uma espécie de efeito prototípico. Em outras palavras, o masculino seria o gênero “prototípico”, usado na generalização sobre uma categoria superordenada – o gênero humano.

Efeitos prototípicos, no entanto, são fenômenos superficiais, cujas causas, neste caso, são explicadas por *modelos metonímicos*.

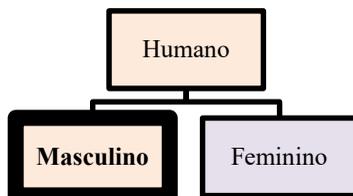
Efeitos prototípicos são fenômenos superficiais. Eles emergem quando alguma subcategoria ou membro ou submodelo é usado (no mais das vezes para algum propósito limitado e imediato) para compreender a categoria como um todo. Em outras palavras, estes são casos nos quais uma parte (uma subcategoria ou membro ou submodelo) representa a categoria inteira – no raciocínio, no reconhecimento etc. Na teoria de modelos cognitivos, tais casos são representados por modelos metonímicos (LAKOFF, G. 1984, p. 16).<sup>3</sup>

Assim, o gênero gramatical masculino teria um *status* cognitivo mais importante do que o gênero gramatical feminino, o que se caracterizaria como uma espécie de efeito prototípico. Esse *status* mais básico do masculino seria decorrente do uso desta categoria para denotar, metonimicamente, a categoria *humano*, isto é, o uso de uma categoria (talvez de uma categoria de nível básico – *masculino*) para uma categoria superordenada – *humano* (na qual a distinção masculino/feminino é posta em segundo plano e não é relevante), o que seria representado por um modelo metonímico:

---

<sup>3</sup> “Prototype effects are superficial phenomena. They arise when some subcategory or member or submodel is used (often for some limited and immediate purpose) to comprehend the category as a whole. In other words, these are cases where a part (a subcategory or member or submodel) stands for the whole category – in reasoning, recognition, etc. Within the theory of cognitive models, such cases are represented by metonymic models.” – no original em inglês, tradução minha.

Figura 13. Modelo metonímico das categorias *masculino*, *feminino* e *humano*



Tomando como exemplo um caso no qual o masculino genérico é particularmente evidente, os nomes de profissão, uma subcategoria de uma profissão (os membros masculinos ou os membros femininos) representaria, “por excelência”, a categoria como um todo. Em cada categoria (profissão) haveria membros mais centrais, portanto, mais representativos. Assim, em profissões estereotipicamente masculinas, os membros mais centrais, portanto mais prototípicos dessa categoria seriam homens. Essa subcategoria (homens dentro de uma profissão) seria usada em lugar da categoria (profissão) como um todo<sup>4</sup>. No caso de profissões exercidas predominantemente por mulheres, ocorreria o mesmo processo.

Para exemplificar esses processos, tomemos como exemplos as categorias *médico* e *enfermeira*, a partir do enunciado reproduzido abaixo:

- (1) Médicos, enfermeiras e funcionários de saúde necessários para combater urgentemente o vírus da ébola, afirma a Agência de Saúde da ONU.

Em (1), percebemos que tanto *médicos* (flexionado no masculino) quanto *enfermeiras* (flexionado no feminino) são utilizados genericamente. Pelo contexto, podemos inferir que esses dois nomes denotam, respectivamente, “médicos e médicas” e “enfermeiras e enfermeiros”. No entanto, para uma categoria utiliza-se um nome masculino, e, para a outra, um nome feminino. Essas assimetrias são esquematizadas nas figuras abaixo:

<sup>4</sup> Cf. Lakoff, G. (1987, p. 79, 85) sobre a importância dos estereótipos culturais na estruturação dos modelos metonímicos, e conseqüentemente na manifestação dos efeitos prototípicos.

Figura 14. Modelo metonímico da categoria *médic-*

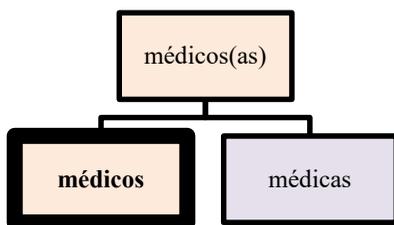
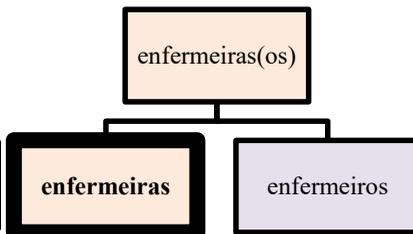


Figura 15. Modelo metonímico da categoria *enfermeir-*



O masculino genérico seria assim uma espécie de efeito prototípico decorrente da diferença de centralidade entre os membros dentro de uma categoria, e essa diferença estaria inscrita nos modelos cognitivos idealizados (MCI) ativados por itens lexicais ou construções gramaticais.

MCI, pois, dão origem a julgamentos de centralidade gradiente sobre membros de uma categoria, um fenômeno que é geralmente descrito como efeitos prototípicos. (CROFT; CRUSE, 2004, p. 32)<sup>5</sup>

Voltando ao exemplo em (1), a palavra *médicos* evoca um MCI que traz consigo várias informações como, por exemplo, os conceitos de ‘hospital’, ‘paciente’, etc., e, também, aquela que mais nos interessa aqui, o estereótipo de gênero associado a essa profissão. Considerando que esta seja uma profissão estereotipicamente masculina, os membros mais centrais (e cognitivamente mais salientes) dessa categoria seriam os médicos (homens), e os membros mais periféricos, as médicas (mulheres). Devido à característica de os membros mais centrais de uma categoria serem usados em lugar da categoria como um todo, neste caso em particular os membros masculinos da categoria seriam utilizados para representar a categoria inteira.

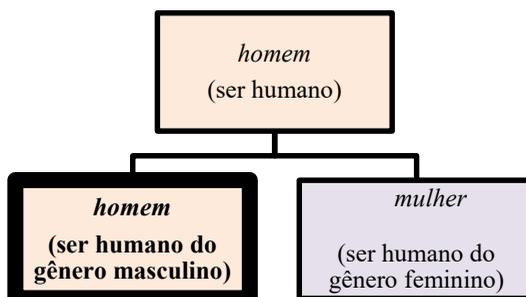
Uma observação que pode corroborar essa hipótese é que esse processo parece ocorrer também no que chamamos de “feminino genérico”, quando o gênero gramatical feminino é usado genericamente

<sup>5</sup> “ICMs thus give rise to judgements of graded centrality to members of a category, a phenomenon that is usually described as prototype effects” – no original em inglês, tradução minha.

em contextos onde as mulheres são mais visíveis, notadamente em algumas profissões. Nesses casos, o “feminino genérico” evocaria um MCI em que as mulheres são mais salientes cognitivamente, como na situação descrita no enunciado em (1), onde o nome feminino *enfermeiras* denota tanto mulheres quanto homens, conforme se pode inferir pelo contexto.

A mesma linha de raciocínio aplicada ao exemplo dos nomes de profissão poderia ser estendida para casos mais gerais como, por exemplo, à referência genérica a seres humanos. Assim, o gênero gramatical masculino poderia ser considerado o gênero prototípico em relação ao gênero gramatical feminino na representação cognitiva do gênero humano, conforme se percebe pela polissemia da palavra *homem*:

Figura 16. Modelo metonímico da categoria *humano*



Como vimos até agora, um modelo teórico baseado num conceito de “gênero prototípico” poderia explicar mais adequadamente a assimetria do masculino em relação ao feminino na denotação do gênero humano, e também pode dar conta dos casos “excepcionais” em que o feminino parece ser o gênero “não marcado”, na visão tradicional. A vantagem do modelo aqui proposto é que ele é sensível a fatores que o modelo tradicional baseado no conceito de gênero não marcado desconsidera, como: o uso linguístico (que envolve semântica/pragmática, sem distingui-las desnecessariamente); a frequência de uso; o conhecimento enciclopédico (aqui se incluem os estereótipos culturais); e processos cognitivos mais gerais, notadamente os processos metonímicos, através dos quais tomamos a parte pelo todo. Neste caso, *homem* por *humano*.

Na próxima seção, apresentaremos alguns possíveis caminhos abertos com a presente investigação, que serão explorados de maneira

mais apropriada e aprofundada na minha tese de doutorado e servirão de fundamento para sustentar a hipótese de que o masculino genérico pode ser mais bem descrito e explicado pelo conceito de *gênero prototípico*.

## 5.1 ORIGENS DOS EFEITOS PROTOTÍPICOS NO MASCULINO GENÉRICO

Considerando que o gênero gramatical masculino é, com frequência (e dependendo do contexto), representado cognitivamente como um gênero *prototípico*, resta saber por quê. Veremos, a seguir, algumas possíveis causas para que entre masculino e feminino se escolha o masculino para a função de denotar o gênero humano.

### 5.1.1 Frequência de uso

Corbett (1991, p. 221) sugere duas explicações para o insucesso do masculino genérico em inglês, tomando como exemplo o uso “genérico” do pronome *he*. A primeira explicação é que o uso “normal” (que poderíamos chamar de *prototípico*) do pronome masculino *he* é a denotação de um ser humano do gênero masculino, e isso se sobrepõe ao seu uso menos comum de denotação “genérica”:

A razão óbvia é que o uso normal do [pronome] *he* é denotar um ser humano masculino e isso se sobrepõe ao seu uso genérico menos comum. (CORBETT, 1991, p. 221)<sup>6</sup>

A segunda explicação, e, segundo o autor, mais intrigante, fundamenta-se na frequência de uso: pelo menos nos *corpora* pesquisados por ele, os dados indicam que simplesmente se fala mais sobre homens do que sobre mulheres.

Porém, há uma razão secundária, e mais intrigante. Yokoyama chama a atenção aos relevantes dados estatísticos no corpus Brown, que consiste de mais de 1 milhão de palavras do inglês americano. Havia 9.543 ocorrências de *he* em todas as funções contra apenas 2.859 de *she*; isto é, *he* ocorreu mais de três vezes do que *she*; uma disparidade similar é relatada por Graham. *Genéricos não contando para a disparidade*, a

---

<sup>6</sup> “The obvious reason is that the normal use of *he* is to denote a male and this carries over into the less common generic usage” – no original em inglês, tradução minha.

conclusão deve ser que, nas fontes pesquisadas, os homens são referidos consideravelmente mais vezes do que as mulheres (dados do russo são quase tão díspares). Portanto, o ouvinte tem uma segunda razão para tratar o *he* genérico como denotando um homem: mesmo quando a referência pode ser tanto a um homem quanto a uma mulher, o padrão dos outros pronomes (não genéricos) levaria o ouvinte a assumir que a pessoa em questão é mais provavelmente um homem. Mas quaisquer que sejam as razões, o ponto principal é que o uso do *he* genérico parece não funcionar em inglês. (CORBETT, 1991, p. 221)<sup>7</sup>

Portanto, o/a ouvinte teria ainda mais um motivo para interpretar o masculino genérico como masculino específico: o padrão de uso dos pronomes em geral (excluído o *he* genérico) o/a levaria a concluir que a pessoa de quem se fala provavelmente é um homem. De qualquer maneira, seja por qual motivo for, os dados indicam que o uso do masculino genérico parece não funcionar, de fato, “genericamente”.

Embora Corbett mencione a frequência de uso como uma possível causa do insucesso do gênero gramatical masculino em cumprir a função de denotação “genérica”, podemos considerar, por outro caminho, que a frequência de uso do masculino possa ser, ela mesma, causadora do próprio uso do masculino genérico. De qualquer maneira, parece haver, se não uma relação de causa e efeito, pelo menos uma forte correlação entre a frequência de uso do gênero gramatical masculino e o uso do masculino genérico.

---

<sup>7</sup> “But there is a secondary, more disturbing reason. Yokoyama draws attention to relevant statistical data in the Brown corpus, which consists of just over 1 million words of American English. There were 9,453 occurrences of *he* in all functions to only 2,859 of *she*; that is, *he* occurred over three times more frequently than *she*; a similar imbalance is reported by Graham. Generics do not account for the discrepancy; the conclusion must be that, in the sources scanned, men are referred to considerably more frequently than women (figures from Russian are almost as one-sided). Therefore the hearer has a second reason to treat generic *he* as denoting a male : even when reference could be to a male or to a female, the pattern of the other (non-generic pronouns) would lead the hearer to conclude that the actual person involved is more likely to be male. But whatever the reasons, the main point is that the use of generic *he* seems not to work in English.” – no original em inglês, tradução minha.

### 5.1.2 Estereótipos culturais

A representação cognitiva assimétrica das categorias *masculino* e *feminino* (tanto linguística quanto culturalmente) muito provavelmente está relacionada com o *status* do gênero gramatical masculino como gênero prototípico, ainda que não se consiga estabelecer entre eles uma relação unívoca de causa e efeito. Givón (2001, p. 20, vol. II) reconhece a relação entre língua e cultura no uso do masculino genérico (no contexto da resolução de gênero em sintagmas nominais coordenados), conforme já mencionado na seção 3.2.4:

No caso de classe/gênero, regras de resolução de gênero específicas a cada língua são frequentemente acionadas quando os dois conjuntos [sintagmas nominais] são de gêneros diferentes. Considere primeiro uma língua de dois gêneros, como o hebraico<sup>8</sup>. O conflito masculino/feminino na junção de sintagmas nominais é resolvido, um tanto previsivelmente, em favor do masculino socialmente dominante.

A representação cognitiva assimétrica das categorias *masculino* e *feminino* (extralinguisticamente), também se observa em outros sistemas semióticos em que o mesmo fenômeno (o masculino genérico) parece manifestar-se. Por exemplo, os pictogramas usados em sinais de trânsito e em banheiros públicos (v. seção 3.3), pois, enquanto para simbolizar a mulher há um pictograma específico (♀), para simbolizar o homem e o ser humano (infere-se cada função pelo contexto de uso), por sua vez, utiliza-se o mesmo pictograma (♂).

Se esses exemplos querem dizer algo, é que ao menos o mesmo princípio subjacente ao uso linguístico do masculino genérico opera também em outros níveis de representação cognitiva das categorias *masculino*, *feminino* e *humano*. Em outras palavras, e avançando um pouco na hipótese, o homem (humano do gênero masculino) seria representado cognitivamente como o “ser humano prototípico”.

---

<sup>8</sup> Givón cita o exemplo do hebraico, mas que pode ser adaptado também para o português, cujo sistema de gênero é análogo.

### 5.1.3 Linguagem androcêntrica

Considerando que exista uma assimetria entre as representações cognitivas das categorias masculino e feminino, não apenas na linguagem, mas na cognição em geral, e que a categoria *masculino* seja uma categoria prototípica em relação à categoria *feminino*, na representação da categoria *humano*, resta saber por que há tal assimetria (hierarquia).

Um caminho possível é partir dos efeitos do caráter egocêntrico e antropocêntrico da linguagem (e da cognição em geral). Os elementos dêiticos da linguagem evidenciam o seu aspecto egocêntrico, como a tríade *eu-aqui-agora* (e todos os seus desdobramentos linguísticos: tempos verbais, demonstrativos, etc.). A gramaticalização de preposições espaciais a partir de nomes de parte do corpo humano seria, por sua vez, um exemplo<sup>9</sup> do aspecto antropocêntrico da linguagem. A isso, sugerimos acrescentar que a linguagem também demonstra um aspecto *androcêntrico*. Um possível indício seria o próprio objeto de estudo em questão, o masculino genérico, mas por essa via correríamos o risco de cair num raciocínio circular. Para tentar evitar essa tautologia, podemos tentar encontrar outros casos em que se evidencie o aspecto androcêntrico da linguagem.

Uma das pistas sobre o caráter androcêntrico (e antropocêntrico) da linguagem talvez se possa perceber na descrição linguística da gramática de línguas ágrafas. Frequentemente, em línguas sem tradição escrita, os gêneros gramaticais são classificados por números, o que conseqüentemente cria uma ordem hierárquica (subjéctiva, obviamente). A ordem presente na nomenclatura dos gêneros gramaticais dessas línguas reflete o grau de semelhança das características das categorias analisadas com aquelas do observador (v. Tabela 1, mais adiante). Nas línguas de tradição escrita, quando os gêneros gramaticais são denominados pelos rótulos *masculino*, *feminino*

---

<sup>9</sup> A lexicalização de unidades de medida (*polegada*, *pé*, *braça*, etc.) e nomes de partes de seres não humanos (*pé da montanha*, *cabeceira do rio*, etc.) seria, também, um exemplo do caráter antropocêntrico da linguagem. Outro exemplo é um fenômeno análogo ao masculino genérico no contexto da resolução de concordância de gênero com sintagmas nominais coordenados, que poderíamos chamar de “humano genérico”. Em línguas que distinguem através dos gêneros gramaticais as categorias *humano*, *não humano*, etc., quando há um sintagma nominal composto por nomes de gêneros diferentes, dos quais pelo menos um é do gênero humano, o predicado flexiona-se, preferencialmente, no gênero humano, como ocorre na língua changana, da família banto (Ezra C. Nhampoca, c. p.).

e *neutro*, *humano* e *não humano*, *racional* e *não racional*, *animado* e *não animado*, a ordem em que são apresentados nas descrições linguísticas também reflete a proximidade das categorias identificadas na língua com as características do sujeito que opera a categorização: primeiro, o *masculino*; depois o *feminino*; e, por último, o *neutro*, ou *não humano*, *não animado* etc.

Outro indício do caráter androcêntrico da linguagem pode ser a ordem “padrão” de pares de nomes *masculino/feminino* em alguns sintagmas nominais coordenados “convencionais”, que privilegia o gênero masculino em detrimento do feminino na denotação do gênero humano. Se considerarmos que a ordem frequentemente observada naqueles pares de palavras nas quais se infere um esquema *superior/inferior*, *positivo/negativo*, *primitivo/derivado*, *próximo/distante*, *agente/paciente*, *ativo/passivo* indica que o mais importante ou mais valorizado (cognitivamente, culturalmente, etc.) vem antes do menos importante, como em “*singular e plural, aumentativo e diminutivo, animado e inanimado, humano e não-humano, pai e filho, chefe e empregado, gato e rato, professor e aluno, bem e mal, céu e inferno, norte e sul, terra e mar, aqui e ali*”, o mesmo pode ocorrer em pares como “*homem e mulher, pai e mãe, marido e mulher, etc.*, e com nomes próprios também, *Romeu e Julieta, Adão e Eva, Tristão e Isolda, Sansão e Dalila, Mickey e Minnie, João e Maria* (do conto infantil)”, estabelecendo-se uma hierarquia entre os gêneros e colocando as mulheres em segundo plano em relação aos homens. Frequentemente, a ordem observada é *masculino/feminino*, e este ordenamento “canônico” representa uma relação assimétrica entre os gêneros. Esta ordenação que privilegia o masculino é ilustrada exemplarmente no título da obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*.

O Português usa o sistema de primazia do masculino também em pares de palavras de gêneros diversos que se referem aos mesmos papéis quando colocados juntos – pai e mãe, filho e filha, rei e rainha. Isto indica que a mulher vem sempre ‘depois’ do homem. (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 380)

Outro exemplo são os sobrenomes (nomes de família) que passam pela linhagem paterna, ou através do casamento, quando a mulher adota o sobrenome do marido (embora esta prática venha mudando recentemente). Relacionado a isso, ainda há o exemplo do patronímico em algumas línguas, e os sobrenomes em português e

espanhol derivados de antigos patronímicos ibéricos (com o sufixo -es), em que o nome do homem é a base para o patronímico ou o sobrenome.

O mesmo fenômeno é observado num nível metalinguístico. Na língua portuguesa há dois gêneros gramaticais, tradicionalmente denominados *masculino* e *feminino*. Já a ordenação dos gêneros gramaticais, *masculino* e *feminino*, muito frequente em gramáticas e dicionários, assim como em outras ordenações “normais” (*singular e plural, aumentativo e diminutivo, animado e inanimado, humano e não-humano*, etc.), nada tem de natural nem de objetivo, pois é puramente convencional e subjetiva (cf. GIVÓN, 2001, p. 17, vol. II).

Em línguas sem tradição escrita, os gêneros gramaticais são frequentemente classificados por números (pelos linguistas que trabalham sobre tais línguas), o que, por consequência, cria uma ordem hierárquica (subjetiva, obviamente). A ordem presente na nomenclatura dos gêneros gramaticais de línguas ágrafas reflete o grau de semelhança das características das categorias analisadas com as características do observador, conforme se percebe nos seguintes dados organizados na Tabela 1.

Tabela 1. Classificação dos gêneros gramaticais em línguas sem tradição escrita

<b>Gênero</b>	<b>Descrição</b>
<i>Diyrbal</i> (CORBETT, 1991, p. 16)	
I ( <i>bayi</i> )	humanos do gênero masculino, animados não humanos
II ( <i>balan</i> )	humanos do gênero feminino, água, fogo, armas
III ( <i>balam</i> )	comida (exceto carne)
IV ( <i>bala</i> )	Resto
<i>Lak</i> (CORBETT, 1991, p. 25, 208)	
I	racional masculino
II	racional feminino
III	outros animados (incluindo alguns humanos femininos e alguns inanimados)
IV	resto (principalmente inanimados)

<i>Yimas</i> <sup>10</sup> (CORBETT, 1991, p. 56)	
I	humano masculino
II	humano feminino
III	animais superiores
IV	plantas (importantes)
<i>Ngangkurrungurr</i> <sup>11</sup> (CORBETT, 1991, p. 140)	
I	maioria dos objetos naturais, termos de parentesco, algumas partes do corpo
II	armas de caça
III	maioria das partes do corpo
IV	árvores, maioria dos utensílios de madeira
V	maioria dos animais caçados pela carne
VI	plantas comestíveis
VII	animados masculinos (exceto cães)
VIII	animados femininos
IX	Cães

Pode-se supor que o caráter androcêntrico da linguagem decorra naturalmente do seu caráter egocêntrico, para os falantes do gênero masculino. E se considerarmos que o sujeito percebe as suas próprias características (pela natureza egocêntrica da linguagem e da cognição) como sendo mais “básicas”, naturais (pois, para o falante, são, de fato, naturais, no sentido mais concreto), é de se esperar que ele considere o seu próprio gênero como sendo, de alguma forma, mais básico do que outro gênero. Haspelmath (2006, p. 7), sobre as características das categorias “não marcadas”, diz que: “[...] a ideia é que as categorias não marcadas em todos os casos refletem as características prototípicas do falante, que é animado, primeira pessoa, singular, etc., e percebe alguns fenômenos mais facilmente do que outros”. A essas características poderíamos acrescentar também o gênero do falante.

Todavia, ainda que essa hipótese se sustente, há outro problema a ser resolvido. Se para um falante do gênero masculino a linguagem, em decorrência de sua natureza egocêntrica, seria por

<sup>10</sup> Nessa língua há dez gêneros, no total. Apenas os quatro primeiros estão listados aqui.

<sup>11</sup> A classificação dos gêneros dessa língua parece ser uma exceção, mas nos gêneros VII e VIII, observa-se a ordem *masculino* > *feminino*.

consequência também androcêntrica, não se daria o oposto para uma falante do gênero feminino? Pelo mesmo raciocínio, uma falante do gênero feminino não deveria tender para uma linguagem “ginecocêntrica”?

De fato, alguns estudos experimentais sobre a compreensão do masculino genérico indicam que as participantes mulheres tendem a evocar mais imagens femininas em comparação com os participantes homens a partir de um nome genérico (sem marca de gênero), projetando as suas próprias características sobre o objeto percebido:

Participantes mulheres nomearam mais exemplares do gênero feminino do que os homens. Essa maior saliência do próprio sexo reproduz evidências anteriores da língua inglesa. (STAHLBERG; SCZESNY; BRAUN, 2001, p. 468)

[...] sujeitos interpretando sentenças que não contêm o *he* genérico tendem a imaginar-se a si mesmos nos papéis genéricos, interpretando o gênero de nomes indefinidos quanto ao sexo como correspondendo ao seu próprio sexo. Essa hipótese da “auto-imagem” pode explicar porque participantes mulheres foram melhores que os homens para interpretar nomes genéricos como aplicáveis a mulheres no experimento IV [...]. (MACKAY; FULKERSON, 1979, p. 671)

Também, como previsto, participantes homens apresentaram de maneira geral um viés masculino em relação às mulheres. (HAMILTON, 1988, p. 785)

Resumindo as diferenças essenciais entre as condições pronominais, para homens e para mulheres, *he* produz principalmente imagens masculinas com algumas imagens mistas, escassas imagens femininas e poucas imagens deles mesmos. Na média, *he/she* é genérico, produzindo praticamente a mesma quantidade de imagens femininas, masculinas e mistas, mas mulheres e homens entenderam *he/she* de maneira bem diferente. As mulheres vêem principalmente imagens mistas e femininas, com relativamente poucas imagens masculinas. Para os homens, não é significativamente diferente do que com *he*,

produzindo [*he/she*] principalmente imagens masculinas, incluindo muitas deles mesmos, algumas imagens mistas e muito poucas imagens femininas. De maneira geral, *they* produz principalmente imagens mistas, com algumas imagens masculinas e algumas imagens femininas. Para as mulheres, [*they*] é genérico, produzindo principalmente imagens mistas e um número igual de imagens femininas e masculinas; além disso, parece dar às mulheres a maior oportunidade de verem-se a si mesmas. Para os homens, *they* é mais genérico que *he/she*, produzindo tanto imagens mistas quando masculinas; entretanto, ao lerem *they*, os homens continuam a ver muito poucas imagens femininas. (GASTIL, 1990, p. 638)

Logo, se pelo caráter egocêntrico da linguagem os homens tenderiam a apresentar um viés androcêntrico; e as mulheres, analogamente, um viés ginecocêntrico, resta perguntarmo-nos por que o masculino genérico é um uso linguístico que se observa tanto na fala masculina quanto na fala feminina (ainda que possa haver diferenças no grau de uso do masculino genérico entre homens e mulheres), o que nos leva à próxima seção.

#### **5.1.4 Relações de poder entre fala masculina e fala feminina**

Considerando que a linguagem apresenta um viés androcêntrico, resta explicar como isso ocorre, visto que há no mundo tanto falantes do gênero masculino quanto falantes do gênero feminino, e, em vista do caráter egocêntrico da linguagem, esse viés androcêntrico seria mais forte em homens do que em mulheres, as quais, por sua vez, tenderiam a apresentar um viés oposto.

Nessa última parte, supomos que a fala masculina, em decorrência do domínio social e cultural dos homens nas relações humanas, tem mais prestígio do que a fala feminina. A título de comparação, percebe-se também as relações de prestígio entre diferentes línguas, no maior fluxo de empréstimos linguísticos numa direção do que noutra (há mais galicismos e anglicismos no português do que “lusismos” no francês ou no inglês, por exemplo). Tendo mais prestígio, esperar-se-ia que a fala masculina exercesse maior influência sobre a feminina do que o caminho inverso.

Além disso, as instâncias reguladoras da língua (gramáticas, dicionários, academias e a própria disciplina científica, a Linguística, seja em artigos acadêmicos ou em trabalhos de divulgação científica), sobre as quais os homens ainda exercem maior controle, teriam também um papel muito importante.

Ainda sobre as relações de poder entre registros de fala, no nosso caso, entre a fala masculina e a fala feminina, citamos dois casos com os quais tentamos basear essa hipótese. Provavelmente há muitos outros.

Um deles é o sistema de pronomes de primeira pessoa no japonês. O pronome *boku*, tradicionalmente considerado um pronome masculino, é cada vez mais usado por mulheres mais jovens (MIYAZAKI, 2004, p. 257). Já o uso do pronome feminino *atashi*, por garotos, por outro lado, é ridicularizado e marcado como não usual, ou “homossexual/transsexual”, tanto por meninos quanto por meninas (p. 264). O uso de *boku* por meninas, no entanto, não parece suscitar reações negativas (p. 265). Em resumo, um pronome tradicionalmente reservado à fala masculina é adotado na fala feminina, enquanto o caminho inverso, apesar de possível, é estigmatizado.

O outro caso trata não da fala masculina ou feminina, mas dos nomes próprios masculinos e femininos. Pinker (2008, p. 318), ao falar sobre a influência do gênero em nomes próprios, observa que é comum que alguns nomes masculinos se tornem nomes “andróginos”, tornando-se eventualmente nomes femininos. O caminho inverso, no entanto, é muito mais raro.

No começo do século XX, *Beverly, Dana, Evelyn, Gail, Leslie, Meredith, Robin, e Shirley* eram, inicialmente, todos nomes de homens. E durante todo esse tempo, o costume de dar nomes andróginos tem sido uma via de mão única. Uma vez que um nome de menino é dado a muitas meninas, ele está condenado como nome de menino, presumivelmente porque os pais são muito mais avessos a conferir traços femininos aos seus filhos do que conferir traços masculinos às suas filhas. Como observou Johnny Cash, “a vida não é fácil para um menino chamado ‘Sue’”.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> “At the beginning of the twentieth century, *Beverly, Dana, Evelyn, Gail, Leslie, Meredith, Robin, and Shirley* were all primarily names for men. And during this entire

E sobre as instâncias reguladoras da língua, citamos três casos que, cremos nós, servem para ilustrar a situação: as gramáticas normativas, os dicionários e as corporações<sup>13</sup>, como as Academias de Letras.

Um exemplo de gramática normativa que afirma explicitamente o caráter androcêntrico da linguagem, embora um tanto antiga, é a de João de Barros (1540, p. 2). O autor, logo no início da sua obra, afirma, sem rodeios, a autoridade da fala masculina:

Grammatica, e uocabulo Grægo : quer dizer, çiência de letras. E segundo a difiniçãm que lhe os Grãmáticos derã : e hũ módo çerto e iusto de falar, & escreuer, colheito do ufo, e autoridãde dos barões doutos. (na ortografia original, v. figura abaixo)<sup>14</sup>

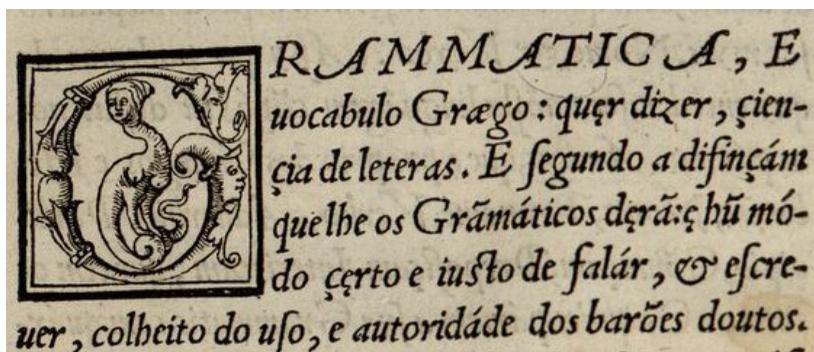
---

time, androgynous naming has been a one-way street. Once a boy's name is given to too many girls, it is ruined as a boy's name, presumably because parents are more squeamish about conferring feminine traits on their sons than masculine traits on their daughters. As Johnny Cash noted, 'Life ain't easy for a boy named 'Sue'' – no original em inglês, tradução minha.

<sup>13</sup> A palavra *corporação* não é usada aqui num sentido provocativo nem depreciativo, mas no sentido de “conjunto de pessoas com alguma afinidade de profissão, ideias etc., organizadas em associação e sujeitas a estatuto ou regulamento (Houaiss)”, e que geralmente se outorgam o direito exclusivo e a autoridade de regular sobre um corpo de conhecimento (seja uma profissão, uma arte ou uma ciência).

<sup>14</sup> “Gramática é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras, e segundo a definição que lhe os gramáticos deram, é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos.” – adaptado para o português contemporâneo.

Figura 17. Grammatica da Lingua Portuguesa



O gramático francês (e membro fundador da Academia Francesa) Claude Favre de Vaugelas (1647, p. 83, grifos meus) explica da seguinte maneira (e com uma sinceridade admirável) a concordância do predicado no gênero masculino com sintagmas nominais compostos por nomes de dois gêneros diferentes, como já citamos na seção 4.1:

[...] Como diríamos então? Dever-se-ia dizer “abertos”, segundo a Gramática Latina, que usa desta maneira, por uma razão que parece ser comum a todas as línguas, que o gênero masculino, *sendo o mais nobre*, deve predominar todas as vezes que o masculino e o feminino se encontrarem juntos [...].

Em inglês, o pronome plural *they* (que não distingue gênero) era usado mais livremente até o século XVIII, quando os gramáticos normativos começaram a condenar esse uso e a prescrever o uso do *he* genérico:

De acordo com Bodine o uso do *they* [singular] não é novo; ele era aceito e difundido antes da ascensão da gramática prescritiva. A partir do final do século XVIII os prescritivistas consideraram incorreto o uso do *they* e recomendaram o uso do *he* [para a referência “genérica”]. (CORBETT, 1991, p. 222)

E as gramáticas didáticas, em geral, quando tratam da categoria de gênero gramatical, frequentemente recorrem às “regras” morfológicas de formação (derivação) do feminino *a partir* do

masculino (considerando-o tacitamente como a forma básica), pelo acréscimo de sufixos.

Sobre os dicionários<sup>15</sup>, pode-se exemplificar a maior valorização do masculino com a prática de citar apenas a flexão masculina das palavras, ou, quando são citadas as duas formas, de pôr em destaque a flexão masculina, a forma feminina aparecendo como derivada da masculina, representada apenas pelo sufixo que segue, depois de uma vírgula, a forma principal (no caso dos dicionários de latim e grego, depois do sufixo “feminino” segue-se o do neutro).

E, por fim, um exemplo do controle exercido sobre a língua por instituições, como as Academias de Letras, vem da Academia Francesa, em declaração datada de 21 de março de 2002, em que ela se posiciona assumidamente contra a feminização de nomes de profissão, graus e títulos na língua francesa, além de, explicitamente, reivindicar a prerrogativa de regular o uso da língua:

Em 1984, após o governo tomar uma primeira iniciativa a favor da “feminização dos [nomes de] títulos, funções e, de uma maneira geral, o vocabulário que concerne às atividades das mulheres”, a Academia Francesa, fiel à missão que lhe atribuem os seus estatutos desde 1635, publicou uma declaração recordando o papel dos gêneros gramaticais em francês. Os professores Georges Dumézil e Claude Lévi-Strauss, a quem a Companhia confiara a redação daquele texto, concluíam assim: “Em francês, a marca do feminino serve apenas acessoriamente a fazer a distinção entre macho e fêmea. A distribuição dos substantivos em dois gêneros institui, na totalidade do léxico, um princípio de classificação, permitindo eventualmente distinguir homônimos, ressaltar ortografias diferentes, classificar sufixos, indicar grandezas relativas, relações de derivação, e favorecendo, pelo jogo de concordância dos adjetivos, a variedade das construções nominais... Todos esses empregos dos gêneros gramaticais constituem uma rede complexa onde a designação contrastiva dos sexos apenas desempenha um papel menor. Mudanças,

---

<sup>15</sup> As fontes pesquisadas foram os dicionários bilíngues francês-português, latim-português e o monolíngue de português editados pelo Ministério da Educação e Cultura; e o dicionário bilíngue grego-português de Isidro Pereira.

feitas deliberadamente em um setor, podem ter sobre os outros repercussões insuspeitadas”. (ACADÉMIE FRANÇAISE, 2002)<sup>16</sup>

Essa declaração, ao contrário daquela de 1984 (de autoria de Dumézil e Lévi-Strauss), é uma obra de autoria coletiva da Academia Francesa, conforme ela gentilmente respondeu por e-mail, em 7 de julho de 2014:

Senhor, Com efeito, em 21 de março de 2002, a Academia Francesa publica uma nova declaração para relembrar a sua posição no que concerne a feminização de nomes de profissões, títulos etc. Trata-se simplesmente de uma obra coletiva que resume o ponto de vista da Academia sobre a questão da feminização. Mui cordialmente, O Serviço do Dicionário.<sup>17</sup>

Pelo qual podemos deduzir que a Academia Francesa mantém ainda hoje essa posição.

Enfim, a linha de argumentação deste capítulo pode ser assim resumida: o conceito de gênero “não marcado” não é nem suficiente nem adequado para explicar o uso do masculino genérico, pois não é mais do que uma descrição circular carente de poder explanatório; o masculino genérico seria melhor descrito como um caso de “gênero

---

<sup>16</sup> “En 1984, après que le gouvernement eut pris une première initiative en faveur de « la féminisation des titres et fonctions et, d’une manière générale, le vocabulaire concernant les activités des femmes », l’Académie française, fidèle à sa mission qui lui assignent ses statuts depuis 1635, fit publier une déclaration rappelant le rôle des genres grammaticaux en français. Les professeurs Georges Dumézil et Claude Lévi-Strauss, à qui la Compagnie avait confié la rédaction de ce texte, concluaient ainsi : « En français, la marque du féminin ne sert qu’accessoirement à rendre la distinction entre mâle et femelle. La distribution des substantifs en deux genres institue, dans la totalité du lexique, un principe de classification, permettant éventuellement de distinguer des homonymes, de souligner des orthographes différentes, de classer des suffixes, d’indiquer des grandeurs relatives, des rapports de dérivation, et favorisant, par le jeu de l’accord des adjectifs, la variété des constructions nominales... Tous ces emplois du genre grammatical constituent un réseau complexe où la désignation contrastée des sexes ne joue qu’un rôle mineur. Des changements, faits de propos délibéré dans un secteur, peuvent avoir sur les autres des répercussions insoupçonnés. »” – no original em francês, tradução minha.

<sup>17</sup> “Monsieur, Effectivement, le 21 mars 2002, l’Académie française publie une nouvelle déclaration pour rappeler sa position en ce qui concerne la féminisation des noms de métiers, titres, etc. Il s’agit, tout simplement, d’une œuvre collective qui résume le point de vue de l’Académie sur la question de féminisation. Bien cordialement, Le Service du Dictionnaire.” – no original em francês, tradução minha.

prototípico”; o fenômeno denominado “masculino genérico” não se manifesta apenas na linguagem, mas na cognição em geral; o *status* do masculino como gênero prototípico está correlacionado com a sua frequência de uso; esse *status* de gênero prototípico é consequência de um caráter androcêntrico da língua, que se manifesta também em outros contextos; e as relações de poder entre homens e mulheres (e, portanto, entre a fala masculina e a feminina), além do poder das instâncias reguladoras da língua, fazem com que o masculino genérico se institua como o “padrão” de linguagem para homens e mulheres.

## 6 CONCLUSÃO

Na introdução desta dissertação fizemos, de certa maneira, uma aposta ao anunciar que, ao final dela, esperávamos “ter demonstrado ao/à leitor(a) que o uso do *masculino genérico* e o conceito de *gênero não marcado* operam em conjunto na manutenção do que chamamos *sexismo gramatical*.” Ao final do caminho que percorremos aqui, esperamos pelo menos ter indicado algumas relações entre esses temas e ter, se não convencido, ao menos instigado o leitor e a leitora a pensarem sobre essas relações na manutenção do que denominamos “sexismo gramatical”. Obviamente, esta pesquisa não chegou ao seu fim, e nunca chegará. Mas esperamos que, a cada palmo que avançarmos, se abram novos caminhos e que mais pessoas entrem nesse debate; e que se renovem os argumentos da discussão sobre o masculino genérico.

Como vimos ao longo dessas páginas, apesar dos vários indícios que sustentam a relação entre língua e cultura, ainda há aqueles (pois em geral são homens) que dizem que o predomínio do masculino na gramática se resume a uma questão puramente estrutural de “gênero não marcado”, sem relação alguma com o predomínio do masculino nas relações humanas, que a categoria de gênero gramatical é arbitrária, e que algum trabalho em Linguística, ou em qualquer outra ciência, pode ser considerado “definitivo”.

De outro lado, em muitos estudos sobre o masculino genérico, a crítica por vezes limita-se a afirmar que esse uso é sexista, e, por outras, discutir intervenções na língua escrita, mas sem no entanto aprofundar a questão. Com certeza essas críticas têm o seu valor. No entanto, enquanto não for colocado em questão o suporte teórico que ainda subjaz à defesa do masculino genérico, isto é, o conceito de gênero não marcado, pouco adiantará afirmar que o masculino genérico é um uso sexista, pois já há algumas décadas que se repete a mesma reação à toda crítica sobre o sexismo linguístico e toda iniciativa progressista e humanista em relação à língua: “o masculino é o gênero não marcado...”

Pode-se, com razão, argumentar que uma alteração na língua não alterará as relações entre os gêneros na sociedade. Podemos, pela via oposta, argumentar que a rejeição desse uso linguístico – o masculino genérico – ou pelo menos as tentativas de evitá-lo, que se observam cada vez mais, sejam um sintoma de uma mudança social e cultural já em progresso. Basta olhar ao redor e percebê-la.



## REFERÊNCIAS

ACADÉMIE FRANÇAISE. *Féminisation des noms de métiers, fonctions, grades et titres*, 2002. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/actualites/feminisation-des-noms-de-metiers-fonctions-grade-s-et-titres>>.

AIKHENVALD, A. Y. *The Arawak language family*. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 65–107.

ALLERTON, D. J. The linguistic and sociolinguistic status of proper names: What are they, and who do they belong to? *Journal of pragmatics*, v. 11, n. 1, p. 61–92, 1987.

BAGNO, M. Língua materna, língua paterna. *Preconceito Linguístico*, 3 ago. 2013. Disponível em: <<http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/blog/preconceito/lingua-materna-lingua-paterna.html>>.

BARROS, J. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa [Olyssipone]: Lodouicum Rotorigiũ Typographum, 1540. Disponível em: <<http://purl.pt/12148>>.

BACKER, M. D.; CUYPERE, L. D. The interpretation of masculine personal nouns in German and Dutch: a comparative experimental study. *Language Sciences*, v. 34, n. 3, p. 253–268, 2012.

BECQUER, A. *Femme, j'écris ton nom: guide d'aide à la féminisation des noms des métiers, titres, grades et fonctions*. Paris: Documentation française, 1999. Disponível em: <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/994001174/index.shtml>>.

BERGMAN, I. *Det sjunde inseglet* [O Sétimo Selo], 1958.

BERLIN, B.; KAY, P. *Basic Color Terms: Their Universality and Evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.

BILLOCK, V.; GELASON, G.; TSOU, B. Perception of forbidden colors in retinally stabilized equiluminant images: an indication of softwired cortical color opponency? *Journal of the Optical Society of America*, v. 18, n. 10, p. 2398–2403, out. 2010.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Taylor & Francis, 1965.

BORGES, José. Sobre línguas, mundos, gêneros etc. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. (Eds.). *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 129-140.

BORGES, J. L. *Otras inquisiciones*. Madrid: Alianza, 1981.

BORGES, J. L. *Ficciones*. Madrid: Alianza Editorial, [s.d.].

BORODITSKY, L. *Beyond the Physics: How Languages Help us Construe & Construct*, 26 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=zLbhHwMKYMg&feature=youtube\\_gdata\\_player](http://www.youtube.com/watch?v=zLbhHwMKYMg&feature=youtube_gdata_player)>.

BOSQUE, I. *Sexismo lingüístico y visibilidad de la mujer*, 2012. Disponível em: <[http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/02/actualidad/133071768\\_5\\_771121.html](http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/02/actualidad/133071768_5_771121.html)>.

BRASIL. Lei nº 2.749. Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. 2 abr. 1956.

BRASIL. Lei nº 12.605. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. 3 abr. 2012.

BRIERE, J.; LANKTREE, C. Sex-role related effects of sex bias in language. *Sex Roles*, v. 9, n. 5, p. 625–632, 1983.

BUCK, C. D. *A Dictionary of Selected Synonyms in the Principal Indo-European Languages: A Contribution to the History of Ideas*. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

BUENO, F. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11ª edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro Colega: exclusão lingüística e invisibilidade. In: *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 373–389.

CÂMARA, J. M. *Princípios de lingüística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 3ª edição, revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

CÂMARA, J. M. Considerações sôbre o gênero em português. In: *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1972, p. 115–129.

CAMERON, D. What has gender got to do with sex? *Language & Communication*, v. 5, n. 1, p. 19–27, 1985.

CAPRA, F. *The Tao of Physics: An Exploration of the Parallels between Modern Physics and Eastern Mysticism*. 5<sup>th</sup> edition. Boston: Shambhala, 2010.

CHESTNUT, E. *When I talk about a student, is it understood that he could be a girl? An analysis of on-line processing of generic pronouns*. Senior Thesis. Claremont: Pomona College, 2010.

COLE, C. M.; HILL, F. A.; DAYLEY, L. J. Do masculine pronouns used generically lead to thoughts of men? *Sex Roles*, v. 9, n. 6, p. 737–750, 1983.

CORBETT, G. G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CRANE, H.; PIANTANDIA, T. On seeing reddish green and yellowish blue. *Science*, v. 9, n. 221, p. 1078–90, set. 1983.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DASS, A. *Humanae (work in progress)*. Disponível em: <<http://www.angelicadass.com/humanae-work-in-progress/>>.

DEVANCE, L. Le féminisme pendant la Révolution française. *Annales historiques de la Révolution française*, v. 229, n. 1, p. 341–376, 1977.

DUCASSE, I. *Os Cantos de Maldoror*. Tradução: Cláudio Willer. 2ª ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.

DUMÉZIL, G.; LÉVI-STRAUSS, C. *Féminisation des titres et des fonctions*. 1984. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/actualites/feminisation-des-titres-et-des-fonctions>>.

ENGELBERG, M. The communication of gender in Finnish. In: HELLINGER, M.; BUßMANN, H. (Eds.). *Gender Across Languages: The linguistic representation of women and men*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. v. 2, p. 109–32.

ERNOUT, A.; MEILLET, A.; ANDRÉ, J. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 2001.

ESTEVEZ, J. Carolina Beatriz Ângelo. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n. 11, 2004.

FOUCAULT, M. *Les Mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J. P. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. Tradução: Beatriz Cannabarra. [s.l.]: Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina, 2006. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/clovisgualberto/manual-usonaosexistadalinguagem>>

FUJIMURA, I. La féminisation des noms de métiers et des titres dans la presse française (1988-2001). *Mots*, n. 78, p. 37–52, 1 jul. 2005.

FULLER, M. M. In Business, the Generic Pronoun “He” is Non-Job Related and Discriminatory. *Training and development journal*, v. 27, n. 5, p. 8–11, 1973.

GABRIEL, U. et al. Au pairs are rarely male: Norms on the gender perception of role names across English, French, and German. *Behavior Research Methods*, v. 40, n. 1, p. 206–212, 2008.

GASTIL, J. Generic pronouns and sexist language: The oxymoronic character of masculine generics. *Sex roles*, v. 23, n. 11-12, p. 629–643, 1990.

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GOUGES, O. *Requête des dames à l'Assemblée Nationale*, 1790. Disponível em: <<http://www.archipel.uqam.ca/3533/>>.

GOUGES, O. *Les droits de la femme*, 1791. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k426138.r=Les+droits+de+la+femme+Reprod++Olympe.langPT>>

GOUVEIA, M. C. A categoria gramatical de género do português antigo ao português actual. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, v. 2, p. 527–544, 2005.

GOUVEIA, M. C. O género gramatical dos nomes de animais em português: descrição e história. *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, v. 4, p. 381–398, 2006.

GOUVEIA, M. C. *A propósito do masculino genérico em português*. Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. *Anais...* In: XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Aveiro: 30 de setembro de 1998.

GRINEVALD, C.; SEIFART, F. Nouns classes in African and Amazonian languages: towards a comparison. *Linguistic Typology*, v. 8, p. 243–85, 2004.

GYGAX, P. et al. Some grammatical rules are more difficult than others: The case of the generic interpretation of the masculine. *European journal of psychology of education*, v. 24, n. 2, p. 235–246, 2009.

HAMILTON, M. C. Using masculine generics: Does generic he increase male bias in the user's imagery? *Sex roles*, v. 19, n. 11-12, p. 785–799, 1988.

HASPELMATH, M. Against markedness (and what to replace it with). *Journal of Linguistics*, v. 42, n. 1, p. 25, 2006.

HEIDER [ROSCH], E. R. Universals in color naming and memory. *Journal of experimental psychology*, v. 93, n. 1, p. 10–20, 1972.

HJELMSLEV, L. T. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. In: *Textos selecionados... Os Pensadores*. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HORNSCHEIDT, A. Linguistic and public attitudes towards gender in Swedish. In: HELLINGER, M.; BUßMANN, H. (Eds.). *Gender Across Languages: The linguistic representation of women and men*. Amsterdam: John Benjamins, 2003, v. 3, p. 339–68.

HUXLEY, A. *The Doors of Perception*. New York: Harper and Brothers, 1954.

JACOBSON, C. *Non-sexist language: some notes on gender-neutral language*. Purdue University, 1995. Disponível em: <<https://www2.stetson.edu/secure/history/hy10302/nongenderlang.html>>.

JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

JAKOBSON, R.; POMORSKA, K. *Diálogos*. Tradução: Elisa Angotti Kossovitch et al. São Paulo: Cultrix, 1993.

KILARSKI, M. On grammatical gender as an arbitrary and redundant category. *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*, v. 112, p. 24, 2007.

KORZYBSKI, A. *Science and Sanity: An Introduction to Non-Aristotelian Systems and General Semantics*. New York: Institute of General Semantics, 1958.

LAFUENTE, I. *Sin peros en la lengua*. Disponível em: <[http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/07/actualidad/1331130649\\_242594.html](http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/07/actualidad/1331130649_242594.html)>.

LAKOFF, G. *Classifiers as a Reflection of Mind: The Experimental, Imaginative, and Ecological Aspects*. In: Symposium on categorization and noun classification. Eugene, Oregon: 13 out. 1983.

LAKOFF, G. *Classifiers as a reflection of mind: A Cognitive Model Approach to Prototype Theory*. 1984.

- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, R. *Language and Woman's Place: Text and Commentaries*. New York: Oxford University Press, 1975.
- LANDROIT, H. Femme, jusqu'au bout des mots... *Le Ligeur*, 17 mar. 1999.
- LANGACKER, R. *Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. 2<sup>nd</sup> edition. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.
- LE NOUVEL OBSERVATEUR. "Madame le président": la sanction contre le député UMP confirmée. 2014. Disponível em: <<http://tempsreel.nouvelobs.com/societe/20141112.AFP0571/madame-le-president-la-sanction-contre-le-depute-ump-confirmee.html>>.
- LÓPEZ, A. B. *Manual de linguaxe inclusiva no ámbito universitario*. Vigo: Universidade de Vigo, 2012.
- LURAGHI, S. The origin of the Proto-Indo-European gender system: Typological considerations. *Folia Linguistica*, v. 45, n. 2, jan. 2011.
- MACKAY, D. G.; FULKERSON, D. C. On the comprehension and production of pronouns. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 18, n. 6, p. 661–673, 1979.
- MÄDER, G. *Le sexisme dans la langue française: discussion des arguments de l'Académie Française contre la féminisation linguistique*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- MADSON, L.; HESSLING, R. M. Readers' perceptions of four alternatives to masculine generic pronouns. *The Journal of social psychology*, v. 141, n. 1, p. 156–158, 2001.
- MARTIN, J. W. Gênero? *Revista Brasileira de Lingüística*, v. 2, n. 1, p. 3–8, 1975.
- MAURY-PASQUIER, L. *Langage Épicène*. [s.l.: s.n.].

MERRITT, R. D.; KOK, C. J. Attribution of gender to a gender-unspecified individual: An evaluation of the people = male hypothesis. *Sex Roles*, v. 33, n. 3-4, p. 145–157, 1995.

MEYERS, M. W. Current generic pronoun usage: An empirical study. *American Speech*, v. 65, n. 3, p. 228–237, 1990.

MICHARD, C.; VIOLLET, C. Sex and gender in linguistics. *Feminist Issues*, v. 11, n. 1, p. 53–88, 1991.

MIYAZAKI, A. Japanese Junior High School Girls' and Boys' First-Person Pronoun Use and Their Social World. In: OKAMOTO, S.; SMITH, J. (Eds.). *Japanese Language, Gender and Ideology*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 256–275.

MONTEAGUDO, H. *Sexismo, gramática e discurso*. Disponível em: <[http://ccaa.elpais.com/ccaa/2012/03/29/galicia/1333049402\\_389067.html](http://ccaa.elpais.com/ccaa/2012/03/29/galicia/1333049402_389067.html)>.

NANDA, S. *Neither man nor woman: the Hijras of India*. 2<sup>nd</sup> ed. Canadá: Wadsworth, 1999.

NG, S. H. Androcentric coding of “man” and “his” in memory by language users. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 26, n. 5, p. 455–464, 1990.

OLIVEIRA, R. C. R. Presidente ou Presidenta: questões linguísticas e sócio-culturais. *Linguasagem*, [s.d.].

PENNING, L. *The correlation between grammatical gender and perceived biological sex of animate agents in generic sentences*. Bachelor Thesis. Osnabrück: Universität Osnabrück, 2013.

PINKER, S. *The stuff of thought: language as a window into human nature*. London: Penguin, 2008.

POLEDNA, T. *Droit de vote*. Disponível em: <<http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F26453.php>>.

POSSENTI, S. *Gênero?* 2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2009/12/31/genero/>>.

POSSENTI, S. *Feminino*. 2011. Disponível em: <<http://entretinemintope.terra.com.pe/oscar/2009/interna/0,,OI4874411-EI8425,00.html>>.

POSSENTI, S. *Questão de gênero*. 2012. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/questao-de-genero>>.

PREWITT-FREILINO, J. L.; CASWELL, T. A.; LAAKSO, E. K. The Gendering of Language: A Comparison of Gender Equality in Countries with Gendered, Natural Gender, and Genderless Languages. *Sex Roles*, v. 66, n. 3-4, p. 268–281, 18 out. 2011.

ROCA, L. V. El género gramatical en español, reflejo del dominio masculino. *Política y cultura*, n. 1, p. 219–229, 1992.

RUSSEL, B. *Face to Face*, 1959. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=Ut7drCi2mts&feature=youtube\\_gdata\\_player](http://www.youtube.com/watch?v=Ut7drCi2mts&feature=youtube_gdata_player)>.

SABOGAL, W. M. *¿La lengua tiene género? ¿Y sexo?* Disponível em: <[http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/04/actualidad/1330896843\\_065369.html](http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/04/actualidad/1330896843_065369.html)>.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1997.

SENFT, G. Nominal classification. In: *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 676–96.

SMITH, P. M. *Language, the Sexes and Society*. [s.l.]: Wiley, 1991.

SPENDER, D. *Man Made Language*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.

STAHLBERG, D.; SCZESNY, S.; BRAUN, F. Name Your Favorite Musician: Effects of Masculine Generics and of their Alternatives in German. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 20, n. 4, p. 464–469, 1 dez. 2001.

SUNDERLAND, J. The decline of man. *Journal of pragmatics*, v. 16, n. 6, p. 505–522, 1991.

TAYLOR, C. C. W.; LEE, M.-K. The Sophists. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2014 ed. [s.l: s.n.].

TRUDGILL, P. Language contact and the function of gender. *Poznań Studies in Contemporary Linguistics*, n. 35, p. 133–52, 1999.

VALENTE, Pe. M. (S. J.). *Gramática Latina para o Ginásio*. Porto Alegre: Selbach, 1945.

VAUGELAS, C. F. *Remarques sur la langue françoise: utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire*. Paris: J. Camusat et Pierre le Petit, 1647.

VIOLI, P. Les origines du genre grammatical. *Langages*, v. 21, n. 85, p. 15–34, 1987.

WILSON, L. C. The inclusion of males and females in generic nouns. *Contemporary Educational Psychology*, v. 4, n. 1, p. 40–46, 1979.

WILSON, E.; NG, S. H. Sex bias in visual images evoked by generics: A New Zealand study. *Sex roles*, v. 18, n. 3-4, p. 159–168, 1988.

WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico. Investigações filosóficas*. Tradução: Manuel António dos Santos Lourenço. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

WITTGENSTEIN, L. *Remarks on Colour*. 30<sup>th</sup> edition. Berkeley: University of California Press, 2007.

## **ANEXO – Frases incongruentes com o “masculino genérico”\***

- 1) Eu sou um homem! (dito por uma mulher)
- 2) Eu, você aqui, vocês duas sentadas ali, vocês rapazes aí no fundo, todos nós aqui somos homens de bem. (dito por uma mulher)
- 3) Nós homens devemos respeitar mais os outros animais. (dito por uma mulher)
- 4) Neste congresso de mulheres, nós devemos nos firmar como homens capazes de mudar a História. (dito por uma mulher para um público totalmente feminino)
- 5) As mulheres são homens do sexo feminino.
- 6) Metade dos homens tem a capacidade de engravidar e se reproduzir.
- 7) Aquele lugar não aceita homens fêmeas.
- 8) Aqui homens do sexo feminino só pagam metade do preço do ingresso.
- 9) Alguns homens podem sofrer complicações no parto.
- 10) Moram comigo e com meu marido quatro homens, sendo eles três filhas pequenas e um filho adolescente, dois cães e três gatos.
- 11) Crianças e mulheres são homens ainda hoje pouco valorizados.
- 12) Minhas filhas serão homens valorosos para a humanidade.
- 13) Segundo o Censo 2010, há 190.732.694 homens no Brasil, incluindo-se entre eles 97.342.162 mulheres.
- 14) Todos os homens no Brasil tiveram enfim direito ao voto no governo Vargas, com a instituição do voto feminino.
- 15) Minha filha, que está na faculdade, é um homem exemplar.
- 16) Sabia, Fulana, que você é um homem sensacional?
- 17) Alguns homens precisam se cuidar por causa da menopausa.
- 18) Metade dos homens tem o estrógeno como seu hormônio sexual.
- 19) Alguns homens têm cromossomos XX, outros têm XY.
- 20) Gosto de você como namorada linda e amável, como professora devotada, como homem espetacular.
- 21) Simone de Beauvoir, Olympe de Gouges, Marie Curie, Rosa Parks, Emma Goldman... Todas elas foram homens de grande valor!
- 22) Exemplos de mamíferos: homem (mas a foto é de uma mulher), girafa, elefante, cão, gato, leão...

---

\* Exemplos retirados de <http://consciencia.blog.br/homem>